

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23179

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA

TERÇA-FEIRA 13 FEVEREIRO 90 60\$00

Património alvo de atentados

Ruiu nos Jerónimos
uma parte do tecto
da Sala do Capítulo
ficando aberto
um buraco
com cerca de oitenta
metros quadrados

O secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, reconheceu, esta manhã, que o Mosteiro dos Jerónimos, como muitos outros edifícios históricos, se encontra em estado de degradação. Santana Lopes proferiu a afirmação durante uma visita aos Jerónimos, onde se inteirou dos prejuízos provocados pelo aluimento de parte do tecto da Sala do Capítulo. O mosteiro não está em estado de ruína e as suas estruturas não foram afectadas, disse Santana Lopes baseado em informações do director do Instituto do Património Cultural. Para evitar a entrada de chuvas, o enorme orifício (cerca de oitenta metros quadrados) foi coberto com uma lona e o secretário de Estado, que disse ir levar o assunto ao conhecimento do primeiro-ministro, prometeu tomar medidas imediatas para acorrer à situação.

Pág. 13



Camartelo ameaça Liberdade

Foi o orgulho de Ressano Garcia, que lhe chamou «os nossos Campos Elisíacos». É (ou era) a Avenida de Liberdade.

Mas como Lisboa não é Paris

, onde há cem anos se celebrou um casamento feliz entre o progresso e o bom-gosto arquitectónico, campeia hoje a especulação imobiliária, o confronto entre belos edifícios de

inspiração Arte Nova e abomináveis caixas de vidro. E, assim, se vai descharacterizando Lisboa...

Págs. 2, 3 e 4

Alemanha: reunificação na ordem do dia

*Comunidade de tratados em apreciação numa cimeira RDA/RFA.
NATO e Pacto de Varsóvia discutem abolição de barreiras*

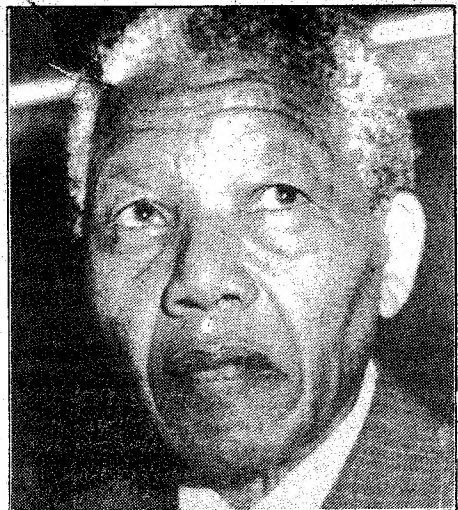
A união monetária entre as duas Alemanhas não é para já, disse o primeiro-ministro da RDA, hoje reunido em cimeira com o

chanceler da RFA. No encontro está em debate uma "comunidade de tratados". Por outro lado, a reunificação alemã está a movimentar

os ministros dos Estrangeiros dos dois blocos, que ontem discutiram a questão.

Pág. 11

Mandela: apoio a nacionalizações já fez cair o rand 10 por cento



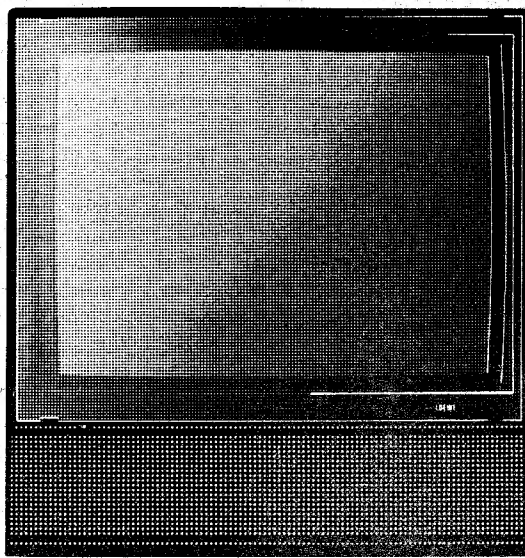
Nelson Mandela, após o cativeiro

Do nosso enviado especial Nuno Azevedo

Nelson Mandela reafirmou o seu apoio à nacionalização de diversas indústrias sul-africanas, nomeadamente o sector mineiro, tendo levado a intranquilidade aos meios financeiros. Como consequência, o rand sofreu uma desvalorização de 10 por cento em relação ao dólar. Entretanto, depois dos distúrbios provocados pela libertação de Mandela, que causaram pelo menos 28 mortos, brancos e negros retomam a rotina de trabalho, notando-se agora uma alteração: existe um maior respeito mútuo, estando a população branca mais sossegada com as garantias ontem dadas em conferência de Imprensa pelo líder negro.

Pág. 10

Os televisores da nova «Art». Digital



LOEWE.

Representante em Portugal:

SOC. DE REP.
SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 9515003 • Lisboa ☎ 77 78 24



Parquímetros de Cascais falam espanhol
Pág. 14

Auto-Retrato de David Mourão-Ferreira
Pág. 6

Cinco galeristas portugueses entre os mais cotados do Mundo
Págs. 20 e 21

Lotaria Popular
1.º - 381180
2.º - 14123
3.º - 315607
4.º - 383003
Pág. 13

Hoje: Suplemento de Economia

Quem a reconhece já, quem a salva ainda?

Avenida da Liberdade polémica de lés a lés

GRANDE ANGULAR

Quando deixarmos demolir a Avenida da Liberdade, teremos perdido a memória da Lisboa de Oitocentos. E os pontos de referência na cidade passarão, quase directamente, de Pombal para o Estado Novo. São as avenidas que fazem a ponte do imaginário lisboeta com o século XIX: malhas urbanas comportando prédios de rés-do-chão ou de

poucos andares, privilegiando os interiores e os pormenores de fachada, encerrando mundos semelhantes sob portas decoradas.

Rosa Araújo, Ressano Garcia ou Fontes Pereira de Mello sabiam que a sua Lisboa nova passava ao largo dos bairros antigos deixando estes em paz. Governos, vereações e arquitectos da segunda metade do século

XX não ajuizaram o mesmo em relação à Lisboa que estes homens projectaram. Nos últimos 30 anos, a cidade não teve um plano de expansão concebido de raiz e executado sem sobressaltos. Os anos 80, por exemplo, tiveram para mostrar pouco mais do que as Amoreiras e a Avenida José Malhoa. Os bairros periféricos, sem essa concepção global, não são mais do que

quistos dos acessos ao centro. Era inevitável que se fizesse, então, como se fez: reconstruir as malhas existentes multiplicando o espaço ocupado até à exaustão. E os 80 foram também o golpe de misericórdia nas já supliciadas Avenidas Novas.

A nova década propõe agora o sacrifício que resta: a Avenida da Liberdade. E, desta vez, na Lisboa europeia,

os investidores (leia-se demolidores) jogam com recursos internacionais e plurimonetários. Pullman, Reinhold, Revilla são nomes desde já ligados a novos projectos ou compras recentes. Outros tantos permanecem na sombra.

Mas as principais zonas críticas estão determinadas e abrangem quase toda a Avenida da Liberdade: da Rua

das Pretas, passando pelo Hotel Lyz e pelo cinema Tivoli, rumando à Rotunda através da última esquina leste da Barata Salgueiro. Mais acima, o edifício que resta entre o Lloyds Bank e o palacete Conceição Silva (números 226-228) também está encerrado. Pertence a um empresário sueco e o anterior executivo camarário preparava-se para autorizar a de-



Da harmonia à descaracterização: a Avenida dos anos 40 e a actual

Uma herança armadilhada

Criado em 1972, o «Plano Morfológico e de Cérceas» do arq. Pedro Vieira de Almeida não foi mais que um quadro de referências para decisões concretas na Avenida da Liberdade, como a construção da sede do Banco Espírito Santo no quarteirão com a Rua Barata Salgueiro. Ultrapassado no tempo, como o próprio autor o reconhece, a passividade de uma gestão camarária (sem uma tomada de posição do IPPC) permitiu à especulação imobiliária a implantação de aberrações arquitectónicas naquela avenida e a ameaça de que, dos fossos deixados pela demolição de alguns prédios, mais possam nascer.

Para já, sobre o buraco junto ao Hotel Victoria e o futuro do Tivoli, que mais parece refúgio da ocupação castelhana, procuramos saber junto do eng. Rui Godinho, vereador da reabilitação urbana (e recuperação dos centros históricos da CML), se têm algum fundamento os receios agravados por um sinistro senso de humor viking que se permitiu provocar a sensibilidade

dos lisboetas, ao decorar com a tomada do castelo, um tapume que, além de ocupar o passeio, esconde não se sabe que poder.

R.G. - «A CML tem competências para despachar processos relativos a projectos de alteração, de novas edificações, construção e reconstrução em toda a cidade, e portanto também da situação da Avenida da Liberdade. Neste momento a Avenida está sujeita a um processo de classificação aberto pelo IPPC. Isto significa que terão de lhe ser submetidos todos os processos que, relativos àquela área, venham a entrar na CML, a quem cabe a aprovação final. Isto no domínio das competências. Nesse domínio, na primeira reunião deste novo mandato foi aprovada a proposta relativa às delegações de competências do presidente da CML, que estabelece normas muito diferentes das que perduraram na última década. No anterior mandato, o presidente tinha poderes para, sozinho, despachar qualquer processo de qualquer área da

cidade. Temos detectado e procurado desarmadilhar muitas bombas ao retardador que ficavam espalhadas pelos serviços e vários pontos da cidade...»

«DL» - Dê exemplos.

R.G. - «Uma, referente a esta questão dos anúncios luminosos que se tratou de uma deliberação tomada por proposta do então vereador das finanças, Pedro Feist (CDS), para que a CML aprovasse, em junho ou julho, e sem qualquer espécie de protesto entrado em vigor em Outubro. Acontece que esse mesmo vereador saiu da Câmara no dia 22, para exercer as funções de presidente das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa. Nessa condição, exactamente nove minutos antes de tomar posse, enviou um violento telex protestando os aumentos que ele próprio decretou. Outra situação, já publicamente anunciada foi a suspensão (como a dos anúncios luminosos) do licenciamento das obras do edifício da nova Assembleia Municipal, num logradouro público do Bairro das Estações»

cas, que o eng. Abecassis tratou freneticamente nos últimos tempos. Naturalmente haverá já outros despachos que ele terá feito sobre autorizações de demolições e novas construções na Avenida da Liberdade e outros sítios, que ainda não detectámos. Isto significa que, se as competências para autorizar projectos que visem alterações nesta área, são obviamente do presidente da CML, por intenção declarada do próprio, acontece que ele trará à Câmara todos esses projectos para que se faça o debate que se entender».

«DL» - E no caso concreto da Avenida da Liberdade?

R.G. - «Independentemente dos dispositivos legais que têm que ser cumpridos no licenciamento das intervenções em curso ou a desancadear na Avenida, ela carece de um verdadeiro plano de ornamentação. Sendo uma zona muito importante do ponto de vista histórico monumental, precisa de medidas especiais. É o próprio arq. Pedro Vieira de Almeida que reconhece que o seu Plano Morfológico e de Cérceas (1972) perdeu

actualidade. De qualquer maneira esse plano nunca respondeu às necessidades de ordenamento, muito menos de salvaguarda. Foi um plano expedito, elaborado em algumas semanas para encontrar um quadro de referência para se tomarem decisões em relação a questões concretas. Serviu por exemplo para o edifício do Banco Espírito Santo, situado na esquina da Rua Barata Salgueiro com a Avenida da Liberdade. A sensibilidade para a salvaguarda dos valores histórico culturais das cidades, era obviamente muito diferente da que temos hoje. E que deve estar presente em qualquer estratégia de planeamento, de gestão, de uma cidade moderna como é, e desejamos que seja, a Lisboa dos anos 90. Esse compromisso é o grande desafio da actual gestão da cidade. A Avenida já sofre situações concretizadas que a descaracterizam de uma forma, não direi definitiva, mas pelo menos muito nítida».

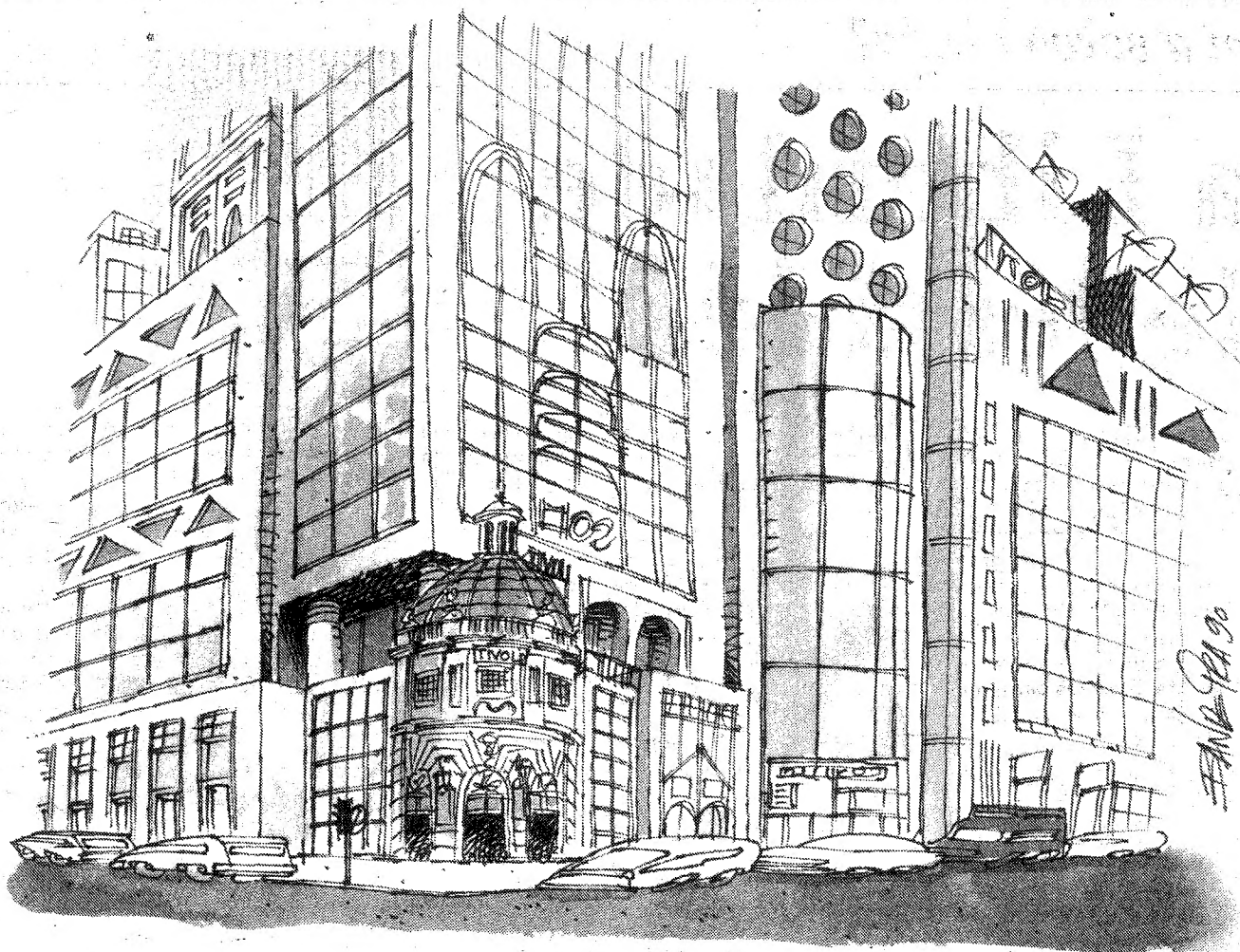
«DL» - Como é que se vão ultrapassar essas cicatrizes, e

impedir que dos fossos já abertos não irrompam mais aberrações arquitectónicas?

R.G. - «Refere-se à obra da Wagon-lit, mas mesmo ao lado, na esquina com o Parque Mayer, tem o edifício do antigo Café Lisboa. Há anos que me bato pela salvaguarda desse edifício notável, que se encontra numa fase de degradação galopante».

«DL» - Mas o eng. Rui Godinho não reconhece que o RECRIA é apenas uma alteração cosmética do PRIDE, sem qualquer utilidade prática para os senhores conservarem os prédios degradados?

R.G. - «É um problema sério. Os proprietários podem candidatar-se aos fundos do RECRIA que lhes garantem a cobertura de 65% dos custos das obras. É uma operação de financiamento para recuperação de edifícios que tem algumas lacunas, algumas deficiências, mas que também apresenta algumas virtualidades que não têm sido suficientemente potenciadas. Mas o RECRIA não tem resposta para todas as situações. É uma modalidade de crédito boni-



O futuro possível. Será este, também, o futuro provável?

molição. Mas o palacete neo-árabe é já Imóvel de Interesse Público (apesar do vizinho BESCL que o atrofia, a norte). A área de protecção -- de 50 metros -- inclui o edifício agora ameaçado.

Nos quarteirões ocidentais, as perspectivas não são melhores, com vários imóveis em aceleração de degradação. Entre eles, contam-se alguns exemplos contemporâneos do Passeio Público, assim como o conjunto harmónico do primeiro Café Lisboa (para o qual o IPPC chumbou já um

projecto de alteração).

A Praça Marquês de Pombal, provavelmente à margem duma futura classificação da Avenida, ainda possui alguns exemplos evocativos da Rotunda do 5 de Outubro, como o palacete contíguo ao "Diário de Notícias" e dois edifícios no quarteirão onde estão instalados a TAP e os Filmes Castello Lopes.

Há cerca de dois meses, o IPPC divulgou a intenção de proceder a um estudo da Avenida no sentido de que

sejam classificados os imóveis que restam e prevenida a futura descaracterização da artéria. A ameaça sobre o Tivoli, pouco antes, agitou a opinião pública motivando uma atenção especial da parte da secretária de Estado da Cultura, Teresa Gouveia. O processo de classificação conhecerá novos rumos na vigência do novo secretário de Estado, Pedro Santana Lopes, que já declarou publicamente a sua intenção de analisar caso a caso (ou seja, edifício por edifício) as pro-

postas para novas alterações da Avenida. Uma entrevista solicitada a Santana Lopes pelo "DL", no passado dia 22 de Janeiro, ainda não foi agendada pelo secretário de Estado.

Entretanto, a nova Câmara Municipal de Lisboa tentará, pelo seu lado, estabelecer alguma ordem em território semeado de ratoeiras pela vereação anterior. E o que espera a primeira Avenida de Lisboa continua a ser uma incógnita.

Marina Tavares Dias

Rui Godinho, vereador da CML para a reabilitação urbana, revela ao "DL" que o novo executivo ignora a maior parte dos projectos para destruição de mais imóveis na Avenida da Liberdade

ficado, que precisa de acertos significativos não só relativamente aos montantes, como às formas de utilização e de candidatura. Quem tiver um prédio em condomínio total não pode condicionar-se ao RECRIA, o que é um disparate".

«DL» - Vamos admitir que o proprietário desse prédio onde funcionava o Café Lisboa não tem possibilidades económicas para ultrapassar as lacunas do RECRIA e espera que o prédio caia, porque ao cliente o que interessa é usufruir mais facilmente o terreno. Uma vez que ele ainda não está classificado como de interesse público, o que é que poderá evitar a destruição da sua traça, das suas fachadas?

R.G. - "Isso passa por duas coisas: por termos aquilo que não existe, um plano actualizado de ordenamento e salvaguarda de toda a Avenida da Liberdade e áreas adjacentes; por outro lado, mesmo com os dispositivos legais que dispomos ainda é possível controlar o tipo de licenciamento para obras nessa zona. A CML pode obrigar os pro-



Rui Godinho

motores a determinadas regras, que incluem a conservação de fachadas, volumetrias, ambiente, valor histórico cultural, etc. Esta é a forma casuística de intervenção que eu não defendo".

«DL» - Está excluída portanto a hipótese de nascer do fosso ao lado do Hotel Vitória, mais um Libersil, por exemplo?

R.G. - "Absolutamente. E por várias razões: primeiro, a Câmara hoje temos é de uma sensibilidade radi-

calmente diferente da anterior, e as suas áreas de competência não autorizarão qualquer edifício que viole a harmonia do conjunto formado pelos Hotéis Lys Victoria, o Tivoli e o Palácio Lambertini. Segundo, a grelha de decisão, hoje, passa não só pela CML como pelo próprio IPPC. Não só a Avenida da Liberdade está em processo de classificação, como o Hotel Vitória já é classificado e tem uma área de protecção com 50 metros, como existe na

Rua de S. José um outro edifício classificado".

«DL» - Além de ocupar o passeio público, já é do conhecimento da CML o que esconde aquele tapume curiosamente decorado como o assalto a um castelo?

R.G. - "A Câmara não tem conhecimento de qualquer projecto para aquela zona. Se existe, se há ou não autorização para a demolição do edifício, isso terá sido deliberado pelo anterior presidente. Uma das tais bombas ao retardador... Não posso é deixar de registar com alguma curiosidade o facto do IPPC ter assistido impávido e sereno, durante anos e anos, às maiores malfeitorias que se fizeram em Lisboa, sem nunca ter desencadeado no mandato do eng. Abecassis, o processo de classificação, por exemplo, da Avenida da Liberdade. E, curiosamente, surge a público quando se sabe que Abecassis vai embora, substituído por uma Câmara que tem relativamente a essa área uma posição indiscutivelmente diferente".

Jorge Fallorca

COMENTÁRIO

O último dos símbolos

Por meados de Janeiro, os jornais franceses anunciavam a nova década que espera Paris: "Os Campos Elíseos recuperam a memória". Após a classificação do Café Fouquet's pelo ministro da Cultura Jack Lang, a Câmara de Paris revela que Chirac pretende ir ainda mais longe na defesa da avenida. Projecta-se o estacionamento restrito, a plantação de nova fila de árvores, os passeios alargados até 21,50 metros, o mobiliário urbano ao estilo 1900, a classificação na íntegra dos imóveis antigos e os privilégios para o comércio tradicional. O lema parisiense é agora "remonter les Champs-Élysées". A ameaça de demolição de um só café, há 18 meses, levantou tal onda de protestos que, hoje, dificilmente as multinacionais poderão retomar impunemente o saque à mais famosa avenida europeia. Devolvendo-a aos parisienses, o governo francês controla futuras cartadas.

Alvo preferencial da especulação imobiliária, os Campos Elíseos são um caso apesar de tudo pouco comum no centro de Paris. Os grandes «boulevards», por exemplo, ostentam ainda o aspecto homogéneo, com que o barão de Haussmann os conheceu. Da Madeleine à République, as fachadas comerciais mudaram (ou não); os edifícios permanecem de pé.

A Avenida da Liberdade poderá, em importância local, ser comparada aos Campos Elíseos. No entanto, em termos de especulação, não recebe tratamento exclusivo ou especial. Quando o camartelo a ameaça de lés a lés, Lisboa já não tem muito mais que se veja e que recorde a época das grandes avenidas. Desde a Rotunda ao Saldanha e daí até ao Campo Grande, contam-se rapidamente os escassos vestígios da Lisboa fim de século. Salpicando raros quarteirões, os palacetes e os prédios baixos que restam envelhecem atrofiados, quase sempre ao abandono. À noite, quando os blocos para escritórios escurecem homogeneamente, estes pequenos imóveis destacam-se do pesadelo, como dentes são numa boca careada. Nessas horas, enquanto o "shopping" das Amoreiras ferve de gente, são estas as avenidas mais tristes do planeta.

Não foi só por fora que a especulação destruiu o centro de Lisboa. Foi, sobretudo, por dentro dos hábitos, da boa-vontade dos lisboetas. Foi, sobretudo, nas hipódotes turísticas, nos vestígios de animação, naquilo que faz uma cidade digna de ser habitada.

A questão da Avenida da Liberdade surge-nos agora na urgência gritante que sucessivas vereações camarárias negaram às Avenidas Novas. Porque, apesar de tudo, a Avenida era "os nossos Campos Elíseos" (assim mesmo a chamava, ainda em sonhos, o incondicional Rosa Araújo); a única entre congéneres a merecer o respeito de um sobressalto antes do ataque; a primeira marca na Lisboa pós-pombalina do século XIX e a última hipótese de animação na Lisboa europeia do século XXI.

A nossa Avenida soma agora mais virtudes do que os Campos Elíseos parisienses. A harmonia que lhe resta é privilégio único em Lisboa. Articulação com a Baixa, opções viáveis para as placas centrais, exemplo duma época -- tudo isto é seu exclusivo, já ou ainda. Porque as Avenidas Novas estão irrecuperáveis e a Avenida

Almirante Reis (cujos primeiros quarteirões também deveriam estar classificados) enferma eternamente de uma herança maldita chamada Martim Moniz.

Paris poderia sacrificar os Campos Elíseos e continuar a ser Paris. Lisboa já não se pode dar ao luxo de sacrificar a Avenida da Liberdade.



Marina Tavares Dias

FORUM

O MEU EU E O MEU EU DOS OUTROS

No fim do Verão (devido a sucessivas viagens, congressos e eventos sócio-culturais inevitáveis), tinha ultrapassado o meu peso máximo histórico nuns bons quatro quilos. No momento em que me lamentava deste facto, encontrei um amigo fraterno que me conhece desde os tempos da juventude e que ainda dois meses antes me tinha visto. Diz-me que não só me acha bem, como se congratula pelo meu visível emagrecimento. Faço um esforço para o não agredir e decido-me a fazer dieta. Porque, assim como deixo de fumar todas as semanas, também estou constantemente a iniciar dietas.

A verdade é que, corroborando o provérbio «querer é poder», no início do Outono havia perdido os quatro quilos em excesso e retomado o meu peso normal. Então, enquanto me pavoneio num casaco «extra-large» que tinha recuperado, encontro um outro amigo que me diz que estou óptimo mas, aí de mim, um pouco mais gordo. Sinto que não passei por nenhuma experiência excepcional e os amáveis leitores reconhecer-se-ão certamente no protagonista desta história, a qual tem importantes implicações filosóficas, pois diz respeito ao debatido

problema da identidade e do reconhecimento dos idênticos.

Acontece realmente que o ser humano é capaz de reconhecer a mãe, o pai, familiares, amigos e conhecidos e, além do caminho para casa, também lugares, pessoas ou objectos que se revêem após longo tempo. Quando tal não sucede, estamos em presença de doenças bem conhecidas, a propósito das quais circulava há uns tempos uma anedota cruelíssima: «Vá lá, fulano não está tão mal como isso; ao menos, tem a vantagem de estar sempre a conhecer pessoas novas.»

Não quero abrir aqui um capítulo sobre a lógica da identidade ou sobre a neuropsicologia do reconhecimento, mas é sabido que, quando conhecemos uma pessoa, forma-se na nossa memória uma imagem média desta e se, mais tarde, a reecontramos, julgamos a nossa experiência com base na imagem que criámos, e fazemos a partir daí o nosso juízo de identidade. O modelo mnemónico deve ter retido apenas algumas propriedades que considerámos essenciais, com prejuízo de outras, porque somos capazes de reconhecer qualquer um, mesmo que, entretanto se tenha bronzeado ou deixado crescer o bigode. Em suma, balançamos entre a nossa experiência actual e o modelo mnemónico que

formámos. Sucedem que, algumas vezes, nesta oscilação, o modelo mnemónico nos suscita tais reacções afectivas que, como é do conhecimento de quem ama, ficamos em sobressalto sempre que erroneamente nos parece reconhecer ao longe uma pessoa amada, talvez de braço dado com um desconhecido. Mas este facto propicia também, aos que se amam, acharem-se reciprocamente belos, mesmo quando o tempo lhes modificou as feições, muitas vezes para pior.

Eis, pois, explicado o fenómeno dos tais amigos que me acham gordo quando emagreci e vice-versa. Eles conhecem-me tão bem que me reconhecem pelo simples facto de dirigirem a atenção para uns tantos traços essenciais; e assim, como a todos acontece, parece-lhes que o reconhecimento é um acto intuitivo, espontâneo, o qual tem mais a ver comigo (que estou ali) do que com a laboriosa actividade a que têm de proceder. Na verdade, têm-me à sua frente, mas, com uma violência kantiana, enfaixam-me, envolvem-me, traduzem-me em termos da imagem mnemónica que desde há muito cultivam, confrontam-me com ela, apegam-se a ela. Não interessa o facto de me terem visto mais magro ou

mais gordo da última vez; a verdade é que, estivesse eu gordo ou magro, todas as experiências precedentes que de mim tiveram só serviram para enriquecer o Eu ideal que lhes habita a memória.

Quantos milhares de Eus e de Nós ideais contribuímos para criar no decurso da nossa vida? Quantos Eus nossos andam por aí a passear na memória dos outros? E eu, que me esforço por mudar (e não só no peso) o Eu que neste momento sou e, afinal, serei visto, reconhecido, julgado com base nos Eus que ajudei a nascer, quem sabe há uns vinte anos atrás?

Pobre Eu! Eu, que me julgo dono do meu destino (porque querer é poder) e, em vez disso, ando por aí, procurando obscura e esquizofrenicamente adaptar-me ao meu Eu construído pelos outros...

Não sei se as razões filosóficas serão aceitáveis, mas já decidi: a partir de hoje, esparguete à «amatriciana», leitão e gelado com natas. Depois, uma boa aguardente velha. Tanto do meu Eu se ocupam os outros que só me resta a liberdade de decidir sobre a minha morte.

(trad. de Manuela Ferreira de Almeida)
Exclusivo DL/L'Espresso



Umberto Eco

QUE SE PASSA COM OS PORTUGUESES?

Não sei o que se passa em Lisboa, tal como não sei o que se passa, neste momento, com os portugueses.

Sei, porém, que tanto esta cidade como a sua gente estão sujeitos a um dos piores males que pode afectar uma colectividade - um mal que destrói a vida, que acaba com o prazer da existência, que põe definitivamente termo a toda e qualquer forma de se viver com alegria.

Estive onze dias seguidos em Lisboa, fui todos os dias à praça, andei de eléctrico, de táxi, a pé e, fizesse eu o que fizesse, esbarrei, em toda a parte, com o mal a que me refiro.

Vou mais longe: esbarrei com este mal tanto por experiência própria, como por experiência alheia, já que ouvi falar nele inúmeras vezes, tanto a portugueses como a estrangeiros.

O mal a que me refiro define-se em meia dúzia de palavras: andamos azedos, mal dispostos, irritados com a vida e com o próximo, e comportamo-nos de acordo com a irritação permanente que temos contra tudo e contra todos.

Os motoristas dos nossos táxis são mal educados; os condutores dos nossos eléctricos rivalizam com eles nesta matéria; os vendedores das nossas lojas parecem fazer-nos um favor imenso quando nos atendem, passásemos de umas crianças empenhadas em irritá-los; os transeuntes com que nos cruzamos parecem, pelas expressões, vir do Inferno, os automobilistas insultam-se em plena rua, e todos, de um modo geral, se comportam como se a vida os tratasse particularmente mal, e todos fossem vítimas de uma imensa, e tenebrosa, conspiração armada pelo inimigo contra eles.



Luís de Sittau Monteiro

Quem é - ou o que é - o inimigo?

É o patrão, quando ele existe; é o chefe da repartição, quando se é funcionário público; é a porteira, quando se esbarra com ela; é o criado do restaurante, que leva cinco minutos a trazer o bacalhau; é a mulher, que não se põe de cócoras perante a nossa importância; é o filho que não há meio de arranjar um emprego; é o autocarro, que não chega a tempo; é o parvalhão do Silva que, lá por ser doutor, se julga mais do que nós; é toda a gente, toda, toda, a gente.

Passei uma noite a ver televisão e fiquei espantado - o mal já lá chegou, como se vê pela agressividade dos entrevistadores perante uma gente que se prestou a ser entrevistada ou por dever de ofício, ou por boa vontade.

Ligo a rádio e fico espantado - o País parece estar em guerra!

O director do Futebol Clube qualquer coisa berra contra o director do Futebol Clube de outra coisa qualquer e exige, em altos berros, que este se retracte!

Só estão de acordo num ponto: os árbitros ainda são piores do que eles e deviam ser todos expulsos!

Pego num jornal e verifico que os agricultores do distrito de não sei quê vêm todos a Lisboa pedir um subsídio ao Governo por ter chovido nas suas terras ou, quando não choveu, por a seca ter destruído as suas colheitas!

Mais adiante comprovo, com surpresa, que os comboios não funcionam e que os habitantes não sei de onde «conquistaram» uma estação e não os deixam passar.

Viro a página para descobrir que a população de uma terra qualquer plantou cenouras, ou nabos - já não me recordo - em plena estrada, ou com um objectivo qualquer, ou para «vir no jornal».

Dizem-me, na praça, que a

«tropa» já se está a mexer e um magarefe afirma em voz alta que a única forma de a calar é pagar-lhe o que ela quiser...

Saio, apressadamente, para não me meter em discussões, mas esbarro com um velho professor do liceu, dotado de uma profunda convicção de «exercer uma missão sagrada», e de um farto bigode à «velha anarquista», que me segreda: «Isto está cada vez pior...», antes de desaparecer arrastado por uma multidão de mulheres desconhecidas.

Entro no café para fugir a mais comentários pessimistas e peço uma «bica» ao balcão. Enquanto o homem a prepara noto que, a meu lado, alguém lê um jornal com cabeçalhos que me assustam: os pilotos não sei de onde recusam-se a voar, os presos de uma cadeia vão entrar em greve da fome, os professores não sei de onde não dão aulas enquanto chover na sala...

Pior: na rua, as pessoas comportam-se como se alguém lhes tivesse ofendido a família, desenterrado os bisavós, pegado uma doença mortal. Tento contar os que passam como se lhes valesse a pena viver, como se a vida fosse, para eles, um dom precioso, uma fonte inesgotável de prazer, mas só vejo gente mal disposta, pronta a insultar aqueles com quem se cruza, disposta a bater-se desesperadamente com o próximo. No banco a situação é a mesma: uma longa «bicha» de gente mal disposta, azeda, cansada de existir, que se observa mutuamente com nítido rancor.

Terá caído a ponte sobre o Tejo? Estaremos a ser invadidos, sem que eu o saiba, pelo Exército espanhol? Será que a peste atacou a cidade enquanto eu dormia?

Penso e repenso em tudo isto, recordo os sorrisos da multidão de Londres, as piadas permanentes da gente de Paris, o optimismo do povo de Berlim, e pergunto-me o que se terá passado com a minha gente que nasceu ao sol e que vive à chuva, que se ria, e que agora chora, que era «normal» e que, agora,

é profundamente anormal, que não tomava nada a sério e que, agora, anda rancorosa, cheia de mágoas, farta da vida.

Confesso que não compreendo o que se passa, e que este mal estar me surpreende, até porque não o encontro em Madrid, em Paris, em Londres, tal como não o encontro em Berlim, em Varsóvia, em Budapeste. Estou perante um azedume especificamente português, tipicamente português, exclusivamente português.

Não perdoamos à vida ser como a supomos, tal como não perdoamos ao próximo ser como é.

O pior, porém, é que talvez tudo isto tenha mais a ver com nós próprios do que com os outros - quem sabe se não será por não gostarmos de ser nós próprios, que não conseguimos viver «normalmente»?

E que nos vingamos da vida, não por ela não nos dar aquilo a que dizemos ter direito mas porque, no fundo, sabemos que esse direito não existe senão na nossa imaginação?

Confesso que não sei, mas de uma coisa estou certo: a nossa atmosfera é irrespirável, o clima em que vivemos impossível, e a vida que temos insustentável.

Não há subsídios-escolas da CEE que nos elevem ao nível dos outros, como não há banquetes oficiais, nem escolas, nem governos, que consigam este milagre, a menos que nós mudemos, nós próprios, na forma como nos encaramos a nós mesmos.

E julgo que teremos de o fazer rapidamente para não virmos a ser, no futuro, os «azedos» mais ridículos da Europa.

Uma noite destas fui jantar a casa de um antigo embaixador estrangeiro em Lisboa e, já na sala, bebendo um excelente café, um dos convidados disse-me, meio divertido-repito: «meio divertido»: «Há muita gente, na Europa, que se pergunta porque é que os seus impostos hão-de pagar para vocês lhes serem equiparados...»

FORUM

AUTO-RETRATO

O auto-retrato é um desafio que o DL está a lançar às mais diversas personalidades da vida pública portuguesa. Duas vezes por semana está nestas páginas. Hoje é a vez de David Mourão-Ferreira

Nasceu, sob o signo dos Peixes, numa casa de onde se avistava, até à barra, todo o estuário do Tejo. Nos olhos, sobretudo, lhe ficou o espectáculo dos barcos que partiam.

Sente-se, desde sempre, mais estável no movente que no fixo.

Muito cedo começou a imaginar, por detrás das grades que então a escondiam, como resplandeceria, em plena luz, a face da liberdade.

A primeira palavra «difícil» que saboreadamente aprendeu: biblioteca.

Livre, livro: diante desta semelhança, logo em pequeno desconfiou que não seria por acaso.

As suas mais remotas imagens de Lisboa: casas cor-de-rosa, afogueadas pelo sol; varandas confusas; nítidos degraus; luzes de eléctricos, ao crepúsculo, a fazerem dançar a névoa sobre carris humedecidos.

Tentou escrever, aos oito anos, quando frequentava a terceira classe da instrução primária, um ambicioso «livro» de leituras... para a terceira classe. Em verso e em prosa. Imagine-se. E o pior é que o vírus não mais se desalojou.

O que hoje menos lhe desagrada, de entre tudo o que tem escrito, parece-lhe caber, por inteiro, no aro incandescente da poesia.

Uma das maiores alegrias da sua infância: um violino que lhe ofereceram; e que nunca aprendeu a tocar. Tem feito o mesmo, ao longo da existência, com algumas outras alegrias.

Nunca tomou demasiado a sério aquilo que lhe dizem que é. Só procura tomar a sério algumas coisas que faz.

Lamenta a falta imperdoável, nas três ou quatro línguas que menos mal conhece, de um verbo que simultaneamente significasse: ler, amar, viajar, escrever.

Tem tão depressa a convicção de que o amor é tudo como a suspeita de que tudo é nada.

Paixão e prazer: experiências que não lhe têm sido fácil dissociar.

Uma das raras mulheres para

cujos braços ainda corre sem hesitação: a Itália.

Cada vez mais alérgico a *ter de escrever*. Quase tanto como a *ter escrito*. Mas, enquanto escreve, experimenta sensíveis melhoras.

Nem bibliófilo nem bibliómano: apenas um tudo-nada bibliófago. Ou, mais propriamente, verbívoro.

Particularmente o empolga, no acto da escrita, a operação de alterar, a cada instante, o que anteriormente pensara escrever.

Alguns autores que noutra vida desejaria vir a encontrar: Garrett, Larbaud, Savinio.

Entre uma cereja e um computador, só a cereja lhe suscita verdadeira admiração.

Abomina congressos, colóquios, seminários e demais formas de promiscuidade.

Em geral, acredita pouco nos autores que escrevem *muito*. Menos ainda nos que escrevem *sempre*.

Tem constantes saudades do passado que inventa. Nem de outro modo crê que possa o passado viver no futuro.

Música, mar, mulher: em separado ou em conjunto, elementos



Tem escrito mais, incomparavelmente mais, sobre outros e para outros que sobre si próprio ou para si próprio. Deve ser por isto que o suspeitam de narcisismo.

Há quem o julgue sociável. Mas, amiúde, até gosta mais de estar só do que bem acompanhado.

Uma hidra presunçosa que estranhamente odeia: o Estado.

Não tolera intransigentes. Não transige com intolerantes.

que têm sempre figurado nos melhores instantes da sua vida.

Reconhece que terá sido, em geral, mais bom filho que bom pai; mais bom pai que bom marido.

Anda, nos últimos tempos, interiormente iluminado por um candelabro de dezoito velas: os olhos dos seus nove netos.

Única certeza que tem hoje: a de que estamos no mundo por um préstimo.

OBRAS DE DAVID MOURÃO-FERREIRA

Poesia

OBRA POÉTICA 1948-1988 (*A Secreta Viagem*, 1950, 6.ª ed., *Tempestade de Verão*, Prémio Delfim Guimarães, 1954, 6.ª ed.; *Os Quatro Cantos do Tempo*, 1958, 6.ª ed.; *A Guitarra e à Viola*, 1960, 2.ª ed.; *In Memoriam Memoriae*, 1962, 9.ª ed.; *Infinito Pessoal*, 1962, 6.ª ed.; *Do Tempo ao Coração*, 1966, 4.ª ed.; *Cancioneiro de Natal*, Prémio Nacional de Poesia, 1971, 5.ª ed.; *Matura Idade*, 1973, 3.ª ed.; *Órfico Ofício*, 1978, 2.ª ed.; *Entre a Sombra e o Corpo*, 1980, 2.ª ed.; *Ode à Música*, 1980, 3.ª ed.; *Os Ramos Os Remos*, 1985, 2.ª ed.; *O Corpo Iluminado*, 1987, 2.ª ed.; *No Veio do Cristal*, 1988), Grande Prémio Inasset de Poesia, Editorial Presença, 1988.

Conto e Novela

GAIVOTAS EM TERRA, Prémio Ricardo Malheiros, 1959 (7.ª ed., Editorial Presença, 1988); **OS AMANTES** (1968) **E OUTROS CONTOS**, 1974 (4.ª ed., Editorial Presença, 1989); **AS QUATRO ESTAÇÕES**, Prémio da Crítica da Associação Internacional dos Críticos Literários, 1980 (2.ª ed., Publ. D. Quixote, 1982); **DUAS HISTÓRIAS DE LISBOA**, Ed., Labirinto, 1987.

Romance

UM AMOR FELIZ, Prémio de Narrativa do Pen Clube Português, Prémio D. Dinis da Fundação da Casa de Mateus (*ex-aequo* com Mário de Carvalho), Prémio de Ficção Município de Lisboa e Grande Prémio de Romance da Associação Portuguesa de Escritores, Editorial Presença, 1986 (5.ª ed., id., 1989).

Teatro

O IRMÃO, Prémio de Teatro da Casa da Imprensa, 1965 (2.ª ed., Guimarães Editores, 1988).

Ensaio, Crítica e Crónica

VINTE POETAS CONTEMPORÂNEOS, 1960 (2.ª ed., aumentada, Ed. Ática, 1980); **ASPECTOS DA OBRA DE M. TEIXEIRA-GOMES**, Portugália Ed., 1961 (esg.); **MOTIM LITERÁRIO**, Ed. Verbo, 1962 (esg.); **HOSPITAL DAS LETRAS**, 1966, (2.ª ed., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982); **DISCURSO DIRECTO**, Guimarães Ed., 1969 (esg.); **TÓPICOS DE CRÍTICA E DE HISTÓRIA LITERÁRIA**, União Gráfica, 1969 (esg.); **SOBREVIVENTES**, Publ. D. Quixote, 1976; **PRESENÇA DA «PRESENÇA»**, Ed. Brasília, 1977; **LÂMPADAS NO ESCURO**, Ed. Arcádia, 1979 (esg.); **O ESSENCIAL SOBRE VITORINO NEMÉSIO**, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987; **NÓS PASSOS DE PESSOA**, Prémio Jacinto do Prado Coelho (*ex-aequo* com Ernesto Sampaio), Editorial Presença, 1988; **MARGUERITE YOURCENAR: RETRATO DE UMA VOZ**, Edições Rolim, 1988; **OS ÓCIOS DO OFÍCIO**, Guimarães Editores, 1989; **SOB O MESMO TECTO**, Editorial Presença, 1989.

Divulgação e Tradução de Poesia

IMAGENS DA POESIA EUROPEIA - Vol. I (Grécia, Roma, Os Séculos Obscuros), Realizações Artis, 1972.

POLÍTICA

Estatuto de Macau entregue na AR

O estatuto orgânico de Macau é hoje entregue na Assembleia da República e deverá subir, em Março próximo, a plenário, para que este órgão aprecie e vote a proposta de alteração que a projecto contém. Ao acto assistirão o presidente da Assembleia Legislativa de Macau, Carlos Assunção, que também se encontra em Lisboa.

O documento foi ontem à tarde apresentado ao Presidente República pelo governador Carlos Melancia, para ser analisado em reunião do Conselho de Estado, em data a anunciar.

Só então o projecto, elaborado ao longo do último ano por uma comissão eventual da Assembleia Legislativa, entrará de novo na Assembleia da República para ser agendado.

Na audiência que o Presidente ontem lhe concedeu, Carlos Melancia abordou questões relacionadas com as alterações a introduzir no estatuto orgânico para vigorar a partir de 1999.

O documento contém princípios fundamentais para autonomia do território no período posterior àquela data. «É importante consolidar esta estratégia de autonomia legislativa, desde já, e não nas vésperas» da passagem do território para soberania chinesa, observou Melancia.

Nas suas declarações à Comunicação Social, Melancia salientou ainda que a transferência das competências legislativas da Assembleia da República para os órgãos de soberania de Macau (governador e Assembleia Legislativa) terá de ser sujeita a um período de adaptação, ou «não remanescerá» depois da passagem do poder administrativo de Portugal para a China.

Barroso e Aristides Pereira à procura da paz em África

Cabo Verde coordena o «gupo dos cinco» e tem papel destacado na resolução dos conflitos da zona

A próxima reunião da comissão mista Portugal-Cabo Verde realiza-se em Lisboa, em Outubro, anunciou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação na Cidade da Praia, no final de uma visita de vinte e quatro horas a Cabo Verde, onde manteve encontros com as autoridades locais. O último destes encontros teve lugar em Junho, durante a visita de Cavaco Silva àquele país.

As relações entre os dois países e a situação em Angola dominaram as conversações de Durão Barroso com o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira e com o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz. «Cabo Verde, no contexto africano, e Portugal, no contexto europeu, podem dar uma contribuição importante para alguns problemas», disse Durão Barroso.



Luís Sá: «A «perestroika» é um grande abalo»



ministro do Plano e Cooperação de Cabo Verde, José Brito, o secretário de Estado português admitiu que haverá «um reforço da cooperação, com prioridade para formação de recursos humanos».

Nos seus contactos Durão Barroso abordou a situação em Angola e a evolução política na África do Sul, esperando que «a paz seja uma realidade este ano», disse.

«Algumas razões de natureza internacional estão a esbater-se e acreditamos que a desinternacionalização do conflito pode levar à paz», afirmou.

Em relação à África do Sul, o secretário de Estado português considerou «necessário» que a comunidade internacional e a CEE «façam ver às autoridades e ao ANC o interesse de uma evolução pacífica».

Lusa/«DL»

Aprendendo com a «perestroika»

PCP estuda papel dos soviéticos

A delimitação de funções entre o PCUS e os órgãos da administração, foi uma das grandes «surpresas» constatadas pelo delegação do PCP que que esta manhã regressou a Lisboa, depois de vários dias de visita à União Soviética.

Luís Sá, que chefiou a representação portuguesa, classificou a questão de «suma importância», à luz daquela demarcação entre o partido e o Estado, adiantando que os acontecimentos de Leste serão dos «principais temas em debate no congresso do PCP».

«Apercebemo-nos de que na fusão com o Estado, o papel do partido pode ficar diminuído enquanto órgão fiscalizador da actividade dos deputados e dos membros dos órgãos de Estado», salientou Luís Sá, para quem a criação de «contrapoderes» à actividade do Estado, bem como «o controlo e fiscalização popular e a democratização do partido, da sociedade e do Estado» se assumem como «grandes conquistas e avanços».

A «perestroika» é um «grande abalo, não só para os comunistas, mas para todas as forças políticas», frisou ainda Luís Sá, que chamou também a atenção para o facto de se estar na véspera de alterações «muito importantes na URSS», existindo a possibilidade de aprovação de uma nova constituição, em 1991.

O reforço da actividade dos soviéticos (órgãos de poder) com a perspectiva de aprovação da lei de autogestão dos soviéticos locais, são «medidas extremamente valiosas», disse. Nas condições específicas

da URSS, a «delimitação das competências entre a União e as Repúblicas federadas será extraordinariamente importante», referiu ainda.

Relativamente ao pluripartidarismo na União Soviética, Luís Sá reconheceu que «está efectivamente introduzido no debate político», existindo desde já, «quer nos órgãos do poder, quer no processo eleitoral, um grau extremamente elevado de diversidade de opiniões políticas e até centros de organização das opiniões políticas». As repercussões dos acontecimentos do Leste europeu, par-

ticulamente na URSS, «vão ser um dos principais temas em debate no congresso do PCP», a realizar na primeira quinzena de Maio, revelou ainda Luís Sá. «É um processo que seguimos com extrema atenção, de forma apaixonada, e que desejamos que tenha o maior êxito possível», acrescentou.

PCP Madeira exige quadros regionais

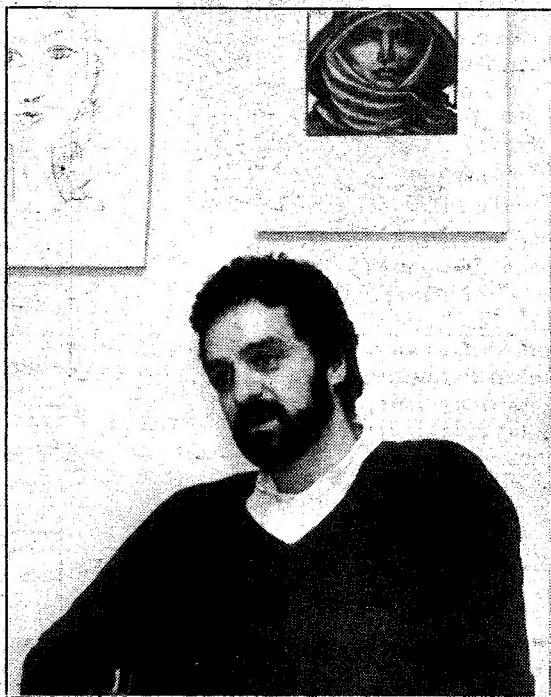
O PCP da Madeira poderá vir a ser dirigido por quadros regionais comunistas. Rui Nepomuceno e António Casmarrinha admitiram ontem essa hipótese, em conferência promovida no Funchal.

A decisão foi tomada numa reunião de quadros comunistas que teve por objectivo definir as directivas de actividade do partido e preparar a intervenção dos madeirenses no 13º Congresso Extraordinário do PCP.

António Casmarrinha, funcionário e membro do Comité Central do PCP, é quem tem dirigido o partido na Madeira, segundo uma prática já anterior, que colocava quadros comunistas do Continente na liderança regional. Os comunistas madeirenses pensam, segundo aqueles dois dirigentes, que deve ser a direcção regional a eleger o seu responsável.

António Casmarrinha e Rui Nepomuceno revelaram que a Direcção Regional do PCP/Madeira tem uma «grande autonomia relativamente ao partido», afirmando que, dentro de pouco tempo, um madeirense poderá estar no Comité Central.

Lusa/«DL»



O secretário de Estado da Cooperação procura em Aristides Pereira um mediador para a paz

B R E V E S

«Super Lynx» já foi apresentado

Um helicóptero do tipo do «Super Lynx», dos cinco que Portugal encomendou a uma empresa britânica para equipar as fragatas portuguesas, foi ontem apresentado a um grupo de jornalistas, no alto mar, a 60 milhas a Sudoeste de Lisboa. O aparelho, alvo de alguma contestação por alegadamente poder estar ultrapassado, uma vez que a firma fabricante concebeu já um outro mais sofisticado, efectuou várias evoluções a partir da plataforma britânica «HMS Amazon», mostrando as suas possibilidades de manobra e as capacidades para detecção de navios, luta anti-submarina, busca e salvamento, no mar.

Deputados portugueses em reunião da NATO

Os deputados portugueses Ângelo Correia e Júlio Miranda Calha participam na reunião da Comissão de Defesa da Assembleia da União da Europa Ocidental que se reunirá em Nápoles e Roma de 14 a 16 deste mês. No primeiro dia está prevista uma sessão no quartel-general de Bagnoli (Nápoles), onde terão lugar exposições apresentadas por oficiais superiores, nomeadamente o almirante Norman King, havendo debate a seguir. No segundo dia dos trabalhos, já em Civitavecchia, perto de Roma, os parlamentares visitarão o porta-aviões «Garibaldi». A comissão reunirá-se no «Senato della Repubblica», onde será apresentado o relatório sobre «O futuro dos voos de baixa altitude».

MDM exige cumprimento da lei do aborto

As condições de aplicação das leis de protecção à maternidade da legislação laboral e as reformas no ensino não se traduzem em efectiva protecção da mulher, afirma o MDM de Setúbal. Foi aprovado um voto de congratulação pela libertação de Nelson Mandela, denunciado o «aumento de violência e insegurança» provocado pelos «skins-heads», ao mesmo tempo que, pediu a abertura de um inquérito parlamentar, pela não aplicação da lei que despenaliza a interrupção voluntária da gravidez, seis anos depois de ter sido aprovada no Parlamento.

POLÍTICA

Martins Júnior vai processar PSD

Os sociais-democratas ainda não decidiram se recorrerão da sentença



O padre de Machico ainda mora na Ribeira Seca, em casa da mãe e não na residência paroquial

O presidente da Câmara do Machico vai processar o PSD/Madeira e pedir uma indemnização na sequência do caso das pratas desaparecidas, a que aludiu publicamente, muito antes das eleições autárquicas de que sairia vencedor.

O padre Martins Júnior, como ainda hoje é tratado na Madeira e fora dela (fora pároco do Machico até a Igreja o expulsar), foi absolvido do processo de difamação que lhe foi movido pelo PSD antes das eleições de 17 de Dezembro. Poucos admitiam, antes das eleições autárquicas, que o deputado suspenso na Assembleia Regional da Madeira para responder em tribunal, vencesse a «corrida» para a Câmara Municipal do Machico. Foi, porém, isso que aconteceu e, neste momento, ainda com quatro dias para recorrer, PSD/Madeira parece atado de pés e mãos.

O tribunal invocou a imunidade parlamentar de Martins Júnior (a acusação baseou-se num texto que ele subscreveu, enquanto deputado) e irregularidades processuais para o absolver. O advogado da parte queixosa alega, contudo, «questões

técnicas» para recorrer e afirma ter «instruções do seu constituinte» para tal. Mas há quem se interroge no Funchal sobre a viabilidade desta intenção.

O secretariado nacional da UDP congratulou-se, entretanto, com a decisão do tribunal saudando, em comunicado «a postura exemplarmente vertical e coerente» de Martins Júnior, «absolutamente de acordo com toda a sua prática de defensor intransigente das liberdades, tendo sido o principal obreiro de mais esta vitória sobre a arrogância do PSD e o procedimento arbitrário de Alberto Jardim que indevidamente se envolveu no processo».

Situação no Machico é hoje diferente

Os últimos acontecimentos na ilha, em especial o relacionamento aparentemente mais aberto, entre Alberto João Jardim e Martins Júnior (relembre-se que o Governo Regional assumiu recentemente a dívida da Câmara do Machico, herdada do anterior titular, do PSD), amenizaram uma situação até há bem pouco tempo tensa, envolvendo estas duas figuras político-

partidárias da região.

Apesar disso, o advogado da parte queixosa neste processo, o dirigente local da JSD/Madeira, Miguel Albuquerque, declarou ontem de manhã a sua intenção de apresentar recurso da sentença proferida pelo juiz São Bento. À tarde, fontes do PSD da Madeira encaravam a hipótese de não o fazer, segundo apurou o «DL».

Visto tratar-se de um crime particular, «a inexistência da queixa retira a legitimidade de o Ministério Público perseguir sozinho o crime», diz a sentença, cujos termos não deixam grandes hipóteses ao advogado da acusação, ao qual foram passados «os mais amplos poderes forenses» e não «amplos poderes gerais», neste caso, para ele próprio poder recorrer.

O padre Martins interrogava-se ontem, depois de ouvir a sentença que o absolvera da acusação de difamação sobre os motivos por que um processo de 1988, só no final de 1989 foi posto em tribunal, justamente depois de ele ter anunciado a sua candidatura à Câmara Municipal do Machico, de

que de resto fora presidente em dois mandatos sucessivos, depois do 25 de Abril.

Afirmando não saber ainda se reocupará ou não o seu lugar de deputado (único) da UDP na Assembleia Legislativa da Madeira - porque «isso depende do povo que me elegeu», disse - o padre Martins adiantou que, pessoalmente, prefere continuar à frente da Câmara.

Relações com Jardim melhoraram

As pessoas acostumaram-se a ver no padre Martins Júnior o mais acérrimo adversário político de Alberto João Jardim. Foi uma surpresa para alguns o facto de o presidente do Governo Regional da Madeira receber, há três semanas, no Palácio da Quinta da Vigia, o presidente da CM do Machico, como o «DL» já noticiou.

Saiu satisfeito, o padre Martins, congratulando-se com o facto do presidente do Governo Regional haver «mudado por completo o seu discurso em relação ao Machico, comparativamente ao efectuado durante a campanha eleitoral», disse.

J.R.

JL

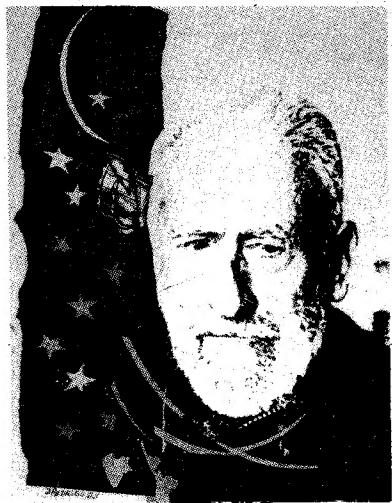
jornal de letras, artes e ideias

As
terças-feiras

À Descoberta de Nós

Agostinho da Silva
e Joel Serrão
- entrevistas

• Programas da Bienal de Cerveira e do Ciclo de Reflexão, cujas intervenções o «JL» publicará a partir da próxima semana



Manuel Alegre
escreve sobre
Rosa Mota



José Fernandes Fafe,
o regresso à Poesia

Lançado ontem no Centro Jean Monnet

A nação vista em democracia num livro de Fernandes Fafe

O «nacionalismo democrático» num livro lançado em instalações da CEE é por si só notícia, quer quanto ao tema, a nação quer quanto ao lugar de apresentação. Mas foi mesmo no Centro Europeu Jean Monnet que ontem o deputado socialista Jaime Gama apresentou o último livro do embaixador José Fernandes Fafe, sublinhando que esta obra, editada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda «será um ponto obrigatório de referência», quando estiver de vez na ordem do dia «a reconciliação entre nacionalismo, nação e democracia», três conceitos tornados opostos durante as décadas de Estado Novo, depois de terem sido os fundamentos da nossa revolução liberal do século passado e até do republicanismo do princípio deste.

Mais interrogações que respostas

Depois de uma intervenção em que Diogo Pires Aurélio afirmou que «a Imprensa Nacional-Casa da Moeda se sente honrada com esta publicação», Jaime Gama consideraria de «enormíssima actualidade» um ensaio que, ao «agarrar» o tema, é afinal «mais composto por interrogações que por respostas».

Para além de ser obra de ensaísta, e ainda segundo Jaime Gama, «pela temática da língua é o livro de um escritor».

Trata-se, por outro lado, do «primeiro livro de José Fernandes Fafe sobre a sua experiência diplomática», redigido na sua maior parte em Cabo Verde.

Contra o programa, José Fernandes Fafe chamaria a atenção para o facto de o livro ter sido escrito há seis meses. «Falta-lhe o capítulo da revivescência dos nacionalismos», assinalou.

«O de Freixo»
«A pátria não está em decadência, ao contrário do que muitas vezes se diz. Está mesmo

em ascensão. Quanto mais o mundo se internacionaliza.

O que poderá estar em declínio é a nação, o Estado-Nação», sustenta a dado passo Fernandes Fafe, antes de afirmar:

«O de Freixo de Espada à Cinta que passa a vida nos homogéneos aeroportos e hotéis do mundo, obrigado pelos seus negócios transnacionais sentirá mais necessidade de Freixo de Espada à Cinta do que o que lá nasceu e mora.

«Com os laços identitários, pelo modo de vida que leva, a desfazerem-se, agarrar-se-á, como por instinto, a tudo o que os possa reforçar. Quanto mais o mundo se torna uno e uniforme, mais o localismo e a diferença que ele é ganham importância», escreve José Fernandes Fafe em «Nação: Fim ou Metamorfose?»

Até que ponto «o de Freixo» se afirmou com identidade própria, expandiu língua e cultura através dos mares e pode criar condições para ser diferente, mas solidário, na Europa a caminho da unificação, tal é o fio condutor deste livro de Fernandes Fafe, primeira achega a um debate que faltava, agora que no centro do Velho Continente regressa, e em força, um fantasma que se acreditava esconjurado durante os anos da guerra fria: a questão nacional.

Não cabendo neste espaço uma apreciação quanto ao livro, não podemos deixar de chamar a atenção para uma tese do autor sobre a Europa das Regiões: «Em algumas circunstâncias, Portugal tem sido considerado uma região (uma única). É esse o tratamento que nos convém.

«Valerá a pena acrescentar que as zonas fronteiriças com a Espanha precisam que lhes dediquemos cuidados particulares?», interroga-se o autor.

J.I.

POLÍTICA

Eleições agitam águas no CNJ

Os centristas bateram com a porta e António José Seguro não se recandidata

Os jovens centristas zangaram-se com o Conselho Nacional de Juventude. Depois de uma convivência, não propriamente pacífica no seio daquela estrutura que congregava, no início, 18 organizações juvenis, a JC bateu com a porta.

Antes, já os jovens empresários e agricultores haviam suspenso a sua participação. No final de Março realiza-se a assembleia eleitoral. Muitas transformações se esperam. Até o presidente vai mudar. António José Seguro não se recandidatará. A sua corrida é outra.

Enquanto isso, as águas andam agitadas no CNJ. Para o actual presidente, esta efervescência «é sintomática» e explica-se pela proximidade das eleições no conselho. Na opinião de António José Seguro, o facto de se verificarem estas divergências dentro da organização «não quer dizer que esta tenha perdido a sua razão de existir. As pessoas têm de olhar para o conselho como uma plataforma de entendimento entre as diferentes organizações que o compõem, um ponto de equilíbrio e de consenso». No seu entender, o CNJ «deve ser o interlocutor privilegiado dos jovens para comunicar as suas posições ao Governo» no entanto, «não pense que tem as mesmas funções do Instituto da Juventude», acrescenta Seguro.

Ao mesmo tempo rejeita as acusações de ineficácia imputadas à organização que lidera e diz que durante os



António José Seguro: outra corrida

quatro anos e meio da sua existência se conseguiram resultandos relevantes e até algumas «vitórias». Mas não deixa de sublinhar, por outro lado, que o «CNJ não existe para ter o mesmo papel dos sindicatos».

O processo de contestação à Lei de Acesso ao Ensino Superior, os inquéritos aos jovens de frequência profissional, a questão do cumprimento do serviço militar obrigatório e dos objectores de consciência, o apoio às organizações políticas de juventude e o III Encontro Nacional de Juventude, como corolário, são algumas acções de relevo que o presidente do CNJ se orgulha de enumerar.

Tantos louros

Apesar destes louros é um facto que nem tudo está bem

no CNJ. «São muitas as organizações partidárias e não partidárias que fazem parte do conselho e algumas delas transpõem as dificuldades para aqui», afirma António Seguro.

Além disso, O CNJ a tomar posições políticas, é um cenário que não agrada ao presidente do CNJ.

«Se fosse esse o seu fim então nem teria sentido de existir», diz.

Ironizando, António Seguro afirma: «Há uma subvalorização daquilo que o CNJ é e uma hipervalorização do que as pessoas pensam daquilo que ele deve ser».

As dificuldades inerentes aos funcionamento do conselho, Seguro detecta-as na Assembleia Geral.

«A inoperância de que se fala não deve ser atribuída à Direcção, mas sim à Assembleia», refere.

Caras novas

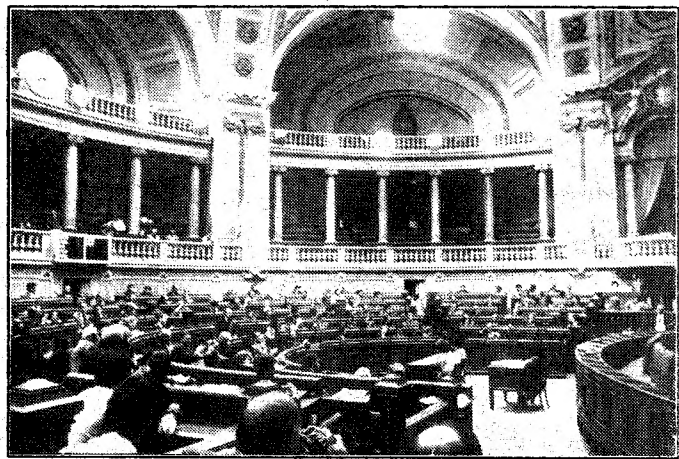
A mudança é o desejo partilhado por todos os que fazem parte daquela organização. Logo a começar pelo actual presidente, que não se recandidata. «Não o farei porque acho que isso seria prejudicial. Aliás, já tinha anunciado esta decisão em Outubro, por isso ela nada tem a ver com a minha candidatura à liderança da Juventude Socialista. O CNJ precisa de outra cara e da diferença», afirma.

Apesar de partir de armas e bagagens para outras andanças, António Seguro assegura que não deixará de dar o seu contributo na Assembleia Eleitoral do CNJ, marcada para o último fim-de-semana de Março.

«Vou propor que o encontro seja aberto aos jornalistas, pois quero clareza, vou defender ainda a criação de conselhos regionais de juventude para que as organizações locais e regionais possam participar activamente no conselho. Mas não proporei que este se divida em duas organizações distintas. Não seria lógico», diz.

Esta é, no entanto, a posição preconizada pelos jovens centristas que agora abandonaram aquela estrutura.

O futuro do CNJ «não está em causa», garante-nos António Seguro, e acrescenta: «A existência do conselho só pode ser posta em causa por organizações que não fazem ideia do que é a cooperação no plano juvenil».



Em debate no Parlamento: transformar as autarquias em empresas públicas

PCP quer alterar estatuto das autarquias

A possibilidade de as autarquias poderem ter estatuto de empresas públicas é o principal tema a discutir hoje na Assembleia da República, por proposta do Grupo Parlamentar do Partido Comunista.

O projecto «Lei Quadro das Empresas Públicas Municipais, Intermunicipais e Regionais» pretende definir o quadro legal de transformação das autarquias em empresas públicas e, segundo noticiou a Lusa, já foi apreciado na Comissão Parlamentar do Poder Local, na anterior legislatura.

Para o PCP trata-se de criar as condições legais par que as autarquias locais possam realizar, autonomamente, a gestão de algumas das suas atribuições.

A existência deste tipo de empresas públicas municipais e intermunicipais já estava

prevista na lei das autarquias locais, mas, dado que ainda não foi feita a sua regulamentação, ficou por esclarecer o quadro legal em que se podem mover, afirma o grupo parlamentar comunista.

Uma proposta destinada a alterar o Código de Direitos de Autor e legislação conexa é também hoje debatido em plenário, desta vez por proposta governamental. O diploma que actualmente regula tal matéria contraria o Tratado de Roma, ou seja viola as regras Comunidade Económica Europeia, à qual Portugal pertence desde 1986.

Por isso se considera necessário alterá-lo, de forma a estabelecer a naturais de outros estados comunitários o regime estabelecido neste código, noticia ainda a Lusa.

Presidenciais preocupam Narciso Miranda

As diferentes forças políticas têm de assumir a responsabilidade de encontrar o seu próprio candidato

O presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, o socialista Narciso Miranda, decidiu divulgar publicamente o seu apoio à recandidatura de Mário Soares, apesar de «entender que ainda estamos longe do momento oportuno», e «denunciar» a atitude do PSD.

No comunicado em que exprime esse apoio Narciso de Miranda destaca que «o espaço político que a candidatura iria preencher, estava à partida correctamente definido», por isso, ficou também ele surpreendido com as «afirmações surpresas de Cavaco Silva».

Em declarações ao DL, Narciso Miranda salienta que o comunicado destina-se a «denunciar aqueles que quatro anos antes afirmaram que Mário Soares era o Portugal ingovernável e hoje oportunisticamente dizem que é factor de estabilidade institucional».

«Que os que sempre apoiaram Soares avancem com a sua recandidatura é lógico, que outros conquistados pelo mandato do Presidente manifestem o seu apoio sincero é significativo, mas que os outros preocupados apenas com os seus interesses partidários se queiram juntar aos primeiros, alto lá, assumam a responsabilidade de encontrar o seu próprio candidato», disse

Narciso Miranda ao Diário de Lisboa.

O autarca socialista e membro da Comissão Nacional do partido manifestou a sua oposição aos dirigentes políticos que encaram as eleições presidenciais como «um acto eleitoral de segunda».

Ainda em declarações ao DL, Narciso Miranda afirmou que «as presidenciais são tanto ou mais importantes para o País do que as legislativas, porque é durante a campanha para a presidência que se discute o futuro. Prova disso foi o debate fecundo que se desenvolveu há quatro anos aquando da eleição de Mário Soares».

Estas afirmações do presidente de Matosinhos são também sublinhadas no comunicado divulgado à Imprensa, onde refere que «se convertermos a eleição num momento de unicidade, de si tão falsa, quanto sabemos que resulta de mera estratégia política de ocasião, então esvaziaremos o conteúdo útil de tão nobre e democrata evento».

A posição de Narciso Miranda revela um sentimento partilhado por muitos socialistas que não estão contentes com o facto de andarem em campanha lado a lado com o PSD para a reeleição do Presidente da República.

No entanto, o dirigente socialista salienta que o «comunicado é uma posição pessoal para a qual não consulte o partido».

Questionado sobre o direito que assiste a Cavaco Silva de também ter decidido apoiar o actual chefe de Estado, o autarca disse ao DL que o líder do PSD «pode por razões de interesse partidário apoiar Mário Soares mas não é sincero, nem está preocupado com o interesse nacional. Não há nada que me obrigue a ficar calado perante essa situação».

A reeleição do Presidente da República vai ainda dar muito que falar.

Os jornais já começaram a avançar com os nomes de potenciais candidatos para a corrida a Belém, mas até agora não há nada de concreto. É provável que Mário Soares mantenha o silêncio sobre a sua recandidatura até ao prazo limite, na expectativa de haver em 1991 uma campanha eleitoral e não um referendo.

O PSD já marcou a sua posição: não apresentam candidato próprio. Resta saber se cabe ao CDS, como defende a Juventude Centrista, apresentar um «adversário de direita» para confronto com o actual Presidente.

COTAÇÕES

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)		
COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	48\$10	54\$10
ALEMANHA FED. (marco)	87\$10	88\$30
ÁUSTRIA (xelim)	12\$35	12\$55
BÉLGICA (franco)	3\$976	4\$226
BRAZIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	121\$65	124\$15
(notas de 5 a 1000)	122\$15	124\$65
DINAMARCA (coroa)	22\$55	22\$95
ESPAÑA (peseta)	1\$312	1\$432
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	146\$20	149\$70
(notas de 5 a 1000)	146\$70	150\$20
FINLÂNDIA (marka)	36\$95	37\$55
FRANÇA (franco)	2\$560	2\$630
HOLANDA (florim)	77\$30	78\$40
IRLÂNDIA (libra)	232\$05	236\$05
ITALIA (lira)	\$107	\$122
JAPÃO (iene)	\$970	1\$025
NORUEGA (coroa)	22\$60	23\$10
REINO UNIDO (libra)	248\$45	252\$95
SUÉCIA (coroa)	23\$90	24\$40
SUÍÇA (franco)	97\$30	98\$80
VENEZUELA (bolívar)	3\$168	3\$968

OBSERVAÇÕES:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

INTERNACIONAL

Eduardo dos Santos apoia De Klerk

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, ofereceu ontem «apoio pessoal» ao seu homólogo sul-africano Frederik De Klerk na busca de soluções para a paz interna na África do Sul através de negociações com todas as forças políticas válidas do país.

O apoio foi manifestado na mensagem de felicitações pela libertação de Mandela, classificada por Eduardo dos Santos como «corajosa decisão», e vem confirmar as informações de diversas fontes, já divulgadas pelo «DL», de que Luanda estaria interessada em desempenhar um papel activo na mediação entre o ANC e o regime de Pretória, para o estabelecimento da futura Constituição sul-africana.

Por outro lado, observadores adiantam que o papel de mediador poderia ser desnecessário, em virtude de negociações directas, ou que as autoridades de Pretória, numa primeira fase, poderiam encontrar soluções internas, nas quais a figura de Nelson Mandela assume particular importância. O líder negro, aliás, já se mostrou disponível a protagonizar uma aproximação entre o ANC e o Governo de De Klerk.

Lincoln e De Klerk

Ainda mais efusivo do que Eduardo dos Santos, foi o líder negro norte-americano dos Direitos Cívicos e ex-candidato à presidência, Jesse Jackson, que ontem comparou Frederik De Klerk a Abraham Lincoln, antigo presidente dos EUA defensor do fim da escravidão dos negros do seu país.

«Ambos se levantaram contra a história e a tradição, enfrentando grandes riscos», afirmou Jackson à saída de uma reunião com De Klerk.

Entretanto a comunidade internacional tem-se manifestado a favor da continuação das sanções à África do Sul, tendo como única excepção a Grã-Bretanha de Margaret Thatcher, a qual foi ontem criticada pelo Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, pelo aquilo que classificou de «apressado abraço» a Pretória.

O Zimbabwe, tal como os outros cinco países da Linha da Frente, pediu ao Ocidente que continue a pressionar o Governo sul-africano para que desmantele o «apartheid», tendo louvado a prudência de George Bush, que «não se precipitou a cancelar as sanções».

EUA não levantam sanções

Bush declarou ontem que os EUA não levantarão as sanções até que sejam libertados todos os presos políticos, levantando o estado de emergência, realizadas negociações com a maioria negra e concedida a permissão aos negros de viverem e trabalharem onde quer que desejem.

Também alertando contra uma euforia excessiva, o presidente interino do ANC, Alfred Nzo, disse ontem em Lusaka, a 500 militantes exilados, que ainda não chegou o momento de regressarem à África do Sul e interromper a luta armada contra o regime do «apartheid».

Segundo Nzo, a ala militar do ANC «deve receber toda a assistência possível e necessária para lhe permitir aumentar a sua capacidade de combate e vibrar golpes contra o nosso inimigo».

O presidente interino do ANC disse ter conversado pelo telefone com Mandela, que deve deslocar-se proximamente a Lusaka para conferenciar com a organização.



Eduardo dos Santos

Redacção «DL»/Lusa

Incerteza nos meios financeiros sul-africanos

Mandela reafirma apoio a nacionalizações

Do nosso enviado especial

Os meios financeiros sul-africanos, que tinham reagido bem ao discurso de domingo de Nelson Mandela, o primeiro após a libertação, registaram alguma incerteza na sequência das suas últimas declarações, em que refere a nacionalização de algumas indústrias do país. A moeda sul-africana, o rand, chegou mesmo a sofrer uma desvalorização de 10 por cento em relação ao dólar.

Mandela fez questão de reafirmar claramente o seu apoio à política do ANC, que prevê a nacionalização das indústrias mineiras, entre outras, para resolver a grave crise económica que atravessa a África do Sul.

Entretanto a rotina vai regressando às principais cidades sul-africanas, depois dos distúrbios causados por manifestações de júbilo da população pela libertação de Mandela os quais provocaram 28 mortos na região de Natal e vários incidentes em Joanesburgo e noutros locais.

Mais consideração entre brancos e negros

No centro da Cidade do Cabo, onde já não havia vestígios dos distúrbios da véspera, brancos e negros voltaram aos seus postos de trabalho com maior consideração uns pelos outros. Um ambiente de confiança, frequentemente exprimido por sorrisos de simpatia, ou então manifestações de alegria ao ver passar um branco vestido com uma T-shirt do



Jovens lutam para conseguir um lugar de onde possam ver o líder do ANC, durante o aparecimento em público de Nelson Mandela, na Cidade do Cabo

ANC, levam os visitantes estrangeiros a pensar que o medo, tão presente na mente de muitos brancos, não tem, para já, grande razão de ser.

Contrariamente à opinião muito divulgada em meios liberais brancos «anti-apartheid», segundo o qual o discurso de Nelson Mandela teria sido bastante radical e pouco conciliador, a impressão deixada pela conferência de Imprensa que ontem concedeu, foi muito positiva. Só o partido conservador, numa declaração do seu porta-voz, Van der Merwe, mostrou uma oposição clara às intenções do líder do ANC. «Eu acho que Nelson Mandela está a

governar este país e foi uma vitória por knock-out», afirmou.

Vontade de paz do ANC

Durante a conferência de Imprensa que teve lugar na residência do bispo Desmond Tutu, perto da Cidade do Cabo, o recém-liberto líder nacionalista disse: «Eu assumi o compromisso de promover a paz neste país». Respondendo a uma pergunta de um dos mais de 200 jornalistas presentes, Mandela afirmou que «não há conflito possível entre a vontade de paz assumida pelo ANC e a continuação da luta armada».

O líder do ANC assegurou

também aos cinco milhões de brancos que vivem na África do Sul que a sua organização terá em conta as preocupações deste grupo racial. Rodeado por jornalistas nos jardins da mansão de Tutu, Mandela, depois de ter falado ao povo na véspera, teve de cancelar um comício previsto para um estádio de Joanesburgo, onde milhares de pessoas o esperavam, para falar ao mundo. «Se o Governo normalizar a situação, nós estamos preparados para contribuir positivamente na busca de uma solução política para este país», disse o líder negro, preocupado com a manutenção do estado de emergência, assim como a não libertação de muitos presos políticos. Nelson Mandela referiu ainda que o ANC dava uma garantia estrutural para que no futuro não haja um domínio negro sobre os brancos. Neste momento, a maior preocupação de Nelson Mandela é de voltar para a sua casa no Soweto, nos arredores de Joanesburgo. No entanto, este acontecimento, vulgar para qualquer cidadão, não será fácil para o recém-liberto líder negro. Há várias semanas, jornalistas, apoiantes e simples curiosos, instalaram um verdadeiro cerco à sua casa. «Ele quer voltar para o Soweto, mas nós temos grandes dúvidas que, de imediato, isso seja possível, porque a sua segurança pode estar em causa», comentou um dos guarda-costas do ex-preso mais famoso do mundo.

Nuno Azevedo

Chissano considera «irreversível» o processo sul-africano

«A erradicação do apartheid é irreversível» declarou o Presidente Joaquim Chissano em entrevista concedida ao jornal «Notícias», de Maputo, num comentário às recentes evoluções da política interna sul-africana e à libertação de Nelson Mandela.

«Encontramos uma atmosfera nova que nos dá a certeza de que este processo de erradicação do apartheid é irreversível, não só porque as forças anti-apartheid vão continuar a lutar mas também porque já existe, no seio do Governo sul-africano, e mesmo da parte do Presidente De Klerk, uma apreciação realmente correcta sobre a necessidade de erradicar o apartheid», disse Chissano.

Pronunciando-se sobre a manutenção das sanções à África do Sul, o Presidente moçambicano foi cauteloso: «Haverá ainda alguns aspectos a serem considerados pela comunidade internacional», nomeadamente o fim do estado de emergência. No entanto, Chissano citou a promessa que lhe foi feita, pessoalmente, pelo seu homólogo sul-africano, referindo-se a esse respeito, não ter as «mínimas dúvidas de que elas se concretizarão».

«O levantamento das sanções vai surgir certamente quando todo o mundo estiver certo que elas deixam de ser uma força necessária para que todo o processo seja irreversível. Por

enquanto nem todo o mundo pode estar certo de que as forças actuais na África do Sul estão de acordo com o Presidente De Klerk» ou vão aceitar estas reformas, sem a pressão do exterior, adiantou o Presidente moçambicano.

Joaquim Chissano considerou ainda que as reformas na África do Sul e a libertação de Nelson Mandela, criam as condições para a estabilização regional.

Tanto mais que, acrescenta Joaquim Chissano, fica ultrapassada uma das principais razões da desestabilização lançada por Pretória contra os países vizinhos, nomeadamente o de «evitar que o ANC tivesse bases de retaguarda».

«Hoje isso já não constituirá grande preocupação, na medida em que o Governo sul-africano mostra a vontade de deixar o movimento livre (...) e sente que os países vizinhos não são sistematicamente amantes da guerra. São países que apoiam causas justas e estão prontos, também, a apoiar os esforços de Pretória com o objectivo de pôr fim ao apartheid», disse Chissano.

O Presidente moçambicano destacou ainda que as recentes reformas «vão garantir uma maior mobilidade, uma maior à vontade no relacionamento bilateral» entre Moçambique e a África do Sul.

Redacção «DL»/Lusa

INTERNACIONAL

Radicalização das reformas na URSS

Soviete Supremo vai debater a partir de amanhã medidas económicas e sociais, que já foram classificados como «o manifesto da Perestroika»

Especial para o «DL»

São nada mais nada menos que 40 os projectos-lei que a próxima sessão do Soviete Supremo deverá examinar já a partir de amanhã e até ao final de Abril. Cerca de metade deles correspondem a textos já aprovados na generalidade ou apreciados no anterior período de sessões, que decorreu entre Setembro e Novembro passados. Desde o início do ano, as comissões parlamentares estão já a trabalhar na sua nova redacção tendo em conta as observações feitas, com o objectivo de os apresentar à análise dos deputados.

A nova legislatura - se assim se pode designar o período de sessões que agora se inicia, estabelecendo uma certa equiparação com os regimes ocidentais - realizar-se-á num contexto agudo da vida política, depois de uma reunião decisiva do Comité Central do Partido Comunista e de uma série de acontecimentos que radicalizaram as

posições de vários grupos e tendências no seio da população.

Tendo em conta os resultados do plenário do partido, que no momento em que escrevo não são ainda conhecidos, pode ser até que tudo seja alterado. A possibilidade de existência de vários partidos, pondo fim ao monopólio do Partido Comunista, e de uma nova estrutura partidária são temas apontados aqui em Moscovo como muito pertinentes e que, a confirmar-se, obrigariam a uma inflexão drástica do curso da Perestroika.

O «manifesto da Perestroika»

A sensação que se tem é precisamente essa. Uma sondagem realizada nos últimos dias em várias cidades do país revelou que a maioria da população considera que o futuro da reestruturação depende de como serão resolvidos os problemas que se colocam perante os parlamentares. Quais são eles então?

Em termos convencionais, podem ser divididos em três grupos: um

ligado à radicalização da reforma económica, outro às relações entre as Repúblicas e, finalmente, um terceiro pacote sobre problemas da política social.

Do primeiro grupo fazem parte oito projectos de carácter económico, entre os quais os relativos à política fiscal e tributação, princípios gerais da gestão da economia e sobretudo o da propriedade, que um deputado já classificou como «o manifesto da perestroika», porque fornece uma nova visão do socialismo.

A lei constata a recuperação no país das estruturas económicas diversificadas e de várias formas de propriedade. E, visto que elas estão estreitamente ligadas aos problemas da administração autónoma e do património da terra, o Parlamento deverá também debater e aprovar as respectivas leis.

O segundo pacote inclui os projectos destinados a actualizar a política no âmbito das relações inter-étnicas o que, dados os acontecimentos ocorridos ultimamente

tanto no Báltico como no Cáucaso assumem uma importância particular. Há que emendar e aditar à Constituição soviética novos pontos relativos às estruturas nacionais e territoriais do Estado, garantir a todos os cidadãos que vivem fora das suas formações étnicas iguais possibilidades; elaborar o mecanismo e processo legal para que as Repúblicas possam sair da URSS, se as suas populações assim o desejarem.

Direitos humanos

Deste grupo fazem igualmente parte projectos de alargamento e reforço das garantias dos direitos humanos, entre eles o projecto-lei sobre a Imprensa, já debatido numa primeira redacção em Novembro último. O texto então aprovado acaba com a censura dos meios de comunicação, que para existirem basta serem registados em vez de autorizados. Podem constituir-se além dos organismos estatais e sociais, também

associações de diversos tipos incluindo as religiosas, cooperativas, colectivos de trabalhadores e mesmo particulares. Outro importante documento a ser analisado é o que prevê o estabelecimento do estado de emergência, que foi recentemente muito debatido devido à situação no Cáucaso e que, por essa razão, alguns deputados propuseram já ser um dos primeiros textos a debater.

O terceiro pacote, finalmente, abarca os problemas da política social, nomeadamente uma nova lei de pensões e de férias que, como se calcula, são esperadas com alguma impaciência pelo cidadão comum. Um outro inquérito efectuado pela Academia das Ciências Sociais junto do CC do PCUS revelou que 73 por cento da população, deposita esperanças de que esta sessão do Parlamento resolva alguns problemas que se colocam agudamente ao país, contra 59 por cento no partido e 61 no governo.

Guennadi Petrov



As eleições na RDA mobilizam milhares de pessoas enquanto os chefes falam de reunificação

União monetária não é para já

Cimeira RDA-RFA debate problemas da reunificação

Os chefes de Governo das duas Alemanhas, Helmut Kohl e Hans Modrow, iniciaram uma cimeira de dois dias em Bona, em que participam representantes da oposição da RDA. Modrow excluiu qualquer união monetária imediata com a RFA, afirmando que não tem mandato para negociá-la.

A participação na reunião da oposição alemã democrática, que esteve envolvida nas chamadas conversações de mesa redonda, deve-se à necessidade de que todas as forças políticas da RDA vigiem a evolução política do seu país, à falta de um Parlamento livremente eleito.

Caso não haja objecções da oposição da RDA, o Governo de Bona pretende começar a elaboração de uma "comunidade de tratados" antes da realização de eleições gerais alemãs democráticas em Maio deste ano.

O ministro alemão federal da chancelaria, Rudolf Seiters, expresso em meados de Janeiro, a estabilização do Estado alemão democrático passa pela consolidação do Estado de direito, pelo estabelecimento de uma economia de mercado e pela perspectivação de uma unidade inter-alemã.

Vinte e três ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO e do Pacto de Varsóvia discutiram ontem abertamente a questão da unificação alemã, com o Ocidente a pressionar a União Soviética para que aceite a ideia de uma Alemanha reunificada pertencente à aliança militar ocidental.

Os dois blocos pretendem impedir que uma Alemanha reunificada ressurgisse como uma grande potência militar no centro da Europa que possa desestabilizar o continente, mas discordam quanto ao modo de o conseguir.

Os 16 aliados da NATO pretendem que uma Alemanha unificada permaneça na sua aliança militar, enquanto a União Soviética defende que seja militarmente neutral.

A questão provocou uma intensa actividade diplomática Leste-Oeste na Conferência dos Césus Abertos sobre o controlo de armamento, convocada formalmente para preparar um tratado sobre vigilância aérea.

Desfile pró-reunificação

Cerca de 70 mil pessoas desfilaram entretanto em Leipzig, a favor da reunificação alemã.

A agência noticiosa oficial ADN disse que dois jovens ficaram ligeiramente feridos durante os confrontos entre manifestantes e radicais de direita. Num comício em Karl-Marx-Stadt, outros 80 mil manifestantes gritaram "Alemanha, pátria unida".

No momento em que os manifestantes de Leipzig passaram em frente ao edifício da ópera, entre 75 a 100 elementos da extrema direita (entre os quais alguns "cabeças rapadas") surgiram no topo de um edifício empunhando cartazes onde se lia: "Norte-americanos e soviéticos fora da Alemanha. Queremos ser alemães livres".

Redacção «DL»/Lusa

Seis mortos e 70 feridos

Confrontos étnicos chegam ao Tajiquistão

Seis pessoas morreram e 70 outras ficaram feridas, hoje, em Dushanbe, capital do Tajiquistão soviético, na sequência de confrontos entre a multidão que se concentrava nas ruas e o exército, enviado para o local para controlar manifestações anti-arménias. As autoridades locais declararam, ontem, o estado de emergência e o recolher obrigatório. Os distúrbios começaram domingo, num comício realizado na capital do Tajiquistão, a que assistiram milhares de pessoas. Na concentração entravam-se membros da Frente Popular do Azerbaijão, que tentaram provocar sentimentos anti-arménios.

Segundo o relato de um jornalista ocidental «ouvem-se tiros, incluindo disparos de armas automáticas, embora pareça que estão a disparar para o ar». Segundo o mesmo jornalista as vítimas dos confrontos foram atropeladas por um veículo blindado que avançou contra os manifestantes assim como dos tiros disparados contra a multidão.

Os habitantes locais, revoltaram-se devido a rumores postos a circular, segundo os quais estavam a ser distribuídas as melhores casas de Dushanbe a milhares de arménios, que passavam assim à frente das populações locais que aguardam obter habitações há vários anos.

Todos os acessos ao edifício do Comité Central do PCUS, em Dushanbe, foram bloqueados por tropas do Ministério do Interior depois

dos distúrbios de ontem, durante os quais dois andares do edifício foram incendiados e saqueados. A agência noticiosa soviética TASS anunciou que o estado de emergência e o recolher obrigatório foi imposto após

«desordens maciças, pogroms, actos de fogo posto e saques». A rádio Moscovo, por sua vez, confirmou que foram enviados tanques para Dushanbe na noite de ontem.

Redacção «DL»/Lusa/Reuter

COLÉGIO MANUEL BERNARDES ASSOCIAÇÃO ANTIGOS ALUNOS

Dia 19/02/90, dia do nosso Colégio, esperamos por ti para reveres os teus ex-colegas, professores e amigos.

PROGRAMA:

- 12H30 — Missa por intenção dos ex-alunos, professores e funcionários do colégio, já falecidos.
- 13H00 — Almoço de confraternização entre os antigos alunos.
- 15H00 — Tarde desportiva. Jogo de futebol, para quem tiver pernas, entre os alunos e ex-alunos.

Este é o dia do nosso Colégio. Comparece, pois queremos rever-te.

SAUDAÇÕES AMIGAS DA
DIRECÇÃO DOS
EX-ALUNOS DO COLÉGIO

«Pirestroika» em Cabo Verde

Vai ser hoje, na cidade da Praia, debatida a «natureza do regime», tendo como pano de fundo a sucessão do presidente Aristides Pereira

O Conselho Nacional do PAICV reúne-se hoje e tem em agenda a discussão da natureza do regime político em Cabo Verde, as mudanças no programa do partido único e a revisão constitucional. Como pano de fundo dessas mudanças - embora não explicitamente nomeado - está o problema da sucessão do presidente Aristides Pereira, de 65 anos, que, desde há algum tempo, vem manifestando desejo de se retirar da vida política.

Se os seus íntimos não tiverem conseguido, mais uma vez, convencê-lo a adiar a decisão - e o acidente cardíaco que sofreu há um ano é um dado de peso - a questão da sucessão por-se-á em breve, por altura das eleições legislativas, já que a Assembleia Nacional popular cabo-verdiana funciona como colégio eleitoral do presidente da República.

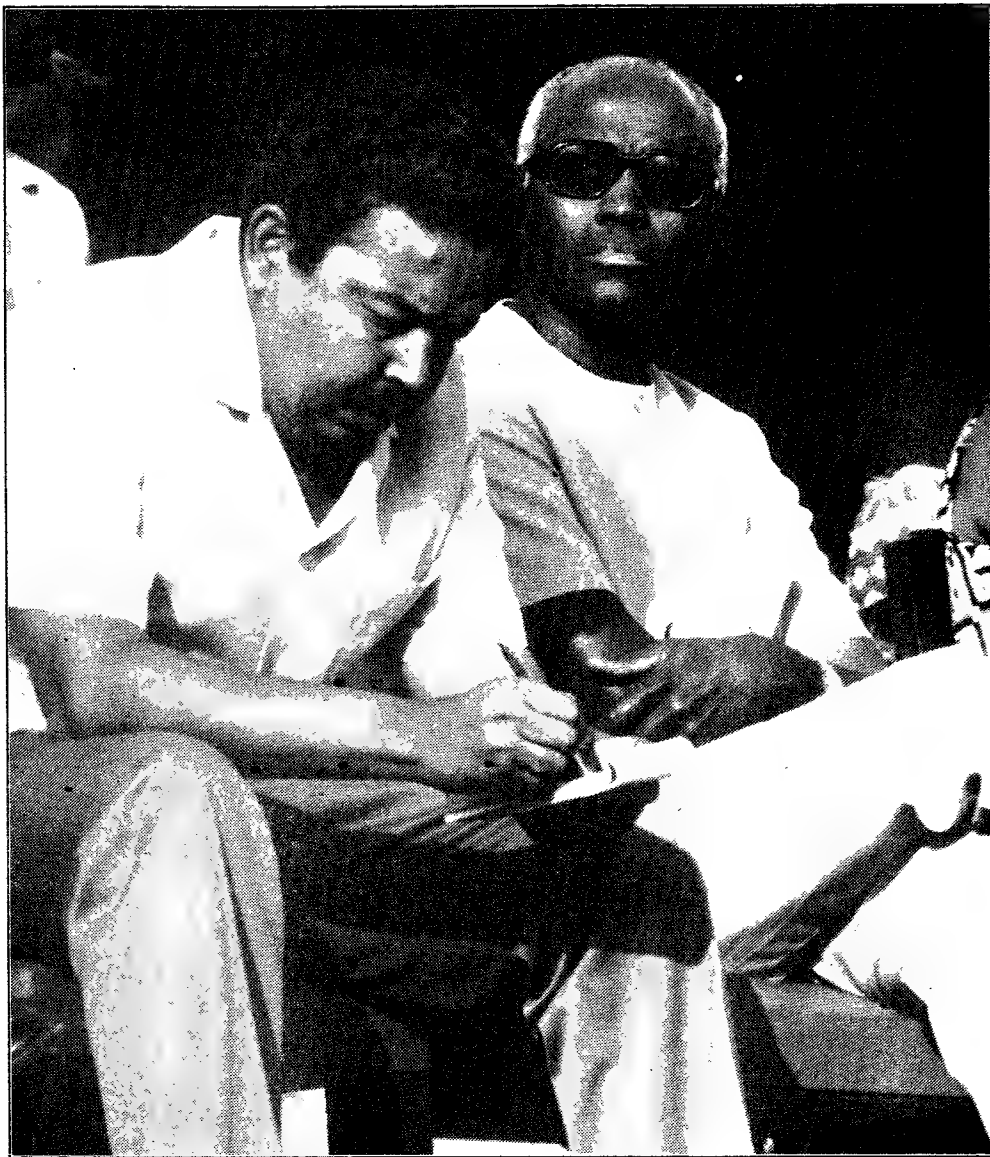
Segundo todos os dados, o sucessor «natural» de Aristides Pereira é o actual primeiro-ministro, Pedro Pires, de 55 anos, segunda figura do partido, o homem que controla a máquina estatal e que, com Aristides Pereira, encabeça o regime bicéfalo cabo-verdiano.

Mas, ao longo dos últimos cinco anos, outras ambições despontaram, a mais notória das quais é a do presidente da Assembleia Nacional, Abílio Duarte, que, a determinada altura, chegou a pedir ao seu consultor jurídico que clarificasse «os seus direitos sucessórios».

Trata-se, portanto, de uma reunião decisiva, que consolidará a imagem de que desfrutou sempre este país lusófono, ou que então abrirá uma crise gravosa para a estabilidade, versatilidade diplomática e eficácia organizativa que vêm constituindo os principais trunfos de Cabo Verde. Recorde-se que este país foi o único entre os «Cinco» que, desde 1975, quase triplicou o rendimento interno e elevou a esperança de vida da sua população de 48 para 63 anos. Apesar de estar ainda classificado pelas instituições internacionais, a partir de índices brutos, entre os países menos desenvolvidos, Cabo Verde é o quarto país com a melhor qualidade de vida em África, depois da Líbia, Seycheles e Maurícia, segundo dados do Banco Mundial.

Pires diante do «urso soviético»

O debate sobre a natureza do regime foi introduzido na agenda da reunião pelo primeiro-ministro, mas deparou logo de início com um obstáculo: a comissão de revisão constitucional, criada em Novembro e presidida por Olívio Pires - paradoxalmente, o homem que controla o jor-



O poder bicéfalo cabo-verdiano. Segundo todos os dados, Pedro Pires, actual primeiro-ministro, é o sucessor «natural» do presidente Aristides Pereira

nal que, no início de 1989, se opunha em editorial à ideia de se mexer na Constituição - não se tinha ainda sequer reunido.

A reunião, inicialmente prevista para o dia quatro de Fevereiro, teve de ser adiada. Em causa está a opção entre um «pluralismo monopartidário», que vem sendo ensaiado em Cabo Verde desde 1980 e que teria o seu pico em eleições municipais com listas independentes de cidadãos - que o assustado aparelho do partido conseguiu adiar para 1991 - e a abertura a novos partidos, eliminando o célebre artigo 49 da Constituição que consagra o PAICV como «força política dirigente da sociedade e do Estado».

Desde 1985, quando fez aprovar no seu programa de Governo um capítulo sobre o desenvolvimento da sociedade civil e o papel da iniciativa privada, Pedro Pires vem desenvolvendo grandes esforços no sentido do investimento estrangeiro em Cabo Verde. Foi ele o homem que representou o PAICV no 27º Congresso do PCUS, que consagrou Gorbachev, e, segundo colaboradores próximos, Pedro Pires teria declarado aos dirigentes soviéticos: «Há muito que reflectimos sobre tudo isso em Cabo

Verde. Vocês estão no caminho certo».

Verdade ou não essa ousadia do pequeno «esquilo» cabo-verdiano diante do mastodóntico «urso» soviético, o certo é que a «Rádio Praia» - o «mentidero» da cidade da Praia - classificou desde logo, com um misto de simpatia e céptica ironia, as suas tentativas de reforma de «pirestroika».

O problema da mudança põe-se hoje de forma aguda, quando as respostas dos investidores estrangeiros esbarram numa tremenda centralização e lentidão da máquina administrativa, as muitas centenas de quadros formados nos últimos quinze anos se sentem subaproveitados e mal pagos, os índices populacionais explodem e o desemprego se agrava, enquanto o jornal do partido, sustentado por quadros formados no «Convento» - como é designada ironicamente a escola de quadros de modelo soviético perto do antigo paço episcopal de S. Martinho - adverte em todos os números contra «os perigos da diferenciação social» e dos «modelos de influência estrangeira», entre os quais, obviamente, a democracia de recorte pluripartidário.

Cabo Verde - que, com pragmatismo, nunca se re-

clamou do marxismo-leninismo nem se proclamou socialista, fugiu sempre a alinhamentos com os chamados «aliados naturais», conseguiu um campo de manobra diplomático sem proporção com as suas dimensões e tem como dado adquirido um notável grau de liberdade de expressão - conseguirá ultrapassar o impasse psicológico em que actualmente se encontra ou, pelo contrário, afundar-se-á numa «guerra de chefes» que deitará a perder tudo o que já conseguiu?, perguntava há dias, com angústia, um dos escritores cabo-verdianos mais ligados ao movimento pela independência.

O congresso da «mudança»

A verdade é que o congresso do partido de Novembro de 1988, proclamado o «congresso da mudança» e aguardado com expectativa que se revelou exagerada pelos quadros, assim como pelo nascente empresariado e pela população, nada mudou. Nada ou quase nada: as atenções concentraram-se no sobe-e-desce das personalidades permitido pela eleição por voto secreto dos membros do Conselho Nacional, introduzida no congresso de 1983. E os resultados foram surpreenden-

tes.

«Históricos» como José Araújo, o «pai» da actual Constituição, ou os comandantes Honório Chantre e Osvaldo Lopes da Silva, mitos vivos da guerrilha na Guiné-Bissau, deixaram a Comissão Política.

Para essas vagas ascenderam quadros mais novos mas também com créditos firmados na guerra de libertação: o ministro da Agricultura, João Pereira Silva, que gere os muitos milhões dos programas de florestação e reúne os favores dos quadros que aspiram à investigação; o ministro da Educação, Corsino Tolentino, que conseguiu pôr ordem num ministério anteriormente considerado «uma bagunça»; e o então embaixador em Portugal, Carlos Reis, que recuperou no «exílio dourado» lisboeta a popularidade perdida enquanto foi ministro da Educação. Olívio Pires, poucos antes no centro de de um escândalo familiar que muitos pensavam ser a sua perda, manteve-se de pedra e cal, mas Júlio de Carvalho, o ministro da Defesa e Segurança, teve de ser «pescado», depois de uma votação desastrosa.

Outros quadros da segunda geração como o ministro da Cooperação, José Brito, ou o ministro da Indústria, Adão Rocha, ficaram fora do órgão cimeiro do partido mas viram confirmado o apreço da sociedade cabo-verdiana pela eficácia.

O «fenómeno» desse congresso foi, porém, o ministro da Informação, David Hopffer Almada: militante de depois do 25 de Abril, contestado pelos quadros do aparelho judicial durante o longo período em que foi ministro da Justiça, David Almada viu-se catapultado para o sétimo lugar na votação do congresso, subvertendo a norma não escrita de que quem não participou na guerra tem que mostrar duplamente a sua capacidade técnica e organizativa. Como também não está escrito que, na eleição para a Comissão Política as votações do Congresso têm de ser respeitadas, Hopffer Almada não ascendeu a esse órgão. Mas, para os analistas políticos da «Rádio Praia» - tida como o mais prestigiado «órgão de Informação» cabo-verdiano - se o terceiro congresso do PAICV não tinha conseguido resolver nenhum dos problemas agendados, tinha revelado um outro: a clivagem bairrista no interior do partido. O peso numérico dos delegados de Santiago, a ilha onde se situa a capital, que concentra metade da população de Cabo Verde e de onde Almada é originário, era a única explicação encontrada para a sua «brutal» ascensão.

Este problema, oficialmente tabu, até porque destrói o mito de Cabo Verde como o único Estado-Nação em África, ainda não encontrou resposta. E os entraves à descentralização podem vir a fazer da dosagem regional uma forma perversa de legitimação dos apetites de poder, em nítido prejuízo da competência ou da «legitimidade histórica».

Quanto ao resto, a decepção era condensada pouco depois pelo jornal Notícias, um mensário que se publica em S. Vicente, que anunciava a eventualidade de um congresso extraordinário. Como o jornal é um desses «monumentos» cabo-verdianos à coexistência - e propriedade do comité local do partido, da câmara municipal e da associação dos comerciantes, além de ter a dirigir a redacção um jornalista expulso da televisão estatal e, sobretudo, sempre se destacou pela irreverência - a notícia grangeou crédito na opinião, mas foi desmentida pelo ministro da Segurança como «boato».

O engraçado é que, na mesma entrevista, Júlio de Carvalho acrescentava que, bem feitas as contas, o congresso extraordinário era inevitável: mudança do programa do partido, revisão constitucional e - o que ele não disse - sucessão do Presidente, têm necessariamente que passar por um congresso. A fuga em frente de Pedro Pires, introduzindo a questão do multipartidarismo quando viu bloqueada a sua fórmula de «pluralismo monopartidário», pode ter clarificado o jogo.

Mas, de qualquer forma, as mudanças não serão fáceis, até porque a «sociedade civil» ainda é débil, os dirigentes são «fundadores» e não gestores de aparelho e a temida crise ainda só vem a caminho. Por mais que o «estado de graça» já tenha passado para o regime do PAICV, a perspectiva de abertura a novos partidos ainda não fez despontar no horizonte nenhuma força política alternativa. Trata-se, portanto, de substituir o partido «força dirigente» pelo partido força hegemónica que outorga direitos cuja reivindicação é apenas balbuciada.

Sintomaticamente, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz, exclamava ainda em Novembro, perante um jornalista que o inquiria sobre as perspectivas de mudança: «A sociedade civil, o que é isso?».

O drama de Cabo Verde pode bem ser o de um processo até agora bem conduzido vir a estagnar por demasiada procura de consensos. Ou por: falhar os «timings» dos saltos decisivos.

Manuel Delgado

QUOTIDIANO

A primeira reunião presidida por José Saramago foi suspensa à meia-noite. A decisão sobre a polémica questão da competência financeira a atribuir a Jorge Sampaio foi adiada

Inexperiência afecta Assembleia Municipal

O assunto tão esperado da sessão de ontem da Assembleia Municipal e que se relacionava com a proposta 35/90, que delega no presidente da Câmara, Jorge Sampaio, a competência para aprovar projectos até 100 mil contos, acabou por ser adiado para o próximo dia 22, dado o avançado da hora.

Em relação a esta proposta o grupo comunista deverá votar favoravelmente, sem recorrer a concurso público. Os membros comunistas vão, no entanto, exigir algumas condições, nomeadamente, «que sejam asseguradas à Assembleia Municipal as competências que por lei lhes pertencem», disse António André, representante do PCP.

«Desde que se encontrem os mecanismos necessários, de forma a não retirar à Assembleia Municipal a possibilidade de exercer as suas legais competências, o PCP vota a favor», afirmou.

Jorge Sampaio e José Saramago tiveram ontem a sua estreia na Assembleia Municipal de Lisboa, este último como presidente. Foi uma sessão que durou cerca de dez horas (com hora e meia de intervalo para jantar), tempo suficiente para aprovar algumas propostas e moções.

Outros assuntos entretanto foram

debatidos, se bem que grande parte do tempo desta reunião foi ocupado com pedidos de esclarecimento sobre o funcionamento da Assembleia.

José Saramago confessou, logo de início, a sua inexperiência e apelou à compreensão dos deputados municipais bem como à «rectificação de alguns enganos, que seriam naturais».

Questões de pormenor, como o método de votar, suscitaram um ambiente de discórdia e agitação, durante um longo período, na Assembleia Municipal e levaram José Saramago a dizer que se sentia confuso com toda aquela desestabilização.

Mas, entre protestos e diálogos dissonantes por parte das alas esquerda e direita, foram aprovadas duas propostas que proporcionam aos deputados municipais instalações e equipamentos para o exercício das suas funções, assim como a criação de uma comissão que recolha documentação e proceda rapidamente a pareceres sobre regionalização.

Foram aprovadas ainda duas moções: uma a propósito dos 25 anos da morte do general Humberto Delgado e outra que pede o regime de permanência para os titulares das juntas de freguesia.

A libertação de Nelson Mandela foi saudada nesta Assembleia Municipal, que reuniu um voto de pesar pela morte da musicóloga Francine Benoit.

Quanto à ordem de trabalhos esta só começou a ser cumprida algumas horas após o início da reunião, com um discurso de Jorge Sampaio.

O presidente da Câmara de Lisboa disse que «a edilidade precisa de fundos como de pão para a boca». Jorge Sampaio demonstrou-se consciente do desafio que o espera e afirmou que «a herança de Lisboa é pesadíssima, para além das fronteiras políticas».

Perante os 107 deputados municipais, o edil recordou que «o arranque é difícil e a transição não é fácil». Jorge Sampaio apelou ainda à «transparência entre as diversas forças partidárias», nas pessoas dos deputados presentes na Assembleia Municipal e defendeu o bom relacionamento com os presidentes das juntas de freguesia de Lisboa, «pois este será um passo importante e de descentralização».

Jorge Sampaio considerou que a prioridade das prioridades da CML consiste na aprovação do Orçamento e Plano de Actividades para 1990, que deverá decorrer no próximo mês.

Dia dos Namorados vende bem

Comemoração recente entre nós, o Dia dos Namorados está a ter grande aceitação para contentamento dos comerciantes. Postais, chocolates, bonecos e outras prendas - tudo serve para festejar, amanhã, o Dia de São Valentim, tradição trazida dos E.U.A.

Em Portugal, o comércio apela aos namorados na tentativa de seduzir o público numa altura habitualmente fraca em termos de vendas. No passado fim-de-semana o volume de facturação subiu. Mas, amanhã será o dia de maior afluência. A maioria das pessoas guarda a compra de presentes para a última hora.

A semelhança de outras datas festivas, o verdadeiro significado deste dia está adulterado. Nos Estados Unidos, São Valentim é motivo para se trocarem postais com corações entre aqueles que se amam, namorados ou não. O ritual é extensivo a pais e filhos, avós e netos, irmãos e irmãs. O volume de correio naquele país só é superado pelos dias de Natal e da Mãe.

Confrontada com o uso comercial desta data, uma comerciante da loja «Cheiros e cheirinhos», no Fonte Nova, acha natural a apropriação de certos rituais para se aumentarem as receitas. E pergunta: «se é uma tradição nos outros países, porque é que nós não podemos festejar o Dia dos Namorados? Em toda a CEE há esta comemoração, como membros devemos seguir as suas tradições».

Mas, nem só das prendas vivem os namorados. Por exemplo, na Escola Secundária do Dr. Manuel Laranjeira, em Espinho, o Dia de S. Valentim é pretexto para uma série de iniciativas culturais. Exposição com cartões feitos pelos alunos, uma palestra subordinada ao tema «Não há amor como o primeiro» (orientada por Dulcinea Vieira), uma mesa redonda intitulada «A descoberta do Amor» e um filme são as actividades para amanhã. Quem se deslocar à Escola poderá, ainda, comer os «bolinhos de namorados» recheados com quadras de amor.

Degradação de viga abate cobertura dos Jerónimos

Parte da cobertura da Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos abateu, ontem, ao fim da tarde, arastando alguns barrotes e telhas numa extensão de 80 metros quadrados.

Para além do enorme orifício, já coberto com uma lona para evitar eventual entrada de chuvas, não há qualquer perigo pois as estruturas da edificação não foram afectadas, disse esta manhã à Imprensa o secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, quando visitou o Mosteiro para se inteirar dos prejuízos.

Baseado em informações do director do Instituto Português do Património Cultural, Antero Ferreira, que também se encontrava presente, Santana Lopes garantiu que houve cedência da

cobertura mas não ruína, embora reconheça encontrar-se o monumento com certa degradação, como muitos outros edifícios históricos ao

longo do País.

O membro do Governo disse que tomara medidas imediatas para acorrer à situação, acrescentando que

iria levar o caso ao conhecimento do primeiro-ministro.

No princípio da manhã, o ministro das Obras Públicas, Oliveira Martins, esteve também no local, mas não fez quaisquer declarações, remetendo os jornalistas para o secretário de Estado que chegaria bastante mais tarde.

Uma nota insólita foi dada pelo facto de o acesso ao interior do mosteiro ter sido vedado aos jornalistas durante cerca de três horas, sob alegação de que apenas a conservadora poderia dar e respectiva autorização.

No entanto a sua comparação verificou-se já depois da do secretário de Estado, entidade que prometeu e conseguiu a entrada da Imprensa.



A viga abateu sobre a Sala do Capítulo

Peixes vítimas de poluição enterrados em Mértola

«O peixe morto visível não é muito porque o pessoal da mina tentou enterrá-lo e escondê-lo de olhos mais ou menos curiosos», afirmou hoje ao DL o assessor do presidente da Câmara de Mértola, a propósito de uma fuga na válvula da empresa Somincor que tem estado a dizimar os peixes na ribeira de Oeiras, um dos principais afluentes do rio Guadiana. Segundo informações recolhidas pelo DL junto da Câmara Municipal de Mértola, o acidente registou-se na quinta-feira e dele não foi dado conhecimento à autarquia.

A ruptura de uma válvula da nova conduta de «estéreis» nas minas de Neves-Corvo causou já enormes danos na fauna do curso de água. De acordo com Miguel Bento, da Associação do Património de Defesa de Mértola, não só os produtos poluentes como, logo de seguida, os reagentes, provocaram uma autêntica razia entre os peixes da ribeira de Oeiras.

«O acidente deu-se quinta-feira e só ontem fomos avisados pela Câmara de Almodôvar de que os peixes estavam a morrer. O cheiro é insustentável e pedimos já a técnicos da Secretaria de Estado do Ambiente que viessem até cá. Já foram recolhidas amostras, enviadas para o Instituto Ricardo Jorge mas Lisboa é, realmente, longe...» disse-nos Miguel Bento.

Por agora, este ambientalista, a Câmara de Mértola e a de Almodôvar, esta última autora da denúncia, aguardam ainda o resultado das análises. Sabe-se, apenas, que os peixes são vitimados por produtos poluentes e há mesmo quem tema que a situação possa ser agravada caso a poluição se estenda ao Guadiana, onde desagua a ribeira de Oeiras. A situação pode, a todo o momento, declarar-se mais grave.

LOTARIA POPULAR

1º - 381180	3 000 000\$00
2º - 014123	750 000\$00
3º - 315607	500 000\$00
4º - 383003	250 000\$00
Terminações em 1180	85 000\$00
Terminações em 180	60 000\$00
Terminações em 123	15 000\$00
Terminações em 607	4 000\$00
Terminações em 003	1 500\$00
Terminações em 24,65,72,89,92 e 97	500\$00

MALHAS DA JUSTIÇA

Uma prova de carinho

Eduardo Manuel, ex-toricómano, há três dias sem trabalho, gosta de dar presentes à mulher que há-de, um dia, ser a sua e de quem tem já um filho. Aos 31 anos, de olhos macerados e incavelmente vestido, Eduardo quase conseguiu convencer o juiz, tal a sinceridade das suas palavras.

No Álvaro Gil e Filhos, Lda, uma enorme caixa pôs-se à entrada da porta atraindo as atenções, e Eduardo não resistiu. Não sabia o que estava dentro do caixote, diz mas, nem de propósito, o serviço de jantar vinha mesmo a calhar para o seu enxoval.

«Agarrá que é ladrão» ouviu gritar, enquanto numa correria desatada, rua acima, tentava escapar. A Rua dos Fanqueiros não é propriamente deserta e o polícia da zona não precisou de fazer grande esforço para agarrá-lo, pesado como estava com o gigantesco pacote que lhe dificultava os movimentos.

Agora, perante o juiz, Eduardo penitencia-se. Já roubou, sim senhor, uma vez, a carteira a uma senhora. Só? Ele diz que sim. Adianta que, por isso, ficou quase seis meses na prisão. Também já andou metido na droga, esteve internado, tratou-se e conseguiu vencer o vício. O trabalho é que não aparece, porque tem

cadastro, só fez o segundo ciclo, -- bem pouco, diga-se -- e não há muito por onde escolher. Ele bem quer mudar de vida mas...

Há um ano, trabalhava numa garagem, na lavagem automática.

Depois, surgiu «aquele problema» e passou a ser carregador/descarregador enquanto dele precisaram. Agora, há três dias que não lhe aparece nada. A não ser a tentação de dar presentes ao seu filho recém-nascido e à mulher que há-de ser a sua.

«Isso não é uma prova de carinho, sabia? Como quer que acreditem nas suas boas intenções, se em vez de trabalhar, decide roubar?» -- pergunta o juiz. Eduardo não responde. Faz-se silêncio. É chegada a hora de deliberar. O Ministério Público intervém. «Há que saber, com rigor, os antecedentes do réu. Seria desejável ter acesso ao seu registo criminal».

O juiz concorda. Afinal, o serviço de jantar foi devolvido, não figura sequer no enxoval de Eduardo. E o juiz decide. Eduardo fica ainda um dia na prisão, para que o seu cadastro chegue às mãos do Tribunal. Sobretudo, para que Eduardo possa meditar. O juiz o disse. Está dito.

Emília Trindade

Benzeno em água mineral

Alerta sobre Perrier não chega a Portugal

As garrafas de água mineral francesa Perrier foram retiradas do mercado norte-americano depois de em algumas terem sido detectados vestígios de benzeno, produto químico considerado cancerígeno. A Portugal ainda não chegou qualquer alerta da rede comunitária. Mas, o Instituto de Qualidade Alimentar disse ao «DL» estar de sobreaviso relativamente a este assunto.

A companhia distribuidora da água mineral nos Estados Unidos assegurou, por sua vez, e com base em informações da Administração de Fármacos e Alimentos, que o consumo de benzeno em pequenas quantidades não é prejudicial à saúde, embora esteja associado ao aparecimento de leucemia, mal formações nos fetos e outras

doenças.

Um porta-voz da companhia disse que foram detectados vestígios daquele produto químico em 13 amostras de água mineral engarrafada entre Junho de 1989 e Janeiro deste ano.

Até agora ainda não se encontraram indícios de que a água tenha sido envenenada intencionalmente, não obstante as primeiras investigações apontarem para um «erro humano» como estando na origem do incidente.

O benzeno é um líquido incolor, volátil e inflamável utilizado como dissolvente e no fabrico de produtos sintéticos. A água mineral Perrier provém de fontes naturais que brotam em Vergeze, França, e a que se destinada ao consumo, interno ou à exportação, é engarrafada na origem.

Reacções opostas nos meios sindicais

Gerência da CP anuncia redução de efectivos

A CP anunciou, ontem, a redução, em cerca de cinco mil, do actual número de 22 mil trabalhadores, ao longo dos próximos cinco anos. A revelação, feita pelo presidente do conselho de administração da empresa, prevê a antecipação da idade de reforma para os 55 anos. Carvalho Carreira - que falava numa conferência de imprensa - adiantou que o processo iniciado prevê a saída de cinco mil trabalhadores e a admissão de metade desse número de funcionários.

A «dispensa» dos trabalhadores anunciada pela gerência da CP, através da antecipação da idade da reforma, «vem de encontro às reivindicações do sindicato dos maquinistas», disse à Lusa Santos Lopes, da direcção do Sindicato dos Maquinistas. Opinião diferente tem a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários que já se manifestou contra a intenção do Conselho de Gerência. «Pelo contrário, só com a admissão de novos trabalhadores é possível manter, ou até mesmo recuperar, os níveis de segurança», disse à Lusa, José Antunes, dirigente da organização sindical.

Entretanto, a direcção da CP voltou a



Utentes discutem com a CP, pela primeira vez, de forma organizada

rejeitar as reivindicações do sindicato e sublinhou que a empresa se recusa a aceitar atitudes que se configuram com actos de abuso do direito à greve. Carvalho Carreira afirma que a companhia «tem plena consciência de que ceder a exigências inaceitáveis será prestar um mau serviço ao país e à empresa».

Actualmente, um maquinista recebe

cerca de 85 contos de ordenado base, com a actualização de 12,3 por cento negociada em Novembro entre a empresa e os sindicatos afectos à UGT, atingindo cerca de 160 contos com as diuturnidades e subsídios diversos.

Para a CP, «não se põe a hipótese da requisição civil, pois mesmo assim os maquinistas estão a produzir acima dos serviços mínimos».

B R E V E S

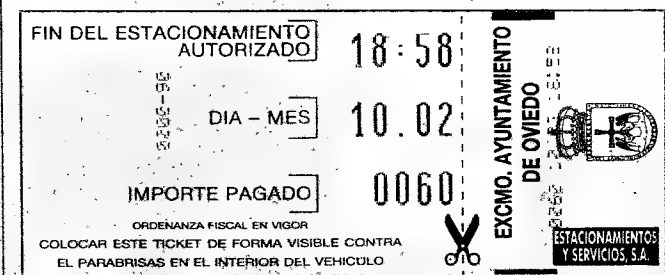
Parquímetros de Cascais debitam em castelhano

Se estacionar o seu carro em Cascais, na zona dos parquímetros, e ao retirar o talão de pagamento lhe sair uma senha do «Ayuntamiento de Oviedo», não se admire. Não está em Espanha, está mesmo em Cascais. Simplesmente, este equipamento é fabricado por uma empresa espanhola e foi instalado antes de ter sido feita a reconversão para português.

«A situação na zona da baixa de Cascais, em relação ao estacionamento, era caótica e havia que tomar medidas rapidamente».

Daí que se tenha optado por instalar o equipamento mesmo não estando preparado - esta a explicação dada ao «DL» pelo vereador do pelouro do trânsito da Câmara de Cascais, Carlos Sota. «De qualquer forma, a Câmara já pediu a reconversão. Neste momento, ainda não sabemos a data em que isso se fará» - acrescentou.

Os parquímetros foram instalados na baixa de Cascais no início do mês e só começarão a funcionar em pleno no dia 23. Saiba o leitor que, até esse dia, quem se recusar a pagar a quantia ditada pelo parquímetro não está sujeito a multa.



Recibo emitido por um parquímetro, em Cascais, sábado passado

Português em Espanha drogava amantes

Um português, Eduardo José de Melo Brazão, de 26 anos, foi detido em Madrid, acusado de drogar e roubar os seus amantes, através do «beijo do sono».

Brazão de Melo colocava anúncios nos jornais oferecendo a sua companhia a parceiros masculinos, da alta sociedade, através da marcação telefónica.

Depois de fazer o preço, o português deslocava-se aos apartamentos dos parceiros e ali, enquanto os distraía, metia droga nas bebidas, que lhes provocava um sono profundo, fugindo depois com dinheiro e objectos dos amantes.

Assim aconteceu, mais uma vez, a semana passada, com um cidadão espanhol que foi roubado em 2 300 pesetas e em outros objectos e se queixou, levando à identificação e prisão de Eduardo de Melo.

Restaurantes no Algarve têm de cumprir regulamento

Os serviços de inspecção da Direcção Geral de Turismo vão actuar com rigor a partir de Maio em relação aos restaurantes que não apresentem nas suas listas a chamada «refeição ou ementa turística».

A advertência foi anunciada ontem, no Algarve, pela Região de Turismo local que chama a atenção para o disposto no regulamento dos empreendimentos turísticos, sobre a matéria.

De acordo com o regulamento, «os restaurantes, qualquer que seja a sua categoria, deverão oferecer obrigatoriamente, a preço fixo, um serviço de refeição completa denominado refeição ou ementa turística, que será composta de pratos constantes da lista do dia e de qualidade ou quantidades iguais».

Julgamento das FP-25 adiado

O julgamento de alegados membros das FP-25, que se deveria ter realizado ontem, no Tribunal de Monsanto, foi adiado para 20 de Fevereiro, devido à ausência de um réu. António Manuel Baptista Dias faltou ao julgamento por doença, encontra-se internado, com gripe, no Hospital Prisional de Caxias.

Acusados de implicação no homicídio do agente da PJ, Alvaro Militão, estão também Angélica Toquito, em regime de prisão preventiva desde Agosto de 1987, Alberto Teixeira de Carvalho, já condenado por «associação terrorista», e Fernando Rodrigues da Silva, em Liberdade.

Alvaro Militão foi baleado quando, no âmbito de investigações da Direcção central de Combate ao Banditismo, seguia a alegada componente das FP-25, Angélica Toquito.

Marques Guedes presidente da Assembleia Municipal de Cascais

O professor catedrático e ex-presidente do Tribunal Constitucional Marques Guedes é o novo presidente da Assembleia Municipal de Cascais. Marques Guedes, candidato proposto pelo PSD, foi eleito na primeira reunião ordinária da nova Assembleia, eleita para o quadriénio de 90-93.

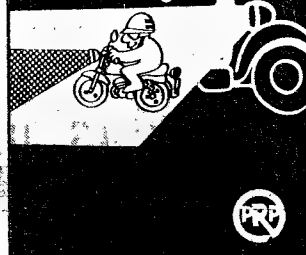
SLP tem novo horário

A Sociedade de Língua Portuguesa tem, desde ontem, novo horário. Esta sociedade está agora aberta continuamente das 9 às 20 horas de segunda a sexta-feira. A biblioteca funciona igualmente nesses dias, mas até às 19 horas.

EMPREGADO/A FORENSE

- Esc.º Advogados. Entrada imed.
- FUNÇÕES: Dactilog. atendi.º públ.º, arquivo, serviço, externo.
- Enviar curriculum completo e detalhado para Campo Grande, 170, 3.º Dt.º, 1700 Lisboa.
- Ordenado/Regalias = 0 do sector.

quem me avista meu amigo é



Debate sobre ensino carece de dimensão nacional

A UGT propõe-se ultrapassar o domínio da «decisão política arbitrária» trazendo à discussão pública a reforma do sistema educativo

A UGT vai criar uma comissão especializada em matéria de reforma educativa tendo em vista trazer ao domínio da discussão pública, em todas as suas vertentes, a «dimensão nacional de uma problemática que praticamente se tem limitado à tomada de posições políticas arbitrárias».

Esta será, de acordo com as declarações que Carlos Chagas prestou ao «DL», uma das principais novidades a sair do seminário sobre «A reforma educativa e a dimensão social de uma escola de sucesso» que, promovido pela UGT, decorre desde ontem em Lisboa com a participação de várias centenas de sindicalistas e especialistas nacionais em matéria de educação.

Segundo o secretário nacional executivo da UGT, todos os sindicatos afectos a esta estrutura têm a percepção de que uma política educativa consubstanciada no desenvolvimento de uma reforma «não se esgota unicamente na legislação publicada nem se acerva de direitos que não correspondam aos interesses legítimos da sociedade a que se destina».

Para Carlos Chagas, à reforma do sistema educativo, lançada num momento «particularmente conturbado para a educação nacional», não tem correspondido vontade política «capaz de dar solução a este problema nacional», numa situação onde pesa, tal como o sindicalista afirmou ao nosso jornal, «um divórcio entre aqueles que pretendem construir uma reforma à revelia da sociedade civil e a classe docente, uma das principais interventoras no processo».

A situação dos professores,



Carlos Chagas, secretário executivo da UGT, afirma-se disposto a levar o Governo a tribunal por «quebra de compromissos assumidos»

caracterizada por um «profundo descontentamento e desencanto» da classe em relação às recentes negociações sobre o estatuto da carreira e respectivo enquadramento salarial, mereceu igualmente uma nota relevante do secretário nacional executivo da UGT, que acusou o Ministério da Educação de «quebra de compromissos assumidos, e consagrados em acta, com os representantes sindicais».

Sindep recorre a provedor de Justiça

Esta «quebra de compromissos assumidos» pelo Governo vai levar o Sindep (Sindicato Democrático dos

Professores) - estrutura filiada na UGT e da qual Carlos Chagas também é secretário-geral - a realizar uma intervenção junto do provedor de Justiça, como garante de que, «num Estado de direito, um Governo não possa subverter a legitimidade do assinado ou acordado».

«Estamos hoje em condições de afirmar que as actas assinadas por um membro do Ministério da Educação e pelo Governo, no processo de negociação do estatuto da carreira docente, não foram cumpridas com os sindicatos dos professores, pondo em causa a Administração como pessoa de bem».

Carlos Chagas sublinhou ainda ao «DL» que, no âmbito desta intervenção no sentido de «repôr a justiça» e se o Governo mantiver a sua posição de «não fazer cumprir o que assinou» - caso, entre outros, da contagem do tempo de serviço - o Sindep poderá mesmo recorrer ao «banco dos tribunais».

«Não é com a actual e obsoleta lei que regula o processo de negociação da administração pública entre sindicatos e o Governo que os parceiros sociais, representantes legítimos de parte significativa da sociedade civil, podem fazer prevalecer a sua opinião». E isto porque, sustentou ainda o responsável sindical, o Governo «só lhes reconhece a capacidade de recomendação, tomando as decisões que bem entende, em nome de um interesse de Estado que não é o da própria sociedade que representa».

O seminário sobre «A reforma educativa e a dimensão social de uma escola de sucesso» encerra esta tarde os seus trabalhos com um painel de debate constituído por todos os prelectores que intervieram neste encontro de dois dias, e entre os quais se destacam as presenças dos professores Britaldo Rodrigues, Mário Pinto, Marçal Grilo, António Barreto, João Formosinho, Fraústo da Silva e Maria Teresa Rio de Carvalho.

A reforma educativa em Portugal, a organização curricular do ensino, a dimensão social do sistema educativo português e os contributos da escola para o mundo do trabalho são algumas das questões que, na sequência das suas anteriores intervenções, os participantes na sessão final deste seminário esta tarde abordam.

Ecologistas reclamam regras para eucalipto

Seis associações ambientalistas apresentaram hoje à comunicação social um estudo de análise da situação da eucaliptização em Portugal e propostas de solução, que constituem um conjunto de regras de condicionamento da plantação de árvores de crescimento rápido.

As referidas associações - Liga para a Protecção da Natureza, o GEOTA, a QUERCUS, as associações de Biólogos e a de Agricultura Biológica e o Grupo Universitário de Évora de Estudos do Ambiente - desejam apresentar as suas propostas ao ministro e secretário de estado do Ambiente e ao ministro da Agricultura, a quem já pediram audiências, e estão na disposição de manifestar as suas apreensões acerca dos excessos da eucaliptização a diversas instâncias europeias.

Como medidas de condicionamento à instalação de plantações industriais de crescimento rápido, as associações signatárias deste documento propõem, entre outras, as seguintes: restrição do plantio a zonas em que a pluviosidade anual exceda um determinado valor a fixar; levar em linha de conta a presença de consumidores prioritários de águas superficiais, tais como domésticos e agricultores; proibição em áreas que possam comprometer zonas de alimentação de águas subterrâneas; proibição em solos classificados como de elevado risco de erosão, em solos com aptidão para a produção agrícola e incluídos na Reserva Agrícola Nacional ou em zonas classificadas como áreas protegidas, montados ou biótopos de reconhecido interesse para a conservação da Natureza.

Como alternativas, as associações ecologistas propõem, por exemplo, a diversificação da produção florestal que permita a multiplicidade de actividades; a utilização da floresta para usos múltiplos e a valorização da sua função de protecção ecológica; a inversão do processo de desertificação humana no mundo rural, pela criação de emprego local através do incentivo ao uso múltiplo dos recursos naturais e da dispersão regional de indústrias com maior utilização de mão-de-obra.

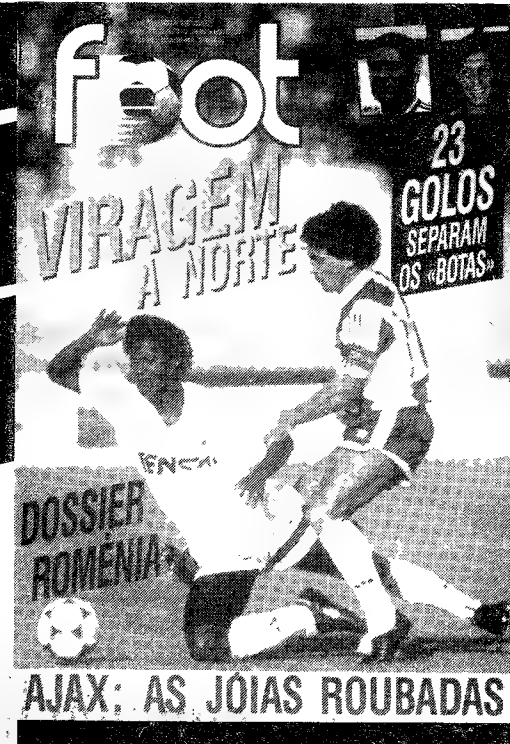
As associações entendem, como aliás os melhores silvicultores, que devem ser criados incentivos ao desenvolvimento das espécies de crescimento lento, entre as quais se contam algumas das mais tradicionais e ricas árvores da floresta portuguesa, as produtoras de frutos secos e de boas madeiras.

No fundo, o que propõem é um plano florestal, amplamente participado e debatido, e uma Lei de Bases da Floresta, que seja um factor de integração e de definição de grandes objectivos.

foot

CADA
VEZ MAIS
A SEU GOSTO!

JÁ À VENDA



Impasse no Autódromo do Estoril

Mediação do Governo ou adeus ao Gr

Autodril de um lado, Câmara Municipal de Cascais, Junta de Turismo da Costa do Estoril e Automóvel Club de Portugal do outro, continuam o braço de ferro, cada um a invocar razões legítimas e a exercer as formas de pressão que tem ao seu alcance. Entretanto, o Autódromo do Estoril continua vedado às provas nacionais, sem que haja um solução à vista. Agora, só a mediação do Governo pode resolver o impasse.

A decisão da Autodril, empresa do grupo Grão Pará, proprietária do Autódromo do Estoril, de vedar a pista às provas nacionais, foi tomada após ter visto rejeitada pela Direcção-Geral do Turismo um projecto turístico para aquele espaço, sem o qual, de acordo com a administração da empresa, não seria possível rentabilizar a única pista portuguesa de automobilismo.

Os prejuízos acumulados, ainda segundo a Autodril, atingiram 291680 contos, no período de 1984 a 1988. Reclamando a sua condição de empresa privada, com responsabilidades perante os seus accionistas, a administração daquela empresa afirma que não pode continuar a suportar estes encargos, nem pode ser penalizada pelo facto de ter tido a iniciativa de construir um Autódromo.

Um projecto global

Começado a construir em 1969, o Autódromo do Estoril seria inaugurado em 1972. Mas «todas as obras ali realizadas, até hoje, nunca tiveram qualquer subsídio do Estado, uma única isenção fiscal, qualquer benefício ou bonificação de juros e não lhe foi atribuída a utilidade turística», afirma a Autodril num dos

muitos documentos a a que esta guerra tem dado origem.

A empresa afirma também que, desde o início, se tratava de um «projecto global» e que, como a área onde o Autódromo foi construído ainda não estava desenvolvida, optou-se por edificar primeiro um hotel, destinado a apoiar as equipas de pilotos que iriam futuramente utilizar a pista.

Sublinha, por outro lado, que, se na altura as entidades públicas tivessem admitido que só o Autódromo seria aprovado, nunca ele teria sido construído existindo agora um terreno devoluto para implantar turismo de classe, habitação social ou ainda centros comerciais, tudo com objectivos económicos legítimos e altamente rentáveis, considerando a área onde o empreendimento se encontra implantado.

«Podemos ver como outros projectos, bem mais recentes, e já aprovados, ao seu lado, o Hipermercado Continente, em fase de construção, e o projecto de turismo de luxo da Penha Longa, que muito apreciámos, vieram dar razão ao que projectámos há 18 anos».

Esta é a argumentação de fundo da empresa, associada ao conceito de que, sendo o Autódromo propriedade privada de uma empresa, esta tem o direito de o gerir como melhor entender, de o encerrar, eventualmente de o destruir para dar origem a outro negócio.

Protocolo acaba no tribunal

Em fins de 1974, tal como aconteceu a outras empresas do grupo Grão Pará, o Autódromo do Estoril foi intervencionado pelo Estado, situação que se manteve até

1978.

A Autodril considera que isso provocou a «dilapidação» do empreendimento e que só em 1980 pôde, «com todos os sacrifícios», iniciar a recuperação do seu Autódromo, não tendo para tal recebido qualquer apoio financeiro do Governo.

O Automóvel Clube de Portugal, e muito especialmente o seu presidente, Alfredo César Torres, são particularmente visados pela Autodril, como entidades a quem o Autódromo muito interessava «sem que, no entanto, delas viesse qualquer auxílio financeiro para a recuperação do que se havia degradado ou proposta que o viabilizasse».

Em 1981, prevendo que estariam reunidas as condições para o empreendimento turístico, a Autodril avançou com novo ante-projecto, que permaneceria longos anos sem qualquer decisão.

Entretanto, em 12 de Junho de 1984 aquela empresa assinou com a Câmara Municipal de Cascais um protocolo em que, como contrapartida da cedência do Autódromo, aquela Câmara se comprometia a fazer as obras indispensáveis para a realização da Fórmula 1.

Segundo a Autodril, ficou acordado que, para a realização dessas obras, seria despendida uma verba de 70 mil contos, sendo 50 mil para os arranjos necessários da pista e infra-estruturas, e 20 mil para a construção do Museu Automóvel, que nunca foi construído.

O protocolo foi repassado para o ACP através de um acordo celebrado em Junho de 1984.

A contrapartida para a cedência do Autódromo para



Fernanda Pires da Silva defende o seu projecto

a a Fórmula 1 e mais três provas, uma delas o Rallye de Portugal, era, diz a Autodril, «a realização de obras que beneficiassem realmente o Autódromo e não apenas para o 'show' da Fórmula 1».

O contencioso começa a tomar forma. A Autodril acusa o ACP, na pessoa do

seu presidente, de ter gasto uma quantia nove vezes superior àquela por que foram efectivamente adjudicadas as obras em concurso público da Câmara Municipal de Cascais, presidida na altura por Helena Roseta.

Oa atritos entre estas entidades começam a ser cada vez mais. A Autodril contesta a qualidade dos trabalhos efectuados e o montante das verbas gastas. Helena Roseta chega a falar da tomada do Autódromo pelo Estado, como pagamento de alegadas dívidas da empresa.

A partir daqui a situação é verdadeiramente conflituosa mas, no final de 1988, é ainda possível celebrar um acordo entre o Estado, representado pelo Fundo de Turismo, a Autodril e o ACP. Nesse contrato, estas entidades mencionavam o interesse na aprovação do empreendimento turístico que a empresa proprietária do Autódromo considerava necessário para rentabilizar a pista.

Nele foi, porém, incluída uma cláusula segundo a qual, se o projecto não fosse aprovado até 31 de Dezembro último, poderia cessar a cedência da pista do Estoril.

O caso acabou no Tribunal de Cascais que, dentro de dias vai decidir, por sentença, da anulação ou não do protocolo. Entretanto, como parece fora de dúvida que a parte

vencida não deixará de interpor recurso para a instância superior, a situação ameaça arrastar-se.

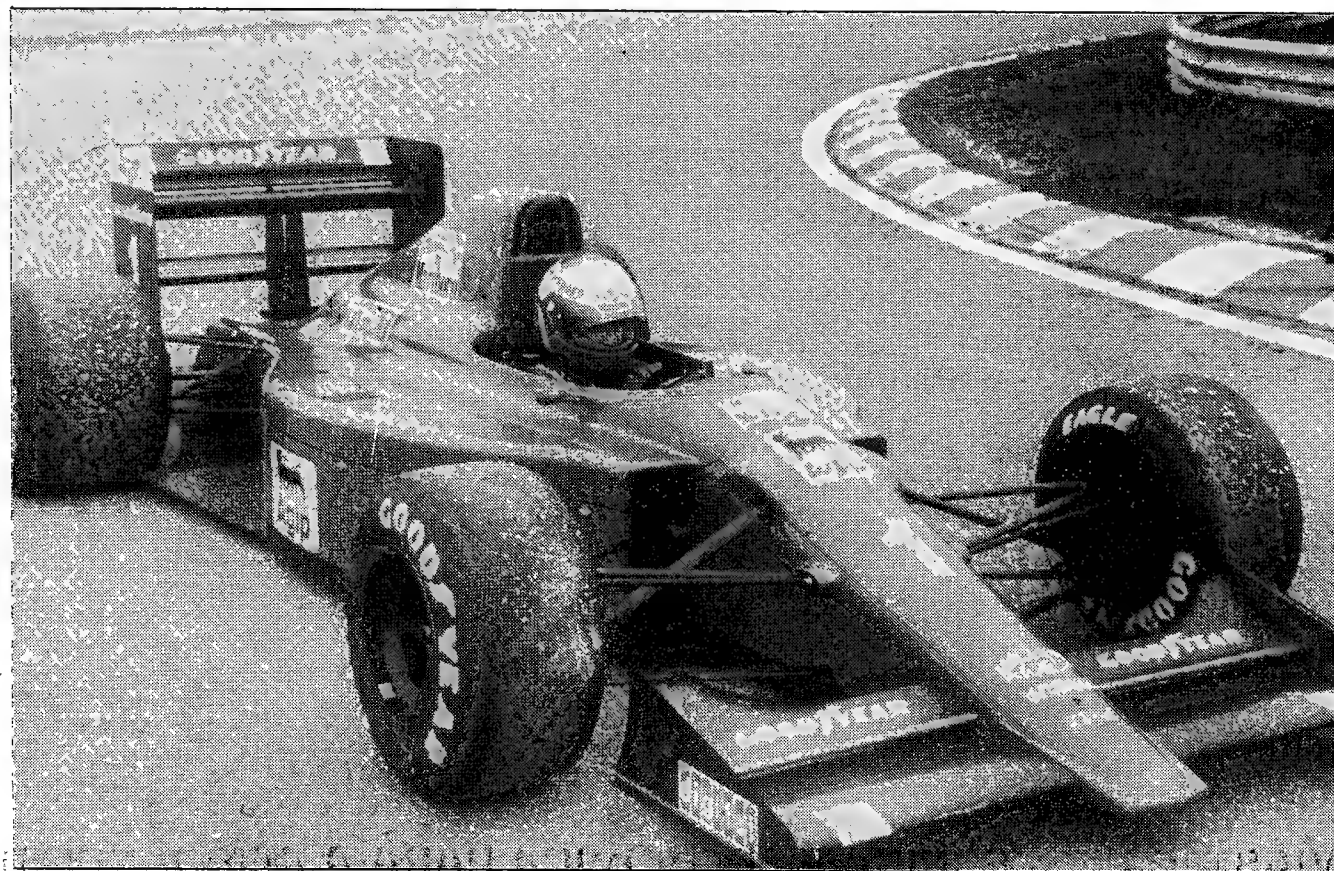
A reacção do ACP

Tal como se encontram as coisas, a Autodril apenas permite a utilização do Autódromo para as provas acordadas no protocolo, fechando as portas às provas nacionais. Como não existe outra pista permanente em Portugal, isto inviabiliza, na prática, a realização das principais provas de velocidade.

O ACP reagiu, apelando à intervenção do ministro da Educação, através da Direcção-Geral dos Desportos. Acha que não lhe cabem culpas na não aprovação do projecto, que isso se deve ao facto de ele ser «muito superior em volumetria ao que a lei prevê para este tipo de zonas».

Entende que lhe cumpre defender o desporto automóvel, não aceitando que o Autódromo feche as suas portas aos pilotos nacionais, mas continue aberto para equipas que ali efectuem testes e para apresentações.

Ressalvando nunca ter posto em causa a larga contribuição dada aos desportos motorizados portugueses com a construção do Autódromo do Estoril, cuja iniciativa se deve à Autodril, empresa integrada no grupo



Ferrari e outras marcas têm realizado testes no Estoril

Grande Prémio

Grão Pará, nem pondo também em causa tratar-se de uma empresa privada com o direito de «dentro dos limites que lhe são impostos pela legislação», procurar rentabilizar os seus investimentos, o ACP argumenta no entanto que, «ao construir o Autódromo do Estoril, um parque desportivo com interesse para o turismo e para o desporto, se criaram responsabilidades que não podem ser ignoradas».

E afirma também, pela voz do seu presidente, que ao permitir que o Estado investisse algumas centenas de milhares de contos na beneficiação daquele recinto, passou a haver necessidade de atender ao interesse público.

É este, porém, um dos pontos de atrito. O ACP alude a esta verba como justificação para impor certos deveres à Autodril. A empresa contesta, afirmando que, a partir do montante por que foi feita a adjudicação, não houve investimento mas sim «delapidação dos dinheiros públicos». A afirmação é do dr. Abel Pinheiro, administrador da Autodril, em recente conferência de imprensa, enquanto

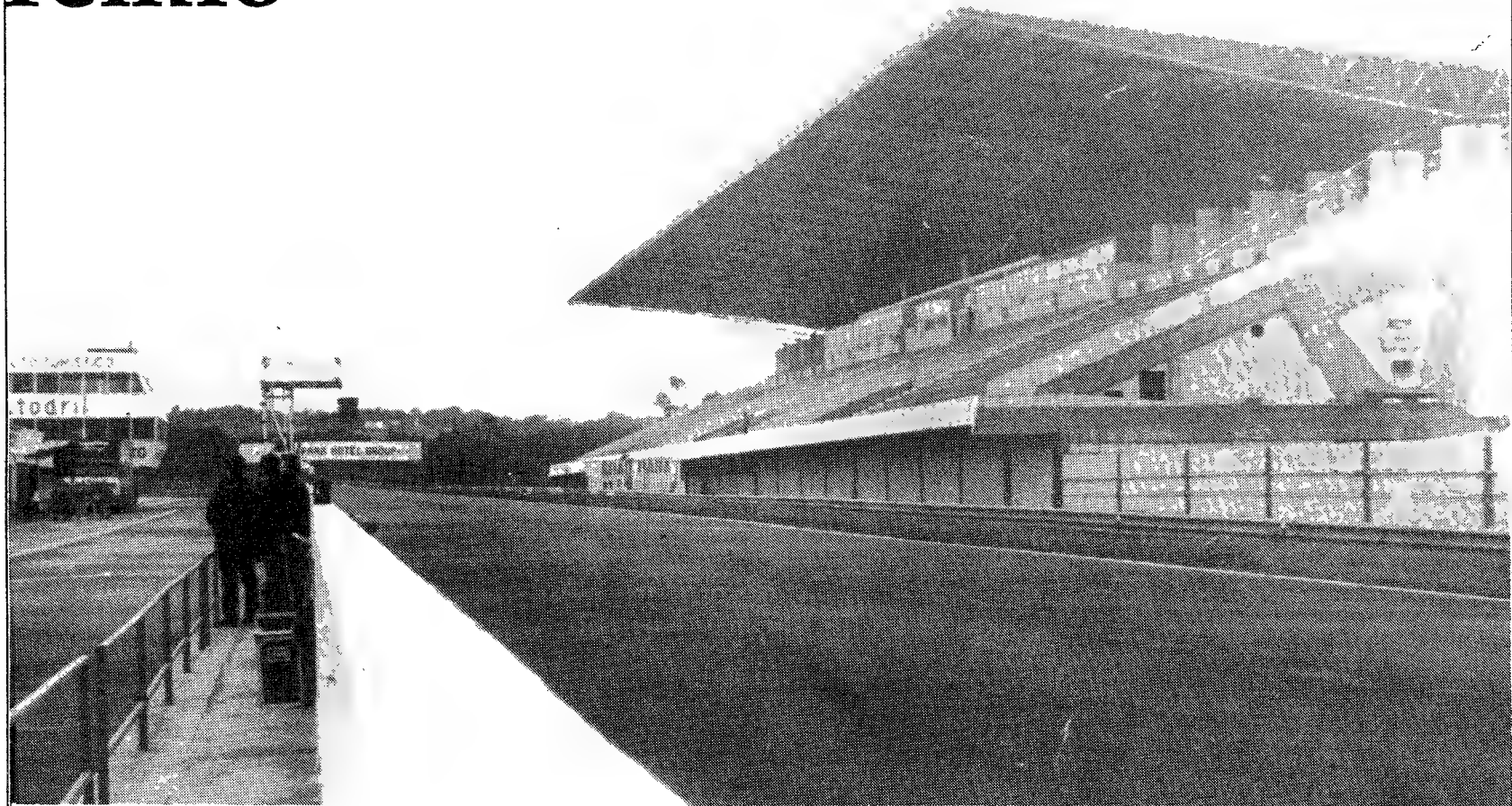
César Torres também em conferência de imprensa, diz não compreender que o autódromo possa ser alugado para apresentações e testes, a entidades nacionais e estrangeiras e não o possa ser, nas mesmas condições, para a realização de corridas para portugueses.

«Trata-se, na nossa opinião, de uma discriminação inaceitável, de uma forma de pressão que visa conseguir uma autorização de construção que foi negada por todas as entidades competentes, de uma falta de respeito pelos pilotos, marcas e patrocinadores portugueses».

Najá citada conferência de imprensa da Autodril, João Paulo Teotónio Pereira, outro dos administradores da empresa, admite que é de facto uma forma de pressão, mas acrescenta que «é legítimo exercê-la, só num regime democrático podemos exercê-la».

César Torres reafirma que o ACP sempre se tem batido e continuará a bater para mudar o estado actual das coisas.

«Que a solução seja um acordo comercial, um acordo entre a Autodril e o Estado, a requisição ao abrigo da Lei de Bases do Sistema Desportivo, ou qualquer outra, é-nos, no fundo, indiferente. O que queremos é, repetimos,



Inútil sem corridas, inviável sem um complemento turístico

que os pilotos nacionais possam utilizar o Autódromo do Estoril».

Apesar do radicalismo que o conflito atingiu, por vezes excessivamente personalizado, nenhuma das partes quer deixar completamente fechadas as portas a um possível entendimento.

Mas requisição é palavra de que a Autodril não quer ouvir falar. A alusão a esta figura ainda radicalizou mais o conflito.

A empresa proprietária do Autódromo diz ter consultado os mais conhecidos constitucionalistas e que tal não é possível, além de que, a lei nem sequer está regulamentada e nada indica que a futura regulamentação o venha a permitir.

As soluções possíveis para este contencioso, à luz dos elementos contraditórios avançados pelas duas partes, só pode ser uma destas: acordo, requisição do autódromo ou entrega da pista para pagamento de alegadas dívidas da Autodril e de outras empresas do grupo ao Estado.

A possibilidade de um acordo, passa segundo a Autodril, pela aprovação de um projecto turístico que possa viabilizar o empreendimento.

A requisição não será também pacificamente aceite.

Quanto à eventualidade da entrega ao Estado, a Autodril e a Grão Pará afirmam que a primeira nada deve e que as

dívidas existentes nas outras empresas foram contraídas durante a intervenção pelos responsáveis que durante esse período as geriram, correndo sobre isso processo nos tribunais.

«Ponham-nos as empresas como as encontraram na altura da intervenção e não há dívidas nenhuma», afirma o dr. Abel Pinheiro.

Mediador precisa-se

Tal como as coisas se apresentam, o cenário previsível é que nenhuma solução haverá para o Autódromo sem uma interminável batalha jurídica, sem utilidade para qualquer das partes.

A Autodril não poderá, durante todo esse período, concretizar nenhum projecto, embora o tempo possa jogar a seu favor, através da consequente valorização dos terrenos. O ACP não poderá organizar provas. Os pilotos portugueses não poderão correr nem treinar na pista do Estoril.

É uma daquelas situações em que, mesmo havendo um vencedor total, este não deixará de pagar um elevado custo.

A partir daqui, a Autodril diz que só negocia com o Governo. O ACP, pelo menos até agora, não excluiu a sua disponibilidade para negociações.

Mas é necessário que surja um mediador credível, em condições de ajudar a conciliar os interesses em jogo, antes deles se transformarem num

emaranhado jurídico que dará para muitos anos.

Aceite, como parece estar de facto, o princípio de que é indispensável um empreendimento que possa viabilizar o Autódromo do Estoril, só uma grande falta de imaginação impedirá que seja encontrado um projecto capaz de satisfazer ambas as partes.

Aliás, se puzermos de parte as batalhas verbais até agora travadas, não se pode dizer que não existam possibilidades de iniciar um diálogo objectivo.

Os responsáveis da Autodril, afirmaram publicamente a sua disponibilidade para alterar o projecto, de forma a torná-lo compatível com a utilização das pistas e com a legislação, ou mesmo a estudar um outro projecto alternativo.

Por sua vez, o ACP, no parecer que lhe foi solicitado pela Direcção Geral do Turismo, afirma que, na generalidade, «nada tem a opor à edificação de um conjunto turístico a instalar nas áreas circundantes do Autódromo do Estoril, existindo até um protocolo celebrado entre a Autodril e o Automóvel Clube de Portugal, sob a égide do Fundo de Turismo, que prevê a aprovação de uma urbanização turística para aquela área».

Ressalva, no entanto, que não pode concordar com a totalidade do estudo apresentado e sugere diversas alterações. No fundo, não estará excessivamente longe

do acordo.

É certo que a Autodril critica o facto de ter sido pedido parecer ao ACP, lembrando que esta entidade não tem que ser ouvida sobre a aprovação de projectos turísticos. Mas este é um problema de menor importância se o diálogo for retomado.

Mais difíceis de entender são os pareceres negativos de outras entidades, designadamente do técnico da Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais, homologado pelo presidente do Serviço Nacional de Parques, se ti-vermos em conta que foi aprovado, em escassos meses, um projecto japonês para a Penha Longa, com maior densidade habitacional, praticamente encravado na Serra de Sintra. É um projecto que tem passado mais ou menos despercebido mas que a questão do Autódromo do Estoril colocou agora em foco.

Não podendo o ACP, por não ser da sua competência, garantir nada daquilo que a Autodril considera indispensável para solucionar o caso do Autódromo, e esgotados todos os outros meios, resta apenas o Governo como mediador possível para um contencioso que se arrasta há demasiado tempo, que põe em causa não só a realização do Grande Prémio de Portugal como as provas nacionais e a actividade normal dos pilotos portugueses.

Há legítimos interesses de ambos os lados no meio um

um conflito que se foi agudizando ao longo dos anos.

Das múltiplas intervenções dos responsáveis da Autodril, há que reter esta afirmação: «Consideramos que o Estado Português é o único dialogante. Se entender que as razões em causa são ponderosas para justificar a sua intervenção, nós sentamo-nos à mesa».

Interrogado pelo DL sobre esta possibilidade, César Torres disse que o ACP «está disposto a sentar-se à mesa para uma mediação, queremos resolver o problema e achamos que é urgente resolvê-lo».

A data de 11 de Março é no entanto o limite para ser encontrada uma solução sem prejudicar a realização do Grande Prémio de Portugal. É o início do Campeonato do Mundo e, segundo o presidente do ACP, é necessário saber-se, até essa data, onde vão ser feitas as provas.

O que falta agora é a iniciativa de uma mediação pelo Governo, sem a tentativa de submeter uma das partes, mas com o objectivo de encontrar a solução justa.

Se isso for feito nos próximos dias, ainda há tempo para recuperar o que neste momento, em termos desportivos, está seriamente comprometido.

Não havendo essa iniciativa, Portugal bem pode dizer adeus ao seu Grande Prémio para os anos mais próximos, ou mesmo para sempre

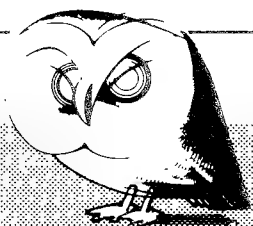
Augusto Vilela



AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

CULTURA



olhar de mocho

Televisão privada

Um dos aspectos que mais desagradavelmente feriu a sensibilidade dos espíritos livres e liberais em matéria de liberdade de Imprensa foi, no pacote de promoção da privada servido no fim-de-semana nos mais nobres lugares informativos, a estratégia de jogar à defesa. Antes de se anunciarem quaisquer prazos ou de se apontarem datas - e não se entende lá muito bem como é que uma equipa de economistas se permite o luxo de falar sem os números dum vulgar calendário, dando, assim, a impressão de serem intelectuais de esquerda dos anos 60 -, já se apontaram medidas do espartilho dos futuros canais de televisão privada: não irá ser permitida a pornografia; percentagens exactíssimas de programação portuguesa; capital social mínimo para as empresas candidatas à exploração.

Isto é, antes de se saber quando é que vai finalmente acabar o monopólio estatal da comunicação social por imagens, já é servido o aperitivo do que não será um canal privado.

Possivelmente alguém saberá, mas eu na qualidade de simples espectador interessado ignoro totalmente, o que significa num concurso público para atribuir canais televisivos, a «qualidade técnica», «programas culturais e de informação». Onde estão os critérios objectivos para se saber, por exemplo, se a «chuva» com que actualmente, o Canal 2 chega a Colares (nota: fica a 35 quilómetros de Lisboa) é ou não de qualidade técnica, quais são os programas culturais dignos desse nome e que actualmente são emitidos nos canais do monopólio estatal?

Vamos ao ponto que interessa. A questão da televisão privada é, antes de mais, um problema de liberdade de Imprensa. Questões tais como a da pornografia, o incentivo ao assalto a bancos, o comércio da droga, estão ou devem estar reguladas no Código do Processo Penal e para isso é que num Estado de direito existem os tribunais. Mas a liberdade de Imprensa deixa de ser aquele inviolável princípio constitucional sempre que as tutelas começam a pulular. E quando se chamam polícias para o campo da liberdade de Imprensa, nunca se sabe se os guardiões estão ao serviço da integridade dessa liberdade, ou pelo contrário, a procurar defender outros dos incómodos que essa mesma liberdade de Imprensa poderá, eventualmente, causar. Por isso é que, o anúncio governamental referente às televisões privadas, para além de vago, impreciso e desfasado no tempo, suscita naturais dúvidas. O imperativo dos canais privados nasce da liberdade de Imprensa, ou pelo contrário, tentará de tal modo espartilhar as outras televisões de modo a que os canais estatais acabem por não perder o monopólio? Para já, a estratégia parece ser a da defesa e do ganhar tempo.



José S. Monteiro

Há vinte anos quando o que importava era apressar o extertor da ditadura, a oposição aguçava o engenho e encontrava novas modalidades de resistência. Como as cooperativas que, ontem ao fim da tarde, na Gulbenkian foram lembradas na segunda sessão de «Anos 60: os factores de mudança»

As cooperativas contra o fascismo

O jornalismo é um ofício subjectivo e é, talvez devido a essa condição um quanto angustiante que ele se torna ingrato perante o olhar desconfiado das altas autoridades do presente, como do passado. Relatar tal e qual o que ontem ao fim da tarde se disse e discutiu na segunda sessão do colóquio «Anos 60: os factores da mudança», não é só uma missão impossível, é um trabalho insano porque o que ao leitor se transmite são, neste caso particular, as percepções de uma rapariga de 22 anos que da década de 60, conhece apenas a nostalgia dos mais velhos e uns tantos fragmentos (John Kennedy, Che Guevara, «all you need is love»), que, vistos conjuntamente, dizem, afinal, de uma unânime vontade de mudança.

Em Portugal, as circunstâncias históricas tornavam o momento político, social, económico e mesmo cultural especialmente sensível.

A oposição, consciente do que importante era estar à frente da polícia política aguça mais o engenho. Segundo Nuno Teotónio Pereira referiu durante o colóquio, «cooperativas como o Pragma abriram uma nova frente de luta contra a ditadura porque acrescentou o movimento estava ele próprio ligado aos ideais socialistas e republicanos». A ausência de uma tradição cooperativa em Portugal permitia, por outro lado, de acordo ainda com a alocação do conceituado arquitecto, que Salazar se mantivesse tranquilo diante do aparecimento e proliferação deste tipo de organismos.

Católicos e Democratas

Outro contributo importante das cooperativas para a constituição de uma mentalidade diferente foi, segundo os presentes, a possibilidade de compatibilizar numa mesma pessoa a fé cristã e a prática democrática. Até à década de 60 vivera-se mentalmente uma espécie de



Os participantes na segunda sessão de «Anos 60: os factores de mudança». Da esquerda para a direita, Eugénio Mota, Maria Idalina Salgueiro, António Sousa Gomes, a representante do Centro Nacional de Cultura, Nuno Teotónio Pereira e Manuel Biddarra

maniqueísmo que opunha os fiéis aos «maçons», democratas e comunistas, todos eles conotados com as forças do mal, por acção de uma Igreja feita dócil aliada do Estado fascista.

Ao declarar-se católico e democrata numa entrevista concedida ao «DL» em 1968, o Doutor Vieira da Luz derubava com algum estrépido um bastião ideológico. Só que, tal como aos jovens do futuro a queda do muro de Berlim se apresentará como o corolário óbvio de todo um processo histórico que lhe estava subjacente, a possibilidade de conjugação da prática católica e democrática não é, de modo algum, compreendida, hoje, com a mesma fogueira que envolveu a questão há precisamente vinte anos.

Os católicos e a resistência ao fascismo

Tidos como os mais poderosos e indiscutíveis aliados do regime salazarista, estes mesmos católicos não devem, no entanto, ser tomados como um todo indissociável. Quem o defendeu foi Manuel Biddarra, cuja comunicação de ontem foi inteiramente consagrada à história dos movimentos católicos empen-

hados na resistência à ditadura.

A este propósito, Biddarra lembrou que, ao mesmo tempo que o Cardeal Cerejeira dirigia a Igreja com o mesmo autoritarismo que Salazar imprimia ao governo da nação, a Juventude Operária Católica denunciava no seu órgão oficial casos de flagrante injustiça vividos na sociedade portuguesa. Igualmente representativa foi, no entanto, a chamada revolta da Sé, ocorrida a 12 de Março de 1959, a defesa de Paulo VI quando, sob o ataque cerado do governo fascista, este se deslocou a Bombaim após a queda de Goa em favor da União Indiana ou a supressão de um texto que D. António Ribeiro pretendia ler na RTP em louvor da atitude pontifícia. Na origem remota destas mudanças da consciência cristã esteve, para Biddarra, as modificações mentais que o pontificado de João XXIII entretanto introduzira no modo da Igreja estar no mundo.

Plena de estrangulamentos económicos e sociais de toda índole, a sociedade portuguesa requeria desde há anos medidas fundamentais que o poder central persistia em não tomar. É perante esta

situação que as cooperativas, maioritariamente formadas por estudantes universitários, tentam diagnosticar as «moléstias» para, mais tarde, com outros meios, introduzir as modificações necessárias. A Codes, representada no colóquio «Anos 60: os factores de mudança» por Maria Idalina Salgueiro, foi uma dessas cooperativas empenhadas no desenvolvimento. Criada em 1957 e consciente de que o progresso passava também pela mudança de mentalidades, esta organização começou por coordenar uma página no «Diário Popular», ao mesmo tempo que amealhando um saber de experiência feito, realizava inquéritos na zona muito deficitária de Torres Vedras, passando anos depois à actuação nas aldeias da Benedita e do Bárrido.

Alfabetizaram algumas centenas de homens e mulheres que o sistema educacional do Estado Novo mantinha, para seu conforto, na total ignorância. É verdade que a revolução não aconteceu por causa de toda esta agitação, mas convenhamos, que se calhar até ajudou muito.

Maria João Martins

Pintura de Pomar vendida por 9500 contos

O Instituto Português do Património Cultural adquiriu em leilão, por doze mil contos, uma pintura medieval intitulada «Triptico Primitivo». Esta obra é uma pintura atribuída à escola portuguesa do século XV e pertence à colecção dos herdeiros do Comandante Ernesto de Vilhena, variando o seu

preço de catálogo entre os dez e os quinze mil contos.

Das pinturas mais valiosas colocadas em leilão, a «Cena de Debulha», de Júlio Pomar, foi vendida por 9500 contos (avaliada entre os três e os cinco mil contos), número que constitui um record para a obra de um pintor português ainda vivo.

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Hot Clube tem mais de 40 anos

Melancolia

Não, o Hot Clube não faz agora 40 anos. Antes de 1950, e antes de inaugurar aquela que foi a primeira sede na Praça da Alegria, um último andar amplo e panorâmico, o Hot Clube existia num estado que era já um pouco mais do que mero embrião. Não tinha «casa» nem sócios legais, mas organizava concertos. Há quem se lembre da vinda a Lisboa, em 1948, de Don Byas, e fontes do «DL» aderentes aos primeiros passos do clube de jazz falaram-nos de uma ou outra «jam session» tentada por portugueses.

Os locais (atenção olisipógrafos) onde se ouvia então o jazz e se juntavam os fundadores e mais entusiastas do Hot Clube eram o salão de chá do café Chave d'Ouro, no Rossio, e o restaurante Belvedere, ao cimo do elevador de Santa Justa. Foi a pré-história, hoje um tanto esquecida - até, pelos vistos, por parte dos seus protagonistas -, do único «antro» lisboeta dedicado à música negro-americana. Tudo começou com o exemplo do Hot Clube de França (ligação que resultaria mais tarde na vinda de Pierre Michelot a Portugal) e com um programa de rádio chamado, precisamente, «Hot Clube», que Luís Villas-Boas mantinha no Rádio Clube Português nos anos 40. Foi o organizador dos festivais de jazz de Cascais de boa memória (pelo menos os primeiros, com

destaque para o de 1971, que se tornou numa manifestação antifascista) quem esteve à frente da iniciativa, continuando hoje a ser o seu sócio número um.

Mesmo quando contestado, e logo em 1951 o excluíram democraticamente da direcção por divergências várias, Villas-Boas voltou sempre e foi de facto a alma e o impulsionador do clube, nos bons como nos maus momentos.

Lembram-se os mais velhos «hot-clubistas» que as quotas nesses primeiros tempos rondavam os dez paus e que mesmo assim para muitos dos «militantes» não era fácil pagá-los. Contaram-nos, a propósito, a história de um sujeito que tinha os pagamentos em atraso e não o deixavam entrar na sala em consequência. Acabou por conseguí-lo graças à solidariedade de quem estava à porta e contribuiu, um troco daqui e um troco dali, para cobrir-lhe a dívida. Às tantas, o jovem sentou-se à bateria e solou como nunca ninguém ouvira um português fazer daquele modo e naquele local. Como se chamava o baterista? A memória não registou...

Houve no entanto nomes que ficaram, apesar de não se saber o que é feito, musicalmente, dessas pessoas. As mesmas fontes contactadas pelo nosso jornal salientam os casos de um Castelo Lopes, hipoteticamente o mesmo Gerardo que conhecemos dos



Eddie Henderson num concerto comemorativo no Hot Clube

filmes, e um tal Fausto Caldeira, um prodígio nacional ao piano. Recordá-se ainda um miúdo que não tinha mais de 16 anos e que tocava tudo em ritmo de boogie woogie. Que é feito dele? Se o Hot Clube ocupa um lugar fundamental na história do jazz em Portugal, como ponto de partida para muita coisa que aconteceu, foram demasiados também os sons que não encontraram eco, condicionismos próprios de ser portugueses num regime isolado do mundo. Isto para dizer que naquela época, sem a existência de uma escola formativa de jazz, surgiram músicos que por instinto e paixão foram mais longe, em qualidade e inspiração, do que muitos dos formados na

presente Escola de Jazz, que é o orgulho dos actuais dirigentes do Hot. Até é fácil de perceber: todo o ensino de música é, afinal, a instituição da mediania.

Quarenta e tal anos depois, esquecida a receita dos «cocktails bebop», importa realçar que nunca o Hot Clube teve tão pouco relevo, tão pouco peso na cena musical portuguesa, como agora, e é pena que seja assim, mesmo que o «DL» tenha em conta que houve períodos maus no início, períodos de inércia e jogos de cartas.

Os factos falam por si: nos tempos áureos tocou ali um homem da linha da frente de quem os livros falam, Count Basie, e hoje quem vem a Lisboa assinalar a (falsa)

efeméride é um trompetista da segunda linha, Eddie Henderson. Aliás, a própria localização do clube é explícita do definhamiento da sua projecção ao longo dos anos: do «loft» à beira do céu passou-se mais tarde para a subcave do mesmo edifício, intensificando o clima subvertido e «maldito» do jazz mas roubando-lhe espaço, e depois foram mesas, copos e piano para outro prédio vizinho, também na Praça da Alegria, que é onde agora encontramos o Hot.

Uma cave apertada, diminuta, representando quase simbolicamente a condição portuguesa do jazz, assim mínima, espalhada, constrangida, apesar de entretanto

ter acontecido o 25 de Abril, a democracia e o desenvolvimento teoricamente que pressuporia capitalista, que mesmo as formas culturais minoritárias tivessem a sua oportunidade para desabrocharem.

Não aconteceu desse modo, como já todos repararam. Foi lá que Charlie Haden, o famoso contrabaixista «left wing», se encontrou com o nosso Carlos Paredes, evento glorioso proporcionado pela «revolução» que de qualquer modo não faz esquecer o resto. Pois é, todas as festas de aniversário têm o seu pedaço de melancolia. Não fugimos à regra. Desculpem qualquer coisinha...

Rui Eduardo Paes

As mais velhas árvores da RFA

Exposição de fotografias no Instituto Alemão



Símbolos privilegiados da Natureza, na sua maior exuberância, as árvores começam a dar que falar e que ver largas semanas antes de chegada a Primavera. No Instituto Alemão de Lisboa estão, por exemplo, patentes desde hoje 44 fotografias de Wilfried Bauer sobre um conjunto de árvores muito especiais: as mais velhas ainda existentes na República Federal da Alemanha.

Caracterizam-se, de um modo geral, pelo vasto número de ramificações mais ou menos nodosas, pela grossura do tronco que, nos países mais tocados pelo desenvolvimento tecnológico, permite aos arqueólogos determinar a data dos acontecimentos com relativa tranquilidade porque, como dizia Schille, as árvores têm uma memória, «são um testemunho do passado e do presente». É que se plantar uma árvore era, como escrever um livro ou fazer um filho, um momento memorável da passagem à vida adulta, estas foram as árvores que tornaram mais homens os adolescentes de há alguns milhares de anos.

SEAT TERRA
MAIS CARGA POR MENOS

DESDE 1.077.000 ESC.

SEAT
Grupo Volkswagen

Importador exclusivo: SOCIEDADE HISPÂNICA DE AUTOMÓVEIS, S.A.

Encargos anuais globais de 136.448 a 177.083 Esc. Base: 15.000 Km/ano. Dezembro 1989

GARAGEM VICTÓRIA,
Automóveis, Lda.Lisboa • Rua Nova de S. Mamede, 38-A • 1200-LISBOA
Telefs. 658131/2/3/4/5/6 • Fax 603412 • Telex 13374 GARVIT P
Cascais • Av. 25 de Abril, 901, R/C Esq. • 2750 CASCAIS
Telefs. 284 7392 - 284 7417 • Fax 284 7442

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Ano após ano, na primeira semana de Fevereiro, Madrid transforma-se em capital da arte contemporânea. Beneficiando da neutralidade geográfica, constitui-se como ponte entre a agressividade alemã federal e a notória passividade americana, onde os dealers e colecionadores japoneses, ficam de olhos em ARCO

Madrid a nove arcos daqui

Do nosso enviado especial

São muitas as estratégias e os mecanismos que é preciso mudar para que realmente possamos estar presentes no mercado internacional. Em Portugal, as galerias ainda se contam pelos dedos, e bastam os de uma mão para contarmos as que participam em pé de igualdade de condições nas feiras de arte contemporânea. Quantos artistas portugueses são efectivamente conhecidos pelo seu nome fora de Portugal, e quantos o são pelas suas obras?

Baseando-se em critérios pouco transparentes, a antropofagia doméstica disputa um lugar na única experiência de feira de arte que temos: o Fórum de Arte Contemporânea (FAC). Referimo-nos à edição de 1989, que se permitiu excluir a Galeria Diferença, por exemplo, sob o pretexto de que era uma instituição de artistas (meritória, com um irrepreensível e qualitativo passado histórico, acrescentamos nós), ou assistiu à ausência das galerias Leo e Novo Século que, se aparentemente parecem ter baixado os braços, o observador atento deverá traduzir a atitude como falta de pachorra para aturar a organização do FAC.

Entre nós tem prevalecido a miragem de que é internacional tudo o que se faz fora de Portugal, o que não é mais do que um penoso sinal de provincianismo. A maior parte da arte que se faz em França, Alemanha, Inglaterra, até em Espanha ou mesmo nos Estados Unidos, não é mais do que um produto nacional destinado ao consumo interno, de que apenas uma pequena parte sai as fronteiras dos respectivos países.

As feiras internacionais de arte servem, entre muitas outras coisas, para remover a remela dos olhos e as teias de aranha da cabeça. A quem defende que a situação espanhola só difere da portuguesa pela dimensão geográfica, recorde-se que em Espanha existem 1 400 galerias e a Feira de

Arte Contemporânea de Madrid chama-se ARCO, transformando a cidade em capital da cultura europeia, entre 8 e 13 de Fevereiro de cada ano.

Apresentação

Dispondo de uma área de 12 958 metros quadrados, contra os apenas 5 mil da primeira edição, no Parque de Exposições de La Castellana, em 1982, a ARCO sediou-se desde 1984, no Palácio de Cristal da Casa do Campo. As características profissionais, internacionais e selectivas conquistadas, dimensionaram-na a um nível que a presença de 217 galerias de 20 países testemunha bem a sua inequívoca universalidade. Para satisfazer parte dos 800 pedidos de stands, anunciados pelos responsáveis da ARCO, este terá sido o último ano que decorreu no recinto ferial de Madrid, como nos afirmou em entrevista Rosina Gómez-Baeza (ver próxima «Mosca»), a quem nos últimos quatro anos tem cabido a direcção.

O carácter cada vez mais restritivo da participação espanhola (menos 6 que em 89, e também menos 9 francesas), para permitir a entrada de duas galerias canadianas e australianas, e reforçar a participação dos Estados Unidos e Alemanha Federal, mereceu o natural protesto dos galeristas espanhóis, que atribuem a sua marginalização a interesses obscuros, deixando, sobretudo os madrilenos, a braços com a dificuldade de explicarem aos seus colegas de outros países a sua exclusão em casa.

Para muitos deles (e naturalmente, também para os galeristas portugueses), a ARCO é, independentemente da possibilidade de contacto com outros artistas, o ponto alto da temporada. Participar torna-se uma necessidade e, a exclusão de galeristas que lutam fora dos circuitos habituais para imporem uma linha de trabalho, mais reforça os seus detractores.

Uma outra leitura, indicará por exemplo, que a ARCO conseguiu a estabilidade antes questionada, resultando mais atractiva uma

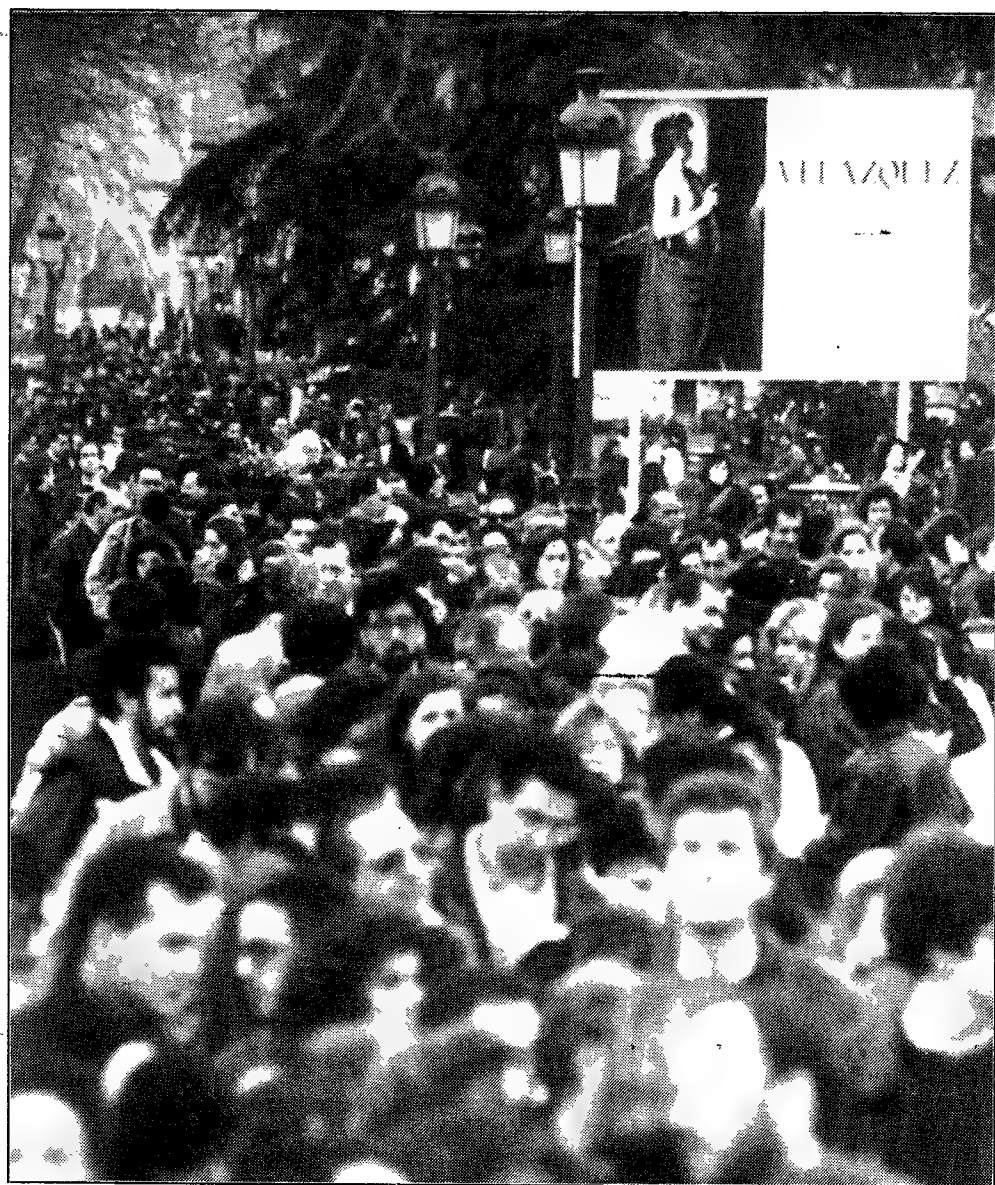
vez que o seu aspecto comercial está praticamente atingido.

Brilha Madrid

Como resposta à sua exclusão, ou à exiguidade do espaço de que dispunham na ARCO, as galerias e instituições madrilenas apostaram forte na sua programação e eram uma relaxante alternativa à voracidade que caracteriza a feira. Quem não dispusesse de tempo, e paciência, para perder entre quatro a seis horas nas filas das bilheteiras do Museu do Prado, e ganhar o acesso à exposição "Velazquez, todo Velazquez", tinha por exemplo, "Beuys antes de Beuys" (mais de duzentos desenhos inéditos), na Casa del Monte, bem próximo da Gran Vía; "Retrato de William Burroughs", de Fernando González Canales, no Ayuntamiento de Leganes; "Madrid: espaço de interferências", instalações de Darío Corbera, Nacho Criado, Marcelo Expósito, Francisco Felipe, Gabriel Corchero, Juan Hidalgo, Concha Jerez, Eva Lootz, Sara Rosenberg, Adolfo Scholoser e Isidoro Valcarcel Medina; a retrospectiva de António Saura, no Centro de Arte Rainha Sofia; Odilon Redon, na Fundação Juan March; "Arte latino-americana", no Palácio Velazquez, e o "Encontro entre o pintor espanhol Enrique Vega e o francês Jacques Dromart", na Casa de Velazquez.

De entre as muitas galerias comerciais, referência para pintura, escultura e desenho de Evaristo Bellotti, na Juana Mordó; Cristina Iglésias, bem conhecida entre nós, mostrava escultura na Marga Paz; além de acrílicos sobre algodão de Patrício Cabrera, a Galeria La Máquina Española inaugurará esta noite pintura, escultura e desenho de Pepe Espaliú; Oliva Arauna (galeria que apresentava Leonel Moura na ARCO), mostrava escultura de Fernando Sinaga e, na Galeria Soledad Lorenzo, pintura objectual de Barceló.

Sendo o carácter exuberantemente festivo indissociável da ARCO (as estatísticas situam a terceira edição à



Não é uma manifestação junto ao Museu do Prado. É a fila para a bilheteira da exposição "Velazquez, todo Velazquez"

cabeça das feiras europeias de arte contemporânea, tendo a quarta alcançado os cem mil visitantes e atingindo os 140 mil o ano passado), a escassez de vendas constitui um lamento permanente e está na origem de alguns abandonos. Assim, agora procurou-se inverter os factores; para conseguir que a procura supere a oferta e as vendas cresçam, a ARCO vocacionou-se para um público mais selectivo.

Se para atender uma maior solicitação de galeristas se atrofiaram substancialmente as zonas de lazer (imprescindíveis a uma feira que regista uma tão grande participação do público), aumentou-se o preço dos bilhetes

(adulto, 800 pesetas; estudantes, 300; assinatura por quatro dias, 2 800) com a intenção de reduzir o número de excursionistas, e contemplar os interesses dos galeristas estrangeiros mais habituais a que a siseudez profissional supere o alarido próprio do acontecimento.

A disposição labiríntica dos seus 217 stands, repartidos pelos três pisos do pavilhão 10, estropiava o espírito mais arguto que tivesse a veleidade de a visitar só por um dia. Quem não adquirisse o precioso mapa da ARCO'90, corria o risco de visitar com muita assiduidade este ou aquele stand. Exceptuando os quarenta que apresentavam exposições individuais, os

galeristas repetiam os artistas numa estratégia manifestamente concorrencial e, não poucas vezes, monótona.

Piso a piso

Numa perspectiva inevitavelmente subjectiva, segue-se a descrição muito sumária de como se apresentavam os três pisos da ARCO'90. Tradicionalmente a mais vanguardista (e onde se encontrava uma única galeria portuguesa, Cómicos/Luís Serpa), o nome Saura crescia nas paredes do stand da madrilena Galeria António Machon, à medida que descíamos as escadas rolantes para o primeiro piso. Avançando pela direita, a tónica do piso era dada pela Durant-Dessert (França), que



FEIRA DE ARTE CONTEMPORÂNEA
MADRID

Com o apoio

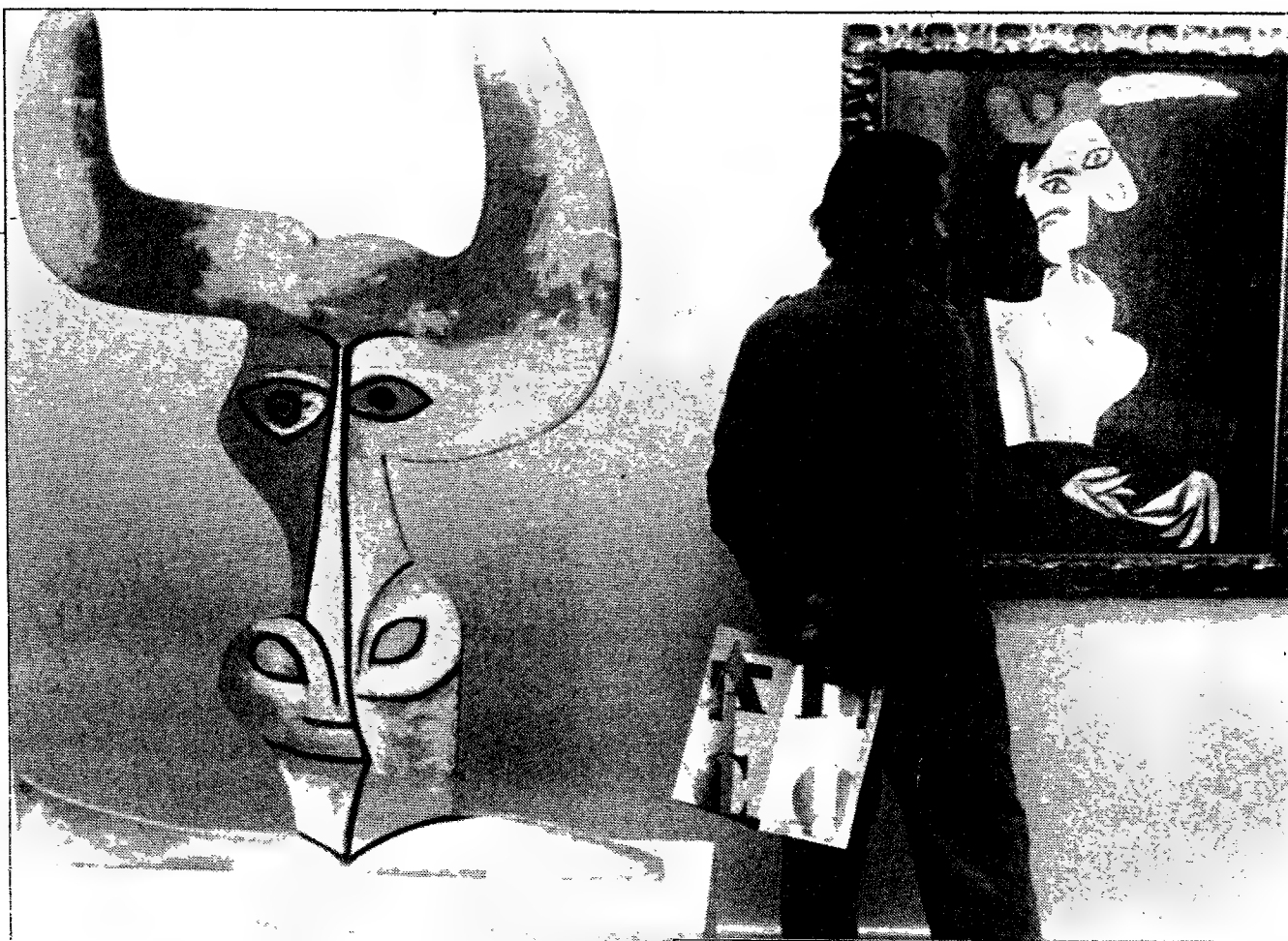


DISTRI Cultural
A qualidade da literatura

RUA VASCO DA GAMA, 4 - 4A - 2686 SAGAVÉM CODEX
Tels. 942 53 94/942 56 19

Somos especializados em livros estrangeiros

CULTURA E ESPECTÁCULOS



"Femme dans un fauteuil", um Picasso de 1941 na ARCO'90

apresentava uma peça de madeira negra e chapa de cobre de Vercruysse, juntamente com um pastel de David Tremlett, artista inglês que ainda a semana passada expunha individualmente na Galeria Módulo, de Lisboa, ausente na ARCO. Bárbara Farber (Holanda) mimava o visitante com Blais e uma montagem do chileno Alfredo Jaar. A Mayo 36 (Suíça) brindava-nos com Les Levine e escrita de parede de Laurence Weiner. Poucos passos dados, e deparava-se nos o inevitável touro publicitário da paisagem espanhola com desenhos de Keith Haring, na Thomas Carstens (Barcelona). Chegados ao fundo deste passeio, abria-se uma espécie de anexo onde cada título sua poligolota sentença. Estávamos na zona das revistas da especialidade (24 espanholas e 28 estrangeiras), e não se percebe que especialidade *Elle* poderia tratar... Aqui também, a nova fotografia de Clegg & Guttman, e um pouco mais à frente, o paraíso videográfico de Nam June Paik era paragem obrigatória.

De regresso por outro corredor, chegávamos ao iluminado stand de Donald Young (Chicago), muito embora nem todos os néons da instalação de Dan Flavin funcionassem e do mal o menos a peça de Susana Solano. Estreia na ARCO, Marga Paz apresentava a peça

(até há poucos dias na Galeria Alda Cortez) do já português Mike Biberstein, trabalhos de Muñoz, Fischli e Weiss. Só faltava Julião Sarmento (na Cómicos/Luís Serpa), para iludir o terreno que o português pisava... Mais à frente, o paraíso conceptual da Kent Fine Art (NY): António Muntadas, Patricia Hearst e Dennis Adams. Mais umas dispersões madrilenas (Juana de Aizpuru e Angel Romero) e a não menos conterrânea Soledad Lorenzo convidava a visitar, nas suas depuradas instalações da Calle Orfila, a individual de Barceló, enquanto anunciava como seus, tanto a escultora Angeles Marco como o pintor Broto. Chegados ao fim do primeiro piso, o público concentrava-se junto de uma das peças de Leonel Moura (com que Graça Fonseca inaugurou a sua galeria), artista português de quem Oliva Arauna tem o exclusivo em Espanha. Aí também a provocação dos trabalhos do espanhol Eugénio Cano que, quem não pôde deslocar-se à ARCO, pode ver na novíssima galeria lisboeta.

Mudança de nível

O grande atractivo no segundo piso, era a presença mítica do galerista Leo Castelli (NY), com os não menos míticos Artschwager, Lichtenstein, Ruscha, Rosenquist, Warhol, e a famosa caixa de Joseph Beuys... Aqui a retina



Jule Kewenig, stand 349 C: "The 12 who ruled", de Ián Hamilton; "Jetelova", de Magdalena e "Byars", de James Lee

perfilava-se.

Em entrevista ao «Diário 16», Castelli disse que nem sempre vai às feiras porque normalmente não tem obras disponíveis. «Ao aperceber-me de que a ARCO tinha um ambiente maravilhoso, que superava o meramente comercial para tornar-se num acontecimento cultural, decidi vir». A vinda ao ARCO do grande galerista americano e a confirmação da sua presença na FIAC (Feira Internacional de Arte Contemporânea) parisiense, segundo Castelli, não se prende apenas com questões económicas. «A minha impressão é de que o mercado espanhol sobe de maneira progressiva. Vejo implicados um cada vez

maior número de colecionadores que, juntamente com a actividade do Centro Rainha Sofia, Caixa de Madrid e Fundação Juan March, fazem com que um certo entusiasmo juvenil pareça solidificar-se». Quanto à controvérsia que mantém com o galerista italiano Lucio Amelio, os vigorosos 82 anos de Leo Castelli afirmaram ao «Diário 16», que não pode «de maneira nenhuma partilhar o seu critério de que o mercado americano está em baixo. Isso não é verdade, e Lucio Amelio traía aqui os artistas americanos».

No terceiro piso, completamente dominado por Picasos, Mirós, Dubuffet, Matisses, Leger, Grise e Giacomettis, a

Malborough (NY) apresentava autores mais clássicos, como Bacon, Botero e Hepworth, constituindo a instalação «The twelve who ruled», no stand da galerista alemã Jule Kewenig, uma sacudida no panteão das vanguardas.

Só cinco valem Portugal?

O aparecimento nos últimos anos, de galerias cuja qualidade de programação não suscita dúvidas a ninguém, embora condicionadas pelo limite de três anos de actividade ininterrupta para poderem participar em certames internacionais, juntamente com a exclusão por parte do comité organizador (constituído por doze galeristas estrangeiros e nove espanhóis), das galerias eventualmente interessadas em

ametralmente oposta era assumida pela EMI-Valentim de Carvalho (de longe o mais bem montado dos stands portugueses na ARCO'90), com Alvaro Lapa, Barrias, Burroughs e uma surpreendente Helena Almeida. Liberta de uma superior relação fotográfica, que nos últimos dez anos caracterizou o seu trabalho, apresentava as espantosas peças em metal pintado com que recentemente participou na Feira de Los Angeles. A Pedro Oliveira, juntamente com a Cómicos/Luís Serpa, insistiam na presença de duas casas (a do esquecimento e a da pobreza, respectivamente) de Cabrita Reis; escultura de Leiro e António Campos Rosado (propositadamente feitas para o acontecimento, e que anunciavam as próximas exposições individuais destes artistas); peças já vistas de Gerardo Burmester (Romeu e Julieta) e 6 fotos esmaltadas, na melhor tradição funerária, montadas sobre metal, onde figuravam Beuys, Leon Glub, Lawrence Weiner, Gerhard Merz, Koons e Robert Longo.

Intencionalmente, deixámos para o fim a referência aos Cómicos/Luís Serpa, de Lisboa. Implantada no primeiro piso, e considerada como uma das melhores duzentas galerias presentes, no sábado ainda não se distinguia por uma montagem de que pudessem tirar mais partido os outros artistas (Boyd Webb, Cabrita Reis, Gerhard Merz, Joel Fisher, José Maria Sicilia, Joseph Kosuth, presente em mais sete stands!, Juan Muñoz e Pedro Proença), além de Julião Sarmento e a peça «Dark Blue», com que Fernando Calhau participou na Feira dos Los Angeles. Fruto da intenção de rotatividade de artistas?

Balanço final: ou se ama ou se detesta a ARCO. Ama-se pela sua dinâmica, actualidade, neutralidade e pluralidade de discussão e observação crítica. Detesta-se pela euforia desmesurada, paranóia dos carteiristas, escassez de tempo, e a simultaneidade de manifestações, como as conferências (ver próxima «Mosca») e o Vídeo ARCO, onde se serviam doses megalómanas de vídeo documental, informativo e monográfico, a uma retina necessariamente ubíqua.

Jorge Fallorca

ARCO
'90
LC O

FEIRA DE ARTE CONTEMPORÂNEA
MADRID

Com o apoio

DISTRI Cultural
A qualidade da literatura
GRUPO DISTRI
RUA VASCO DA GAMA, 4 - 4A - 2686 SACAVERM CODEX
Tels. 942 53 94/942 56 19

Somos especializados em livros estrangeiros

Criadores apresentam colecções de Outono/Inverno

A sumptuosidade do veludo

O veludo, tecido de reis e príncipes, impõe-se neste início da década de 90. Recuperado, converteu-se no tecido vedeta das colecções dos criadores que participaram nos desfiles da Intermoda. Sumptuosidade, cores bizantinas, movimento, ênfase no detalhe, riqueza ao nível do desenho e dos materiais. A moda portuguesa, em sintonia com as propostas internacionais, torna-se mais sofisticada.

Abbondanza e Matos Ribeiro, sempre juntos, conceberam para o próximo Outono-Inverno, uma colecção imaginativa, dominada por uma intensa atmosfera de sensualidade, na qual se insinua uma certa malícia. Desprovidas de falsos pudores, as formas, embora simples e depuradas, valorizam o corpo, devolvendo-lhe a evidência, sem todavia o vulgarizar.

O desfile das criações daquela dupla, com uma excelente direcção de manequins a cargo de Isabel Branco, foi empolgante e forte. Sob o fundo musical de "El sexo surrealista", uma versão culta do flamenco, anunciam-se os básicos, fundamentados na preocupação de obter uma silhueta longilínea. Calças *fuseaux*, drapeados e saias amplas, onde sobressaíam pormenores sugerindo o ferro forjado. Segue-se o tema do puzzle que integra saias estreitas e pregueadas, a combinar com camisolas em *panne-de-velours* e casacos kimono. Nestas últimas peças distinguem-se a originalidade das golas e os botões em prata.

A colecção inclui, ainda, casacos em falsa camurça, *hot-pants* e camisas de algodão, estas debaixo de coletes bordados. Chama-se a atenção para a abundância de recortes, presentes em toda a espécie de peças. Surgem os casacos longos, quase a bater nos pés, feitos em mohair e tweeds de lã multicoloridos. Muito largos, têm golas que se cruzam, parecendo mantas. Confortáveis e elegantes alimentam-se de subtis toques. A verdadeira elegância é aquela que permanece oculta, mas está lá. Aí

reside a diferença. Abbondanza e Matos Ribeiro conseguem-na transmitir na roupa que engendram.

Finalmente, o universo dos veludos, das organzas e tafetás que remetem para uma ambiência vegetalista. Quanto às cores serviram-se de diversas gamas de azuis, desde o nocturno ao turquesa, do verde, do lilás, do ginja e do dourado. Uma soberba colecção complementada com adereços à altura, caso dos sapatos, exibindo também os efeitos dos recortes, e das malas, algumas delas em casquinha, o que ilustra uma mudança radical na estética dos dois criadores.

A simbologia do discurso

Jogando nas componentes, masculino e feminino, José António Tenente apostou, na linha dirigida à mulher, no poder visual veludo, com o qual compôs uma sinfonia de casacos e vestidos bastante harmoniosa. Um estilo sem estridências, sobretudo virado para as mangas que se declaram exuberantes. Nelas incide a ousadia do criador, bem como no encanastro das saias. O resto é sóbrio, as cores são sombrias, as formas cobrem e recobrem o corpo com fluidez. Sobre o vestuário de homem há que salientar o tom militar e os pormenores góticos, de resto compartilhados pelos ditames da moda internacional. Em matéria de selecção de tecidos, predominam os tweeds, os veludos de lã, as flanelas e as alpacas. Lã autêntica, a cem por cento.

Manuel Alves e José Gonçalves foram muito aplaudidos pela assistência masculina, a quem de facto se dirigiam. Contreentram-se exclusivamente na roupa de homem, mostrando uma colecção enorme, perto de 80 peças, e variada. Reaparecem, assim, na passerelle da FIL após uma longa ausência. Agradaram. A pensar num indivíduo moderno, sem preconceitos, revisitam o clássico introduzindo-lhe um aroma de atrevimento. Formas simplificadas, poucos detalhes, privilegiaram

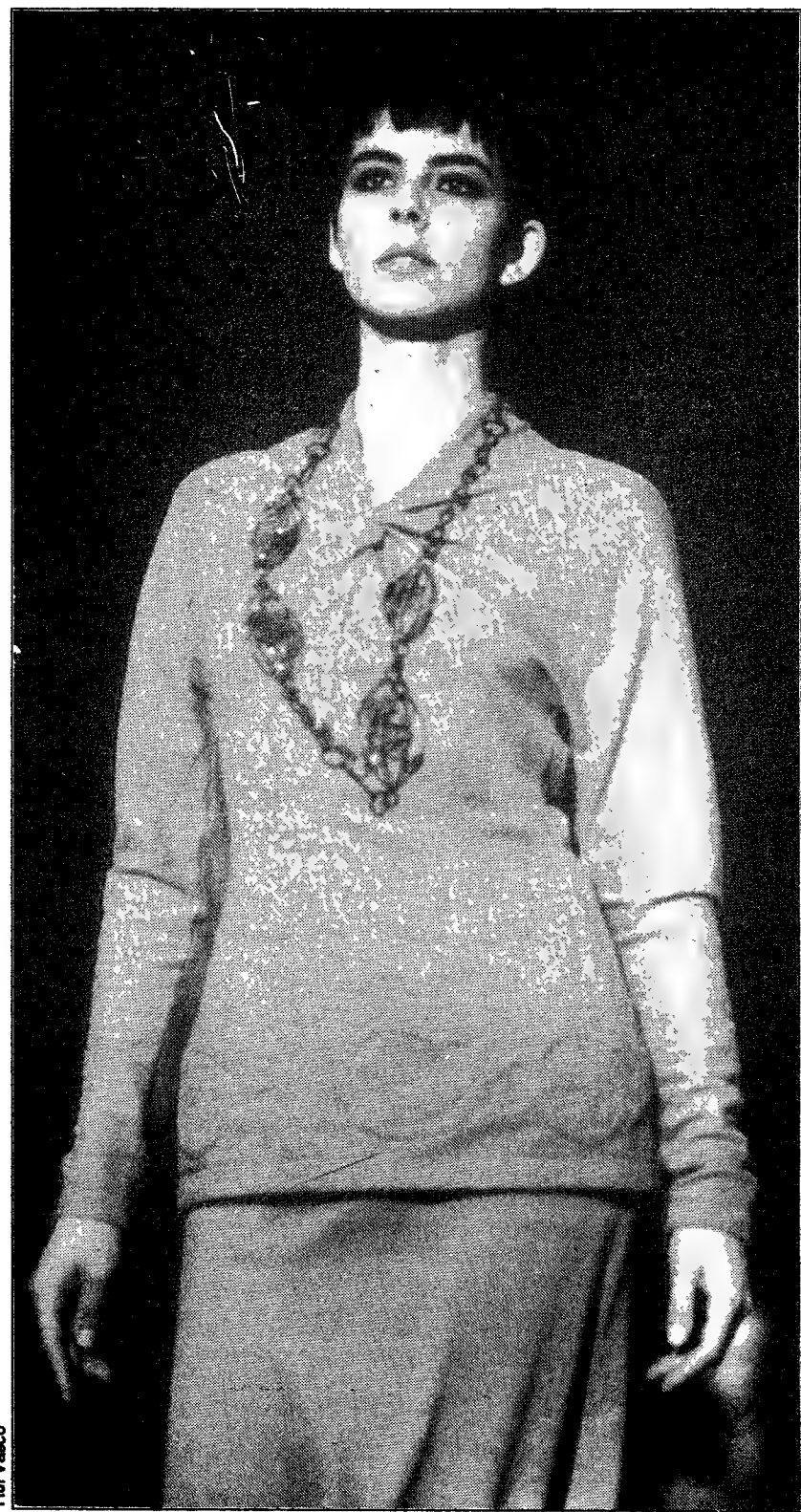
essencialmente a comodidade. Detiveram-se nos padrões lisos e nos materiais com um cair perfeito, tipo gabardines, crepes e meltons. Da paleta de cotes retiraram uns tantos verdes, azuis metálicos, preto, castanho e vinho. Não tocaram nas cores mais quentes que encham o olho, mas cansam.

A fechar os desfiles, vieram os modelos de Manuela Tojal, criadora vinculada a um estilo singular e com tendência para a repetição. Preocupa-se demasiado com a mensagem, a simbologia, o significado do discurso. É, sem dúvida, consequente, embora por vezes descambe para a monotonia. Nesta colecção, a temática era o retorno à terra, ideia associada à fertilidade que, no plano simbólico, se liga ao feminino.

A mulher que se tranfigura em árvore, elemento também convocado pela estética *deco*. Etéreas e lânguidas, as suas ninfas, num cenário onde soavam trinado de pássaros, evocando o ambiente dos bosques, iluminaram as fases do dia. O crepúsculo, o entardecer, o nascer do sol, a noite. Especialmente, a noite, quando os amantes comunicam através do silêncio.

Como lhe competia, o júri da Intermoda atribuiu os prémios que visam estimular as empresas participantes na feira. Luís Barreiro foi contemplado com o primeiro prémio, secção de senhora, a Soporcol recebeu o segundo e, Karen Ritter, o terceiro. No respeitante ao vestuário de homem, distinguiu, com o primeiro prémio, a linha Quazar de Carlos Giotto (colecção da autoria de Manuel Alves), Bruno Belloni arrecadou o segundo e Silva e Sestelo, o terceiro. Quanto à indumentária *sportswear* os troféus, seriam distribuídos, em ordem decrescente, por Snoke, Arara a Little Big. Falta, agora, revelar quem ganhou o primeiro prémio, no mundo da roupa de criança. Pois bem, foi uma empresa que prospera, com o nome de Abacate.

Lourdes Féria



A importância dos detalhes

«Para mim a questão importante é o prazer sexual e nada mais me interessa». Quem o diz é Eurico Tiago, no seu «Guia Romântico para Senhoras Casadas.»

As extensões do matrimónio

Ele sempre há de... Chamam-se, no caso concreto, *Coisas do Carvalho*. Precisamente, é o 9º título das *Coisas...*, animada e libertineira colecção da Centelha, que acaba de ser dado à estampa: um guia, escarninho leal conselheiro do matrimónio, o *Guia Romântico para Senhoras Casadas*. Este livro tem a autoria de Eurico Tiago, pseudónimo do jornalista Artur Queirós, andadeiro já nestas lides das *Coisas...*, com outros três títulos editados nesta mesma colecção, que teve o privilégio de inaugurar: *O cu através dos tempos*, *Vigarices & Sacanices* e *Técnicas de Engate*.

O *Guia Romântico*, agora disponível para «libertação e prazer de toda a mulher», é uma epístola, com 122 ternas e solícitas longas páginas, sem objectivos, nem princípios nem fins, mas com a intenção clara de ironizar, fazer algum humor e escarnecer dos princípios sagrados da sociedade, feita feita, o matrimónio, com tese única para as «extensões»,

vulgo, adultério.

«Livro de escárnio», nas palavras do seu autor, que «tem o pretexto de ensinar as senhoras casadas a ter uma vida feliz extramatrimonial e a pôr em causa a sociedade, os partidos, os inteiros, os operários, os capitalistas, os anarquistas, os comunistas... o matrimónio!» E o pretexto quer-se sério, para tão anárquicos escritos tem mesmo as sisudas e intervenientes intenções de provocar, de «pôr a intelectualidade a nu» e de combater o «luto oficial» promovido pelos escritores actuais («Idiotas que não sabem nada senão truques cabalísticos».)

Livro de escárnio, livro maldito ou livro ocioso? Leitura paralela da outra, a literatura, é obra que assentaria praça nas Cantigas de Escárnio e de Maldizer ou em Cavaleiro de Oliveira, nos meandros dos escritos marginais dos séculos XVII e XVIII, e com alusões explícitas à *Escola de Raparigas* ou *Filosofia das*

Damas ou a algum erótico Bocage. O *Guia Romântico para Senhoras Casadas* não tem, contudo, subtilidades ou pretensões semelhantes. Não é mau nem bom. Contenta-se em ser lido. Sobretudo, ao engano. «Tomara eu enganá-los a todos!», dizem Eurico Tiago e Artur Queirós, provocadores.

Eurico Tiago prepara-se para atacar de novo, lá para o fim do ano, com outra *Coisa do Carvalho*. O livro intitula-se *Deus anda à boa vida e a polícia tomou conta da ocorrência* e é, no dizer do autor, um «manifesto contra os hipócritas». É que, se Deus não dorme, Eurico Tiago também não e anda já há mais de vinte anos a recolher factos e ocorrências.

Artur Queirós, o nome que se esconde por detrás do Eurico Tiago, nascido nas histórias do semanário humorístico *O Ponto*, e nome que hoje assina as «Histórias do meu amigo Charli Bar», no Jornal de Coimbra, tem 26 anos de carreira jornalística, 45 de idade, e

ainda a vocação de escritor de contos e novelas angolanos, três dos quais editados em Portugal: *Kapitupitu*, *Mukandano* e *No tempo de Kaprandanda*. Estes sob o nome do verdadeiro Artur Queirós, «para que não haja confusões».

Ler o *Guia Romântico para Senhoras Casadas*, para instrução das leitoras? Gastar 950\$00 e uma tarde bocejante de sábado? Porque não? Se o tempo lhe sobeja! É de leitura fácil e, se não faz sonhar, ao menos faz rir, brejeiramente. Sem sentimentos elevados nem aprendizagens. Mas bem mais agradáveis e interessantes que alguns outros escritos de outras perdidas vocações literário-jornalísticas de séria intenção. Sem princípio nem fim. Sem pés nem cabeça. Como o marido «cuco» da *Farsa de Inês Pereira*: «Pois assim se fazem as coisas».

Manuela Baptista

DESPORTO

Oitavos de final da Taça de Portugal

Três jogos com equipas da I Divisão

Três desafios entre equipas da I Divisão assinalarão os confrontos referentes aos oitavos de final da Taça de Portugal, cujo sorteio se realizou ontem. Aparentemente será em Setúbal que decorrerá o confronto mais equilibrado, num jogo que oporá o Vitória ao Boavista. Em Chaves também haverá jogo grande com a visita do actual titular, o Belenenses.

São os seguintes os jogos dos oitavos de final marcados para o dia 27 do corrente mês (terça-feira de Carnaval):
Chaves - Belenenses

União da Madeira - Farense
F.C. Porto - Tirsense
Setúbal - Boavista
Valadares - Maia
Valonguense - Olivais e Moscavide
Vila Real - Guimarães
Marco - Estrela ou Braga

O jogo em atraso entre o Estrela e o Braga foi, entretanto, marcado para amanhã, à noite, no campo da Amadora.



O presidente do Setúbal quando retirava a bola que ordenou a visita do Boavista ao Vitória



As vedetas do futebol podem salvar o turismo

Mundial de futebol pode salvar turismo italiano

O Mundial de Futebol de Itália está transformado na grande esperança dos operadores turísticos italianos. A temporada de 1989 foi tão má, quer no aspecto económico quer no número de visitantes, que os italianos esperam, agora, que a invasão provocada pelos amantes do futebol lhes salve os cofres.

As previsões apontam para que o Mundial leve a Itália mais de meio milhão de pessoas, o que equivalerá a cerca de cinco milhões de estadas extraordinárias.

As contas estão feitas ao pormenor: em Roma, por exemplo, prevê-se que cada turista gastará, em média, 430 mil liras (cerca de 50 contos) por dia, em despesas com pensão completa, transportes, visitas culturais e compras.

Grandes carências

Segundo as previsões dos organizadores do Mundial, que se inicia em Milão a 8 de Junho, alemães federais, jugoslavos, espanhóis, belgas, irlandeses, ingleses e brasileiros deverão formar os maiores grupos de "tifosi" e

serão os que mais dinheiro renderão ao turismo italiano. Da RFA chegarão entre 40 e 50 mil adeptos, de Espanha 30 mil, esperando-se cerca de 20 mil jugoslavos e igual número de brasileiros.

O grande problema da afluência massiva nos meses de Junho e Julho prende-se com a carência de camas em número suficiente para acolher os turistas da bola. Um estudo recente concluiu que os hotéis das doze cidades onde decorrerão jogos do Mundial apenas conseguirão albergar 41,9 por cento dos adeptos estrangeiros que cabem nos seus estádios.

Assim, excluindo os lugares destinados aos adeptos residentes nas doze cidades sede foram dedicados 458889 bilhetes aos estrangeiros, enquanto os hotéis dispõem somente de 192304 camas.

O principal problema poderá ocorrer em Udine. Neste grupo jogará a Espanha que deve levar consigo 30 mil adeptos. Mas os hotéis apenas dispõem de 1603 camas.

Informação

Caminhos de Ferro Portugueses

COMUNICADO

1. A CP iniciou, ainda em 1989, negociações para a revisão salarial de 1990 com todos os Sindicatos e veio a concluí-las com os que integram a UGT a 30 de Novembro.
2. Durante aquele período, o Sindicato dos Maquinistas recusou-se a negociar o AE 90, pretendendo impor, antes disso, a negociação de:

- Reformas aos 55 anos
- Revisão do regulamento de carreiras
- Atribuição de correcção salarial para 1989

3. Com esta atitude, prosseguida persistentemente, o Sindicato dos Maquinistas deixou que um conjunto de Sindicatos extremamente representativo dos ferroviários chegasse a acordo com a Empresa, sobre matérias comuns às dos maquinistas e através do qual se esgotaram também por completo as capacidades financeiras da CP.
4. É neste quadro que o Sindicato dos Maquinistas acusa agora a CP de não querer negociar.
5. Porém, na passada semana, a CP, consciente da natureza do serviço que presta e apesar das limitações financeiras atrás referidas, ofereceu em duas reuniões:

- Revisões nas cláusulas das «Ajudas de Custo» e do «Prémio de Condução», ambas para os maquinistas, as quais em conjunto representam cerca de 50 000 contos anuais
- O início do processo de reforma aos 55 anos para 40 maquinistas com situações mais prementes
- Um esquema de revisão do Regulamento de Carreiras.

6. Face a este leque de ofertas e à impossibilidade da Empresa alterar o que já tinha sido negociado com outros Sindicatos, o Sindicato dos Maquinistas convocou para a passada sexta-feira um plenário de delegados sindicais, no qual, com surpresa para a CP, imperou o radicalismo contra o bom senso ao decidir prosseguir a greve até ao próximo dia 19 de Fevereiro.
7. A CP lamenta todos os transtornos que esta greve injustificada está causando aos seus passageiros e restantes clientes, mas tem também plena consciência de que ceder a exigências inaceitáveis será prestar um mau serviço ao País e a ela própria.
8. É nesta certeza que a CP se afirma pronta para assinar um acordo com o Sindicato dos Maquinistas nos exactos termos de todas as propostas já formuladas, recusando-se a aceitar atitudes que se configuram com actos de abuso do direito à greve e com o ilegítimo atropelo dos direitos dos clientes, ao serviço de benefícios injustificados que, a serem aceites, provocariam situações de injustiça relativa no seio da Empresa.

O CONSELHO DE GERÊNCIA

LISBOA, 12/02/90

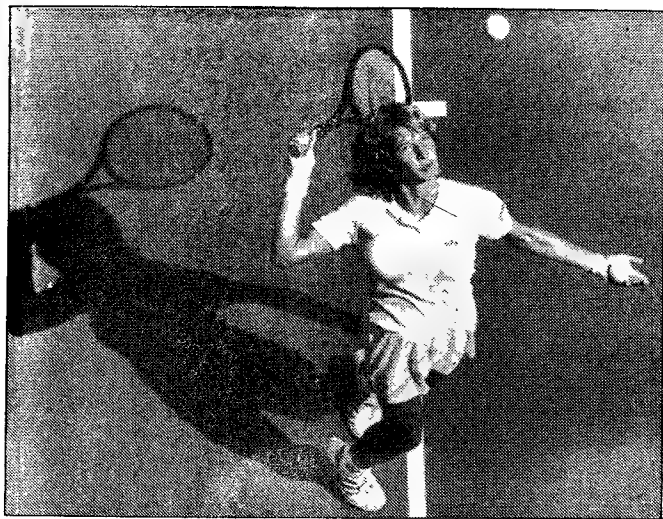


**Caminhos de Ferro
Portugueses**

DESPORTO

Vem aí a época da pedalada

Tensai apresenta-se com estudantes e raparigas



A campeã mundial lesionou-se quando esquiava em Saint-Moritz, na Suíça

Steffi Graf pendura raquetas

Lesão na mão direita provoca paragem que permitirá continuação de tratamento mamário

A alemã-federal Steffi Graf lesionou-se gravemente na mão direita, e deverá ficar inactiva do circuito profissional até meados do próximo mês de Abril. Os fãs da campeã mundial de ténis não deverão, contudo, desesperar, pois a sua posição de líder do «ranking» mundial, que ostenta desde 1987, não corre qualquer perigo, tal a distância pontual que a separa da norte-americana Martina Navratilova, a segunda classificada.

Esta lesão sucedeu na sequência de uma queda, quando Steffi esquiava, e perdeu o equilíbrio numa descida duma das pistas da famosa estância de Inverno de Saint-Moritz, na Suíça. A jovem germânica, de 20 anos, decidira passar ali um curto período de férias, depois do desgaste a que foi sujeita durante os 15 dias que levou a conquistar o Open da Austrália, a primeira prova do Grand Slam de 1990, onde as temperaturas chegaram a atingir os 50 graus centígrados junto aos «courts» ganhando ainda, na semana seguinte, os 350 mil dólares de Tóquio.

Segundo uma notícia que veio a público no «Bild» o jornal mais vendido na RFA, Steffi Graf sofreu uma ruptura de ligamentos naquela mão, como foi imediatamente diagnosticado num hospital local. Notícias posteriores dão conta que a lesão poderá ter sido outra. Nas palavras do professor Kotta, do hospital de Hei-

delberg, já na RFA, para onde a jogadora foi posteriormente transferida, trata-se de uma fractura no polegar de mão direita.

Seja como for, ruptura de ligamentos, ou fractura do polegar, o certo é que Steffi viu a mão imobilizada, por um período ainda não determinado, e o professor Kotta confirmou a suspensão de toda a actividade profissional até ao próximo mês de Abril.

Dizem as más línguas que este terá sido apenas o pretexto para Steffi receber um tratamento nos seios. De facto, consta que a número um mundial sofre de um problema mamário e, há cerca de três anos, teria feito alguns tratamentos, designadamente hormonais, para travar uma tendência do aumento de volume do peito da campeoníssima.

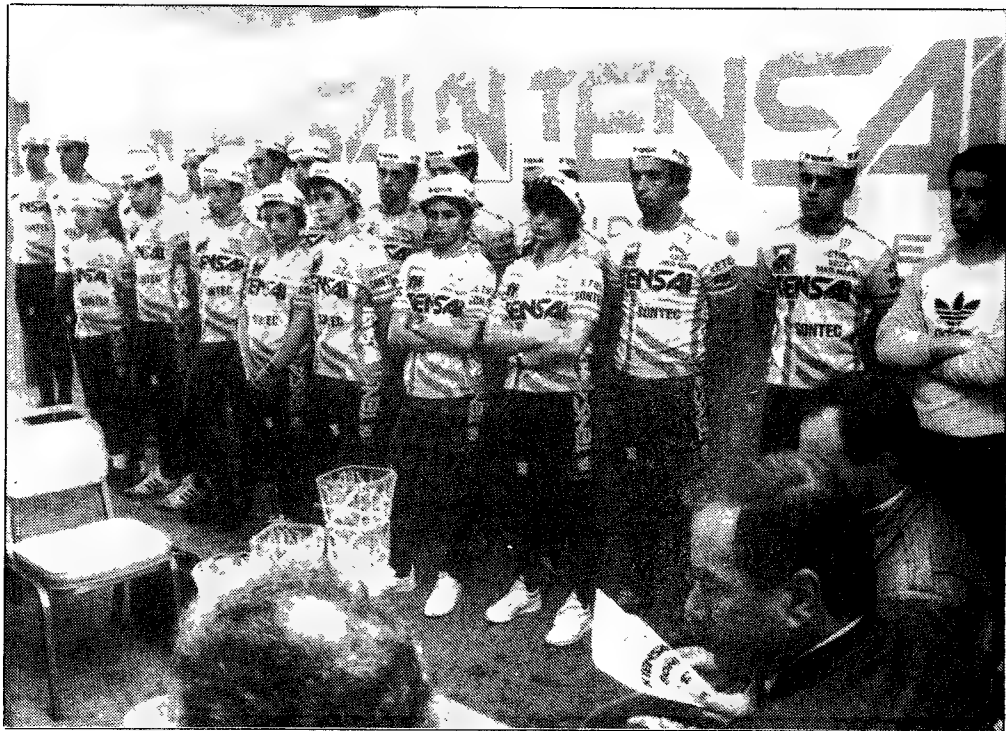
Um dado é inquestionável: Steffi Graf não poderá defender o título conquistado no ano passado, nos Campeonatos Femininos da Florida, que se disputam de 5 a 11 de Março, em Boca Raton, com prémios monetários no valor de 350 mil dólares (cerca de 56 mil contos). Estará, de igual modo, ausente do Lipton International Players Championship, que decorrerá na semana seguinte, em Key Biscayne, com um milhão e meio de dólares em prémios (aproximadamente 240 mil contos).

Hugo Ribeiro

Com as primeiras pedaladas da nova temporada ciclista, diferentes formações são apresentadas à Comunicação Social, como aconteceu com a Tensai/Sontec/Etiel que, durante uma Conferência de Imprensa que teve lugar no lisboeta Hotel Altis, mostrou as caras com que vai sair para a estrada, em diferentes categorias: seniores, femininos, cadetes e infantis.

Formação com base na secção de ciclismo do Grupo Desportivo do Centro Paroquial de Santa Marta de Portuzelo (Viana do Castelo), recebeu o patrocínio do empresário Manuel João Preto (Tensai) e do antigo campeão Joaquim Leite (Bicicletas Etiel) e propõe-se concorrer a todas as provas que se afectuam no nosso país e, ainda, a algumas competições que se processem em Espanha e França, tentando revalidar (e ampliar) intervenções já assinadas pelos seus atletas no Grande Prémio dos Descobrimentos, Grande Prémio do Minho, Grande Prémio «O Jogo», Grande Prémio Cidade de Viana e Volta a Vila Franca, para além do Circuito Montañés e Volta a Mós (em Espanha) e Tour du Poitou-Charentes (em França).

«Esta época, com o largo apoio da Tensai, será possível procurar mais altos voos: e, no próximo fim-de-semana, já se processará um bom teste, durante o 3.º Prémio Tensai, a realizar em estradas nortenhas» — disse Manuel João Preto, que foi secundado nesta aposta de confiança por Eduardo Barros («use a temporada nos correr bem, para o ano entraremos no campo do ciclismo profissional»), Francisco Sampaio, da Região de Turismo do Alto Minho («façam forcinha nos vossos jornais: os camiões TIR já não passam pela ponte de Viana do Castelo, a variante melhorou todo o trânsito e agora vamos ter provas de ciclismo em grande número»), António Parente, da Direcção-Geral dos Desportos e presidente da Câmara Municipal de Viana («o desporto é fundamental para incrementar o nome de uma cidade»), o presidente federativo Henrique Castro (revelando que a Volta a Portugal deste ano terá início em Lisboa, na



Quem vai para a estrada com a camisola da Tensai

Praça do Comércio, com um contra-relógio individual que se completará no Campo Grande) e Eduardo Fernandes, presidente da Associação de Ciclismo de Braga («o 3.º GP Tensai servirá de 1.ª selecção para as Olimpíadas de 1992»).

A equipa da Tensai/Sontec/Etiel integra os seguintes ciclistas seniores: António Barros (estudante do 3.º ano de Engenharia), Carlos Faria (que representou os espanhóis da Cortizo e estuda o 11.º ano do curso complementar), Eduardo Soares e João Silva (ambos no serviço militar), o ex-profissional Joaquim Almeida (vindo do Lousa), o agricultor Joaquim Sampaio, o comerciante José Oliveira, o estudante Luís Machado (12.º ano), o ainda recente profissional Manuel Rodrigues (que esteve na equipa da Garcia Joalheiro), Paulo Ferreira (um jovem de 19 anos, empregado no comércio), Ricardo Felgueiras (também estudante, no 11.º ano) e Rui Bela (recrutado em Gondomar). Atletas que já possuem créditos na modalidade: casos de Joaquim Almeida (18 provas ganhas ao longo da carreira), Rui Bela (outro coleccionador de êxitos), Paulo Ferreira (1.º lugar no Grande

Prémio dos Descobrimentos), Manuel Rodrigues (vencedor da Volta a Vila Real) e todos os demais com títulos nacionais arrecadados em diversas categorias etárias.

No sector feminino, a Tensai/Sontec/Etiel estará defendida por quatro estudantes: Ana Barros, Carla Pereira e Teresa Dantas (ambas com 17 anos) e Isabel Alves (15), figurando como cadetes António Antunes e Manuel Novo (estudantes, respectivamente com 15 e 14 anos). Em infantis, a primeira inscrição pertence a Vítor Pedreira (12 anos a completar no próximo dia 24).

Afirmou Manuel João Preto durante o encontro com a Imprensa:

— Uma vez mais apostamos nos seniores, procurando correr todas as provas do calendário nacional para a categoria, bem como as competições «open» a que tivermos acesso. A curto prazo, acredito que virá o profissionalismo. Mas, o principal objectivo é recrutar valores logo na escola primária, dando-lhes condições para uma bonita vida desportiva sem, por um instante, se descurar a sua preparação cultural.

A equipa da Tensai/Sontec/Etiel tem um numeroso «staff»: o padre Adelino Sousa

como presidente, os secretários Francisco Sá e Noé Rocha, o tesoureiro Tomás da Fonte, os sectionistas Eduardo Barros, Carlos Coelho, Albino Antunes, José Parente e Morais Pedreira, o médico Rui Nina, o massagista Alberto Ramos e os mecânicos Luís Torres e Mécio Lima.

Sábado (114 quilómetros, entre Areosa e Freamunde) e domingo (134 km na ligação Fafe-Viana do Castelo) corre-se o 3.º Grande Prémio Tensai, com seniores e profissionais lado a lado. Os cargos oficiais estão assim distribuídos: Manuel João Preto (presidente da organização), Henrique Castro (presidente do júri), Eduardo Fernandes (director da corrida), Carlos Pereira (delegado de juízes e cronometristas), Lino Ribeiro e Francisco Sá (secretariado), José Maria e Amândio Caldas (tesouraria), Ana Paula e Amílcar Sousa (relações públicas), José Garcia (médico) e capitão Gomes (chefiando a brigada de trânsito que rodeará a corrida). Na totalidade, vão estar equacionados cerca de 5000 contos: belo motor de arranque para uma temporada que promete muitas novidades.

N. de S.

Comité Olímpico Português: tempo de eleições

A criação de uma confederação portuguesa de desportos é um denominador comum dos dois candidatos à presidência do Comité Olímpico Português, cujas eleições se realizam na próxima quinta-feira.

Vicente Moura, apoiado pela actual direcção do COP, e Ferreira Alves, proposto pelas federações tidas como «contestatárias», em frente a frente

no programa Estádio, da RTP 2, apresentaram as linhas-base das suas candidaturas para o cargo que Lima Bello vai abandonar.

Para Vicente Moura, actual presidente da Federação Portuguesa de Natação, é importante dinamizar a assembleia do desporto federado, como forma de criação da confederação portuguesa de desportos. Segundo aquele candida-

to, há que ter cuidado com as federações de modalidades colectivas, até agora afastadas do Comité Olímpico, que teriam manifestado o desejo expresso de liderar o projecto de constituição da confederação.

Ferreira Alves, antigo dirigente da Federação Portuguesa de Ginástica, candidato proposto por várias federações de modalidades colectivas, defendeu uma maior representa-

tividade estatutária da assembleia do desporto federado, como patamar para a criação da confederação portuguesa de desportos.

Não se mostrando preocupado sobre a liderança do processo de formação da confederação, Ferreira Alves defendeu a necessidade de o Comité Olímpico manter um relacionamento mais estreito com as diversas federações.

Prémios de criar água na boca

Bridge no Meridien

Entre 16 e 18 deste mês, vai ocorrer o 3.º Torneio Internacional de Bridge, no Hotel Meridien (Lisboa), com Teresa de Châtillon (acompanhada pelo dr. Mário Reis, director da competição) levando a cabo uma prova de qualidade no mundo do bridge, sendo muito possível a presença do actor cinematográfico Omar Sharif, grande apaixonado por este jogo. Acompanhando a prova desportiva, está marcado um vasto programa social que culmina com prémios atractivos, pelas quantias em dinheiro e passeios a diversos continentes, para além de gostosas lembranças de diversos patrocinadores desta iniciativa do Meridien.

DESPORTO

Futebol: dança dos treinadores

Já aqui o referimos. No decorrer da presente temporada, foram 56 os clubes das três divisões do calendário nacional a mudar de comando técnico: sete na primeira, 27 na segunda e 19 na terceira escalão, com a particularidade de alguns deles terem bizado a «chicotada». O Leixões come-

çou com o Fernando Duarte, seguiu-se Raul Oliveira e, presentemente, encontra-se por lá António Medeiros; o Vizela, experimentou Francisco Vital, seguiu-se Quim que pouco depois passou o testemunho a Luís Miguel; o Rio Ave mandou embora Eurico Gomes admitiu Artur

Correia para, actualmente ser Duarte o timoneiro de serviço; o Covilhã começou com António Fidalgo mas na 3.ª ronda já era Félix Mourinho o treinador e no momento presente cabe a Vieira Nunes a liderança.

Sobre os despedidos poucos são os que se encontram no

desemprego já que Quinho, Raul Águas, Ferreira da Costa, Luís Miguel, Eurico Gomes, Vieira Nunes, José Moniz, Carmo Pais, Vítor Gonçalves e outros mais, não tiveram muito tempo para reflexão.

Dos mais «cotados» em situação de desemprego

encontram-se José Torres, Manuel José, Manuel Oliveira, Félix Mourinho, Manuel Cajuda, Valdemar Custódio e Joaquim Meirim estão naturalmente a aguardar que o «chicote» funcione.

Vejamos a lista das mudanças:



Futebolistas em cromos: lucro para o sindicato

Acaba de ser lançada, no mercado nacional, a colecção de cromos Futebol/90.

O facto só por si não é notícia, porém, a novidade é ser a primeira e única colecção, sobre futebol, legal que se edita em Portugal.

Após longos anos de autêntica atropelo da legalidade, onde a imagem dos jogadores tem servido, exclusivamente, para editores de cromos diversos, produtores e lançarem no mercado colecções, com benefícios unicamente pessoais esta colecção editada pela Ilfe Editores, com a autorização do Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol (SNJPF), vem pôr fim a esta situação anacrónica.

A iniciativa é importante, não só para o SNJPF mas para o futebol em geral, especialmente, para os próprios jogadores que tem obviamente de ser os primeiros a defender os seus interesses, preservar a sua imagem (que não pode ser utilizada de modo indiscriminado) e, sobretudo, beneficiando terceiros que nada lhes poderão oferecer no futuro.

Esta colecção de cromos de Ilfe Editores agora lançada, está à venda em todo o País, é composta por 307 cromos de jogadores e equipas, sendo vendida em saquetas com 4 cromos a Esc: 25\$00 com permanência no mercado durante 4/5 meses.



Benfica: uma aposta no futuro

Rui Pinto: dos Benfistas, este miúdo (dez anos) está a tornar-se goleador perigoso. Segundo o ponto de vista dos seus técnicos (Arnaldo Teixeira, José Henrique, Ângelo, Vítor Martins e Nené) trata-se de um dos jovens em que o clube mais confia para subir rapidamente até ao relvado principal.

1.ª Divisão

Clubes	Saída	Entrada
Penafiel	Carlos Alinho	José Augusto
Belenenses	Hristo Mladenov	Moisés Andrade
Boavista	Raul Águas	Manuel Barbosa
Marítimo	Quinho	Ferreira da Costa
Nacional	Fernando Pires	Jair Picérni
Portimonense	José Torres	Quinho
Sporting	Manuel José	Raul Águas
Beira Mar	Jean Thissen	Vítor Urbano

II Divisão — Zona Norte

Fafe	Ferreira da Costa	José Carlos
Trofense	Nelo Barros	António Lima
Trofense	António Lima	— Por nomear
Felgueiras	Luís Miguel	Mário Reis
Leixões	Fernando Duarte	Raul Oliveira
Leixões	Raul Oliveira	António Medeiros
Vizela	Francisco Vital	Quim
Vizela	Quim	Luís Miguel
Rio Ave	Eurico Gomes	Artur Correia
Rio Ave	Artur Correia	Duarte
Joane	Abílio Santana	Francisco Vital
Varzim	Manuel Oliveira	Washington
Marco	Fernando Meireles	Vítor Gomes
Bragança	Adérito Pires	Marconi

II Divisão — Zona Centro

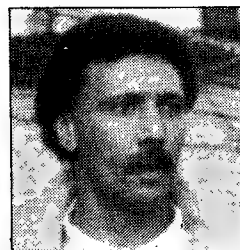
Covilhã	António Fidalgo	Félix Mourinho
Covilhã	Félix Mourinho	Vieira Nunes
Peniche	Mário Lino	Artur Ferreira
União de Leiria	Vieira Nunes	Eurico Gomes
Oliveira do Bairro	Alcides Coimbra	José António
Marialvas	Marconi	Fernando Festas
Lousanense	Niza	Francisco Andrade

II Divisão — Zona Sul

Samora Correia	Luís Guerreiro	Manuel Moutinho
Torreense	José Moniz	Jesualdo Ferreira
Silves	Valdemar Custódio	José Rocha
Esperança de Lagos	Carmo Pais	Afonso Henrique
Olivaís e Moscaide	Vítor Gonçalves	Carlos Alberto
Lusitano de Évora	Joaquim Meirim	Leonildo Vilanova
Louletano	Manuel Cajuda	Luís Flávio

III Divisão

Já mudaram de treinador os seguintes clubes (pedimos desculpa por qualquer lapso ou omissão): Ovarense, Torres Novas, Argus, Vila Real, Beja, Sacavenense, Tavira, Oriental, Imortal, Macêdo de Cavaleiros, União de Santiago, União de Montemor, Moura, Marrazes, Campomaiorense, Fanhões, Lusitânia, Ribeirão, Leça e Santa Marta de Penaguião.



Alinho



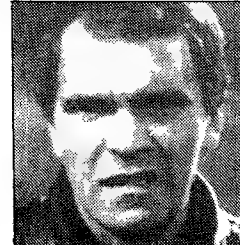
José Augusto



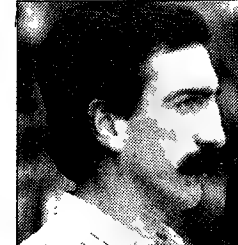
Mladenov



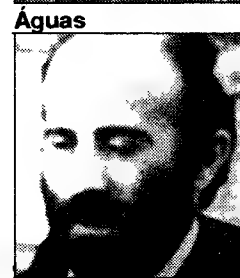
M. Andrade



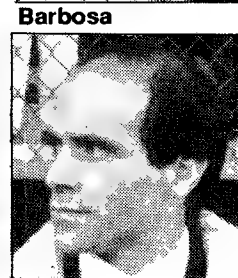
Águas



Barbosa



Quinho



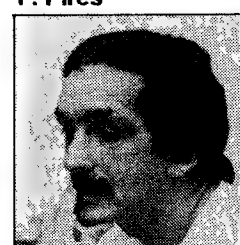
F. Costa



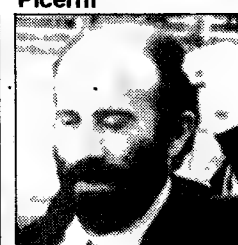
F. Pires



Picérni



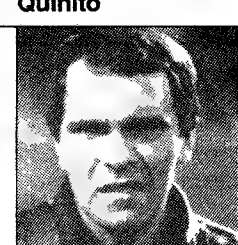
Torres



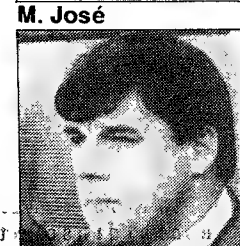
Quinho



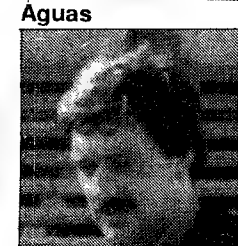
M. José



Águas



Thissen

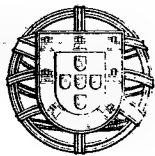


V. Urbano

AGENDA

I Série N.º 37
Dia 13 de Fevereiro

DIÁRIO DA REPÚBLICA



SUMÁRIO

Ministérios das Finanças
e do Planeamento
e da Administração do Território

Portaria n.º 114/90:

Alarga à Câmara Municipal de São Pedro do Sul o disposto no Decreto-Lei n.º 136/87, de 19 de Março (estabelece normas sobre o regime cambial do sector público).

Ministério do Planeamento
e da Administração do Território

Decreto-Lei n.º 53/90:

Aprova o Sistema Nacional de Informação Geográfica e cria o Centro Nacional de Informação Geográfica.

Ministério da Justiça

Decreto-Lei n.º 54/90:

Altera o Código do Registo Civil.

Ministério da Agricultura, Pescas
e Alimentação

Decreto-Lei n.º 55/90:

Cria, no Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, a Comissão de Reestruturação do Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas. Altera o Decreto-Lei n.º 15/87, de 9 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 56/90:

Cria, no Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, a Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agro-Alimentar.

Ministérios da Agricultura, Pescas
e Alimentação e do Comércio
e Turismo

Despacho Normativo n.º 13/90:

Autoriza a substituição da embalagem com o conteúdo líquido de 20 l por outra com o conteúdo líquido de 250 ml, para os produtos fitofarmacêuticos com base na substância activa benzatona (sob a forma de sal de sódio), com o teor de 480 g/l, formulado em solução aquosa.

PESSOAS & FACTOS

Lentes
Oftálmicas

A IOLA, o maior fabricante português de lentes oftálmicas e líder do mercado nacional do sector, anunciou, o aumento da capacidade da sua linha de produção de lentes anti-reflexo minerais, com a entrada em funcionamento de novo e avançado equipamento.

Entretanto, a IOLA lançou no mercado nacional as lentes oftálmicas progressivas OMNI, de origem norte-americana (American Optical), cujo acabamento final é feito na sua associada OPTILENTES, tal como acontece com a lente também progressiva TRUVISION, cuja procura subiu, desde o seu lançamento em 1988, mais de 300 por cento.

A IOLA produz, com tecnologia inteiramente portuguesa, mais de 30 mil tipos de lentes oftálmicas e exporta para todo o mundo, em particular para a Europa. No ano passado, o valor de vendas

para o exterior foi de cerca de um milhão de contos.

Banco
na empresa

O Banco Fonsecas & Burnay assinou o 50.º contrato «Banco na Empresa», um serviço que possibilita às médias e grandes empresas dispor, em tempo real, durante 24 horas e com acesso a todos os balcões, da rede de teleprocessamento do Banco.

O «Banco na Empresa» permite aos clientes a realização de consultas sobre saldos de contas correntes e seus movimentos, bem como de condições de empréstimos. Possibilita ainda ordens de transferência conta a conta do cliente e operações de compra e venda na Bolsa de Valores.

Através deste serviço, as empresas poderão igualmente efectuar permutas de ficheiros de informação com o Banco para pagamento de vencimentos ou a fornecedores.

HOJE
CONTINENTE

Regiões do Norte: - Céu com períodos de muito nublado. Vento Oeste fraco a moderado. Neblinas ou nevoeiros matinais. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 3 a 4 metros.

Regiões do Centro e Sul: - Céu geralmente pouco nublado. Vento em geral fraco, predominando de Noroeste. Neblinas ou nevoeiros matinais e pequena descida da temperatura mínima. Mar encrespado a de pequena vaga com ondulação Noroeste de 2 a 3 metros na Costa Ocidental e encrespado a de pequena vaga com ondulação Sudoeste de 1 metro.

MADEIRA

Céu com períodos de muito nublado. Vento Nordeste, por vezes com rajadas.

Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 2 a 3 metros na Costa Norte e encrespado a de pequena vaga com ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.

No Funchal, céu geralmente pouco nublado e vento em geral fraco.

Amanhã: - Céu com períodos de muito nublado e vento Leste fraco a moderado.

AÇORES

Grupos Ocidental e Central: - Céu com períodos de muito nublado. Vento Sudoeste moderado, por vezes forte no Grupo Ocidental. Mar cavado com ondulação Noroeste de 2 metros.

Grupo Oriental: - Céu com períodos de muito nublado. Vento Sul fraco a moderado. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 2 metros.

Amanhã: - Grupo Ocidental, céu geralmente muito nublado e vento Sudoeste moderado a forte.

Grupos Central e Oriental, céu com períodos de muito nublado e vento Sul fraco a moderado.

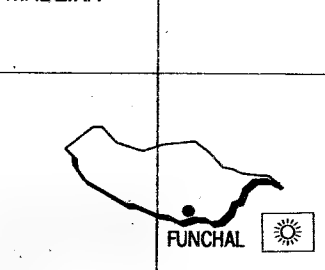
Amanhã

No Continente:

Céu pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do Norte. Vento em geral fraco, predominando de Noroeste. Neblinas ou nevoeiros matinais.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

MADEIRA



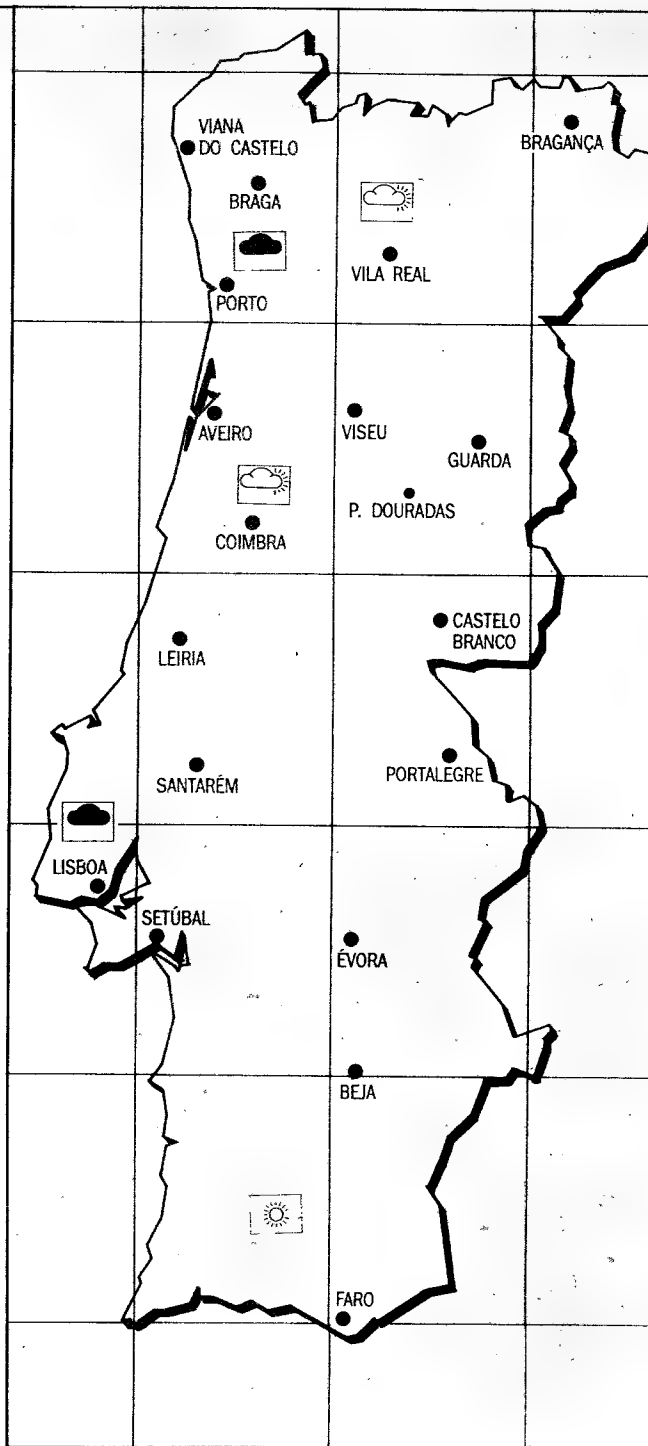
	Céu limpo
	Céu pouco nublado
	Céu muito nublado
	Chuva
	Trovoada
	Neve
	Vento
	Mar calmo
	Mar encrespado

MARES

Hoje

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
05.10 3,8m	10.48 0,8m
17.27 3,6m	22.56 0,8m

Amanhã		
05.42 3,8m	11.18 1,0m	
17.58 3,4m	23.29 1,0m	



PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança.....	8	8	M. nub.
V. Castelo.....	12	13	Encoberto
Vila Real.....	9	9	Encoberto
Porto.....	12	13	M. nub.
P. Douradas.....	-	-	-
Coimbra.....	11	11	Neblina
C. Carveiro.....	13	14	Encoberto
C. Branco.....	9	10	M. nub.
Portalegre.....	8	8	Nevoeiro
Lisboa.....	12	13	M. nub.
Évora.....	9	10	M. nub.
Beja.....	8	8	M. nub.
Sines.....	13	13	Encoberto
Faro.....	9	9	Limpo
Sagres.....	13	14	Encoberto
P. Delgada.....	12	13	M. nub.
Horta.....	13	14	M. nub.
Funchal.....	11	11	P. nub.

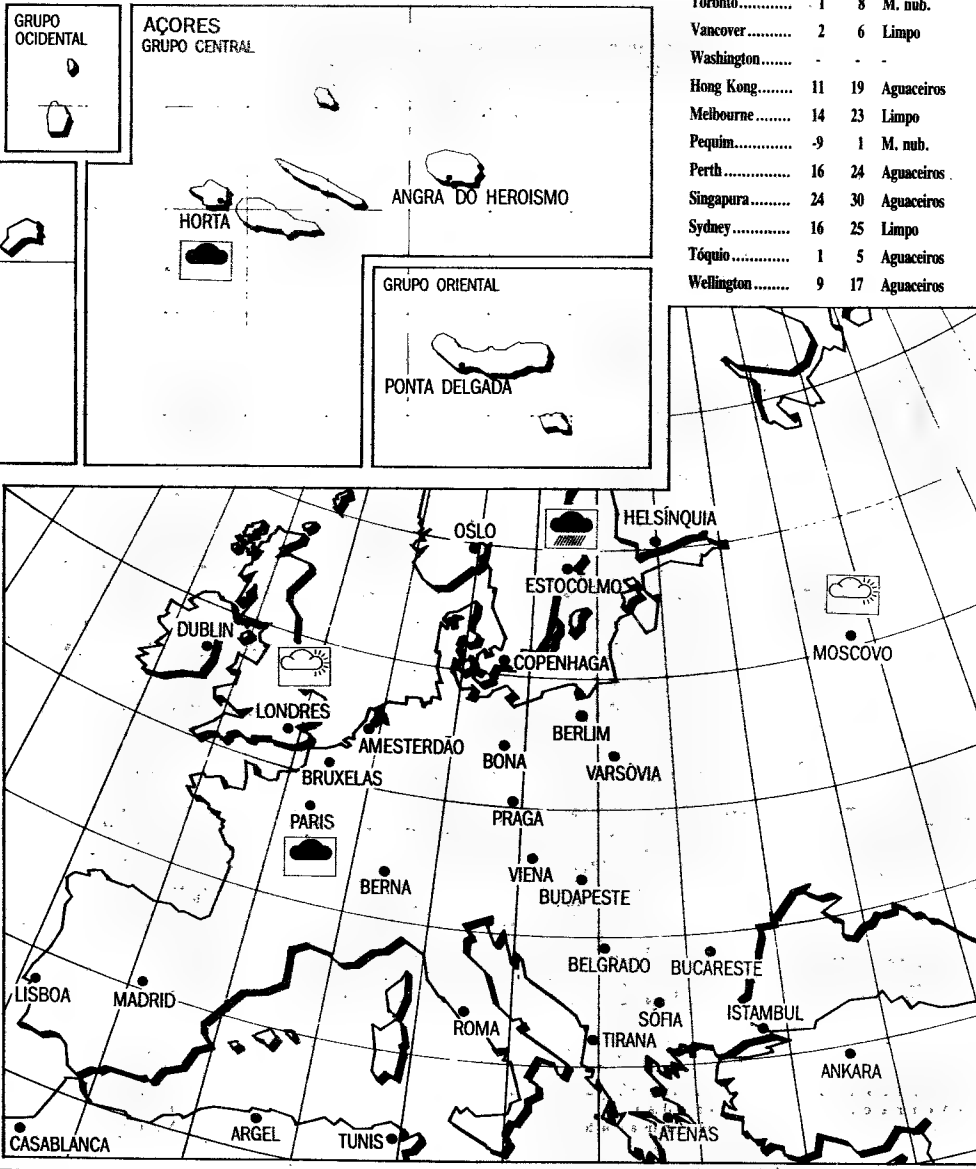
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 17; Porto, 15; Faro, 19; P. Delgada, 17; Funchal, 20.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Madrid.....	10	10	M. nub.
Londres.....	2	4	Encoberto
Paris.....	4	4	M. nub.
Bruxelas.....	1	2	M. nub.
Amsterdão.....	4	4	Aguaceiros
Genebra.....	2	3	M. nub.
Roma.....	5	6	M. nub.
Oslo.....	1	3	Chuvisco
Copenhaga.....	2	2	M. nub.
Estocolmo.....	3	3	Chuva
Berlim.....	2	2	M. nub.
Viena.....	1	1	M. nub.
Varsóvia.....	1	1	Encoberto
Atenas.....	8	8	Neblina
Moscovo.....	-2	0	Neblina

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h.
Chicago.....	3	4	Neve
Houston.....	13	23	M. nub.
Los Angeles.....	8	16	Limpo
Montreal.....	-11	0	Neve
Nova Iorque.....	0	9	Limpo
S. Francisco.....	5	14	Limpo
Toronto.....	1	8	M. nub.
Vancouver.....	2	6	Limpo
Washington.....	-	-	-
Hong Kong.....	11	19	Aguaceiros
Melbourne.....	14	23	Limpo
Pequim.....	-9	1	M. nub.
Perth.....	16	24	Aguaceiros
Singapura.....	24	30	Aguaceiros
Sydney.....	16	25	Limpo
Tóquio.....	1	5	Aguaceiros
Wellington.....	9	17	Aguaceiros



AGENDA

FARMÁCIAS
LISBOA
SERVIÇO
PERMANENTE

Ajuda: Moura, Travessa da Memória, 55, Tel. 3630944; Alameda D. Afonso Henriques: Esperança, Rua Carlos Mardel, 101-B, Tel. 882968; Alcântara: Vieira Rosa, Rua Prior Crato, 72, Tel. 660187; Benfica - Estação - Uruguai: Santa Cruz, Av. Gomes Pereira, 34-B, Tel. 704828; Cais Sodré: Ultramarina, Rua São Paulo, 99-101, Tel. 321771; Campo Grande: Nova Iorque, Av. Estados Unidos América, 140-B, Tel. 732009; Campolide: Oliveira, Rua Campolide, 54-A, Tel. 684424; Cortes - Rato: Castro Suc., Rua São Bento, 199-A, Tel. 660513; Encarnação: Ascenso, Praça do Norte, 11-A, Tel. 311216; Graça: Monte, Rua Senhora do Monte, 30 A-B, Tel. 867842; Lumiar: São Tomé, Estrada do Desvio, Lote 12-C, Tel. 7590704; Picheleira: Marluiz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; São Sebastião: Novais, Av. Luís Bivar, 11-13, Tel. 544324; Brandoa - Amadora: Brito, Rua 25 de Abril, Lote 32-B, Tel. 995338; Carnaxide: Central Carnaxide, Av. Portugal, 16-B, Tel. 4184913; Moscavide: Santa Bárbara, Rua Francisco M. Beato, 75-A, Tel. 2518918; Odivelas - Patameiras: Amaral, Rua Antero Quental, 8 8-A, Tel. 9325455; Pontinha: Leitão Ribeiro, Rua A do Falcão, 3-A, Tel. 993912.

REFORÇO

Alfama - Escolas Gerais: Anunciada, Rua do Vigário,

72-74, Tel. 866360; Alto São João: Nova Luz, Rua D. Domingos Jardo, 28-A, Tel. 8143439; Alvalade: Alentejo, Av. da Igreja, 28-B, Tel. 892682; Av. República: Cardote, Av. Visconde Valmor, 28 A-B-C, Tel. 772291; Zona J de Chelas: Serejo, Av. João Paulo II, 531 - Loja B, Tel. 8592611; Baixa - Coliseu: Centro Farmacêutico, Rua Portas Santo Antão, 88, Tel. 321211; Beneficiência - Sete Rios: Laranjeiras, Rua Filipe da Mata, 160-162, Tel. 7261035; Cemitério Ingleses: Urbano Freitas, Rua Silva Carvalho, 1-5, Tel. 662838; Chile - Anjos: Pereira Pinto, Av. Almirante Reis, 121-B, Tel. 545751; Marvila: Freitas, Rua Vale Formoso Baixo, 23-A, Tel. 381136; Santo Amaro - Calvário: Lisbonense, Rua Leão de Oliveira, 2-B, Tel. 3637020; Buraca - Amadora: Gaspar Pote, Rua das Gaias, Lote 16 (Bairro Zambujal), Tel. 902221; Olival Basto: Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA
DE CASCAIS

Algés: Cabrita, P. Miraflores, Lote 12, Tel. 4101486. Permanente; Linda-a-Velha: Melo Almeida, R. D. Diogo Couto, Lote 182, Tel. 419697. Permanente; Tires: Guimarães, L. Duarte, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; Alcabideche: Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel.

2690363. Até às 22 h; Porto Salvo: Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; Carcavelos: Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777. Permanente; S. Dom. Rana: Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; Malveira da Serra: Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; Oeiras: Mourão Vaz, Av. Moçambique, 18-C, Tel. 4437196. Permanente; Parede: Do Junqueiro, R. Luanda, Lote 5, Tel. 2477838. Permanente; Sassoeiros: Amaral Semblano - Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; Birre: Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; Madorna: Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; Amoreira: Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; Estoril: Marques Santos, R. Ferreira J. A., 15, Tel. 260116. Até às 22 h; Cascais: Marginal, Av. Marginal, Tel. 280078. Permanente.

LINHA
DE SINTRA

Amadora: Heleno, R. 1, Lote C (Reboleira Sul), Tel. 964476. Permanente; Carlos, R. Sebastião Gama, B. Casal S. Brás. Até às 22 h; Clabel, R. Ant.º Sardinha, 23-D, Tel. 4938551. Até às 22 h; Queluz: André, Av. Elias Garcia, 151, Tel. 4350043. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42, Tel. 4356487. Até

às 22 h; Cacém: Rico, L. Adriano S. Gil, Tel. 4312833. Permanente; Mem Martins: Química, Est. Mem Martins, 285, Tel. 9210012. Até às 22 h; Mercês: Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; Rio de Mouro: Riomouro, Av. Oscar Monteiro Torres, 6, Tel. 9260194. Até às 22 h; Sintra: Misericórdia, Pendoa, Tel. 9231070. Permanente; Colares: Abreja, Tel. 9290088.

OUTRA
BANDA

Almada: Nuno Álvares Pereira, 39, Tel. 2750504. Permanente; Cova da Piedade: Avelar da Silva, R. Dr. Américo Araújo, 19-A, Tel. 2750337. Permanente; Monte de Caparica: Guerreiro, Lote 31 - IJ Moinho, Tel. 2950727. Até às 19 h; Costa de Caparica: Chai, Av. General Humberto Delgado, Tel. 293218. Até às 19 h; Feijó: Tovar Chaves, R. Dr. Ant.º Elvas, 104-D, Tel. 2296119. Até às 22 h; Sesimbra: Lopes, R. Cândido Reis, 21, Tel. 2233028. Até às 19 h; Lavradio: Parreira, R. D. Silva Cristina, 15-A, Tel. 2042016. Até às 19 h; Barreiro: Pimenta, R. Cons.º Joaq. Ant.º Aguiar, 259, Tel. 2073012. Permanente; Baixa da Banheira: Aliança, Est. Nacional, 178-B, Tel. 2040302. Até às 19 h; Corroios: Abreu Cardoso - B.º Cid. Setúbal, 1-B, Tel. 2536172. Até às 19 h; Amora: Mateos Lopes, R. 1.º Maio, Lote 401, Tel. 2216355. Permanente; Arrentela: Ana Branco, Quint.ª Murtinheira, Tel. 2215590. Até às 22 h; Montijo: Moderna, R. Bulhão Patto, 60, Tel. 2310156. Até às 22 h; Moita: Parque, Av. Dr. Teófilo Braga, 24, Tel. 2392294. Até às 19 h.

HÁ 20 ANOS

Itália:
não há transportes

Os 90 000 empregados dos transportes de Itália iniciaram hoje uma greve de 24 horas em todo o país, quando o primeiro-ministro designado, Mariano Rumor, se preparava para uma série de conversações destinadas a solucionar a crise política da nação. Rumor, que recebeu, a noite passada, um mandato do presidente Giuseppe Saragat para tentar formar um governo de coligação de quatro partidos, avista-se hoje com representantes de diversos grupos políticos.

Avião americano
abatido na China

A China vibrou hoje um duro golpe nos Estados Unidos, com a notícia de que foi abatido um avião-espião norte-americano na ilha de Hainan, apenas a uma semana do recomeço das negociações diplomáticas entre os dois países, em Varsóvia. Pelo segundo dia consecutivo as emissoras chinesas anunciaram o incidente e acusaram os Estados Unidos de hipocrisia ao fazer apelos à paz enviando simultaneamente aviões daquele tipo para provocar a China.

Presidente jugoslavo
em Nairobi

O presidente Jomo Kenyatta conferiu a mais alta distinção honorífica do seu país - a de "chefe do coração de ouro" - ao presidente Tito da Jugoslávia, que chegou a Nairobi por via aérea, em visita ao Quênia. Tito veio da Etiópia, onde anunciou que chegara a acordo com o imperador Hailé Selassié, para se convocar a terceira conferência dos países não alinhados, antes da 25ª Assembleia Geral da ONU, em Setembro.

EFEMÉRIDES

1804

• Morre o padre Tomás de Aquino, bibliógrafo que, entre 1779 e 1780, coligiu a primeira edição completa das obras de Luís de Camões, sob o pseudónimo de Luís Francisco Xavier Coelho.

1893

• É fundada, em Lisboa, a sociedade «Voz do Operário».

1960

• A França leva a efeito, no deserto do Saara, a sua primeira experiência atómica.

1965

• O general Humberto Delgado é assassinado pela PIDE na localidade espanhola de Villanueva del Fresno.

1974

• O escritor e dissidente soviético Alexander Soljenitsine é privado da cidadania soviética e enviado para o exílio.

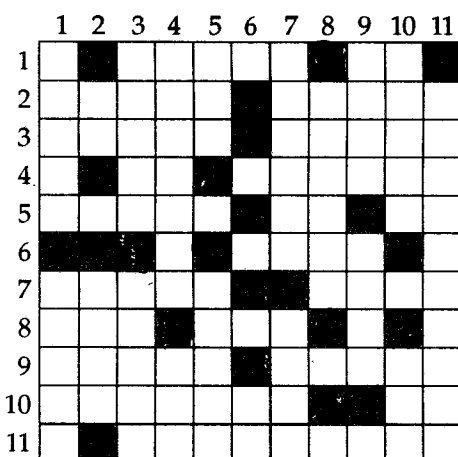
1983

• Lisboa regista a temperatura mais baixa dos últimos 120 anos: 2 graus negativos às 07h30. Em 1860 a temperatura mínima registada na capital portuguesa fora de 1,5 graus abaixo de zero.

1986

• A Televisão britânica exhibe as primeiras imagens, em 24 anos, do nacionalista negro sul-africano Nelson Mandela, detido em prisões sul-africanas desde 1962.

PALAVRAS CRUZADAS



PROBLEMA N.º 17 847

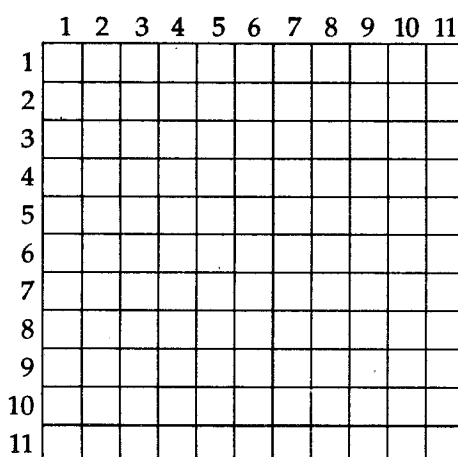
HORIZONTAIS:

- 1 - Nome de letra. Privação. Preposição.
- 2 - Cidade da Alemanha. Erguera.
- 3 - Género de mamíferos proximais, da Índia e de Ceilão. Movem os remos.
- 4 - Alumínio (s.q.). Molhara com baba.
- 5 - Relativo ao nariz. Acrescentando uma consoante é deusa da Aurora. Antes do meio-dia.
- 6 - Capital da Noruega.
- 7 - Do coco ou a ele referente. Cidade da Palestina, a 100 km N. E. de Jerusalém.
- 8 - Fileira. Artilharia anti-aérea.
- 9 - Cidade de França. Vila e sede de concelho (Beja).
- 10 - Induz. Nesse lugar.
- 11 - Acorrentados.

VERTICAIS:

- 1 - Cidade da Bélgica. Calo castrado.
- 2 - Satélite de Júpiter. Prender com elos.
- 3 - Pessoa cruel (fig.). Acarreta (Prov. trasm.).
- 4 - Recolhida em anilo. Seguiam.
- 5 - Pêlos de certos animais. Afrouxa.
- 6 - Duas consoantes desiguais.
- 7 - Freguesia do concelho de Felgueiras. Guarnecer de asas.
- 8 - Indolente (fig.). Conjuncção.
- 9 - Carta de jogar. Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
- 10 - Comprara garrotes de um ano para revender daí a dois anos para exportação. Um dos estados da Federação da Malásia.
- 11 - Chais ao peito.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.



PROBLEMA N.º 16 657

HORIZONTAIS:

- 1 - Cidade de França. Apellido da mãe de Luís de Camões.
- 2 - Cidade da Alemanha. Baús.
- 3 - Milímetro. Fedor. Triturava.
- 4 - Bário (s.q.). Reclamaram.
- 5 - Antiga colónia alemã da África Ocidental, que se estendia do Golfo da Guiné ao lago Chade.
- 6 - Neste momento. Boro (s.q.).
- 7 - Apanharam.
- 8 - Refutaram.
- 9 - Emprega. Pessoa cujo temperamento a torna intratável (pl.).
- 10 - Estorvais.
- 11 - O mesmo que ion. Irmão de Moisés.

VERTICAIS:

- 1 - Reino associado da Federação Indochinesa a nordeste da Cochinchina. Interjeição da ilha das Flores, o mesmo que ah! oh!
- 2 - Cidade de Itália. Recruta.
- 3 - Pronome pessoal. Iluminado.
- 4 - Terminai.
- 5 - Cidade de Inglaterra. Vossa Alteza.
- 6 - Artilharia anti-aérea. O mesmo que Xiva.
- 7 - Seguiu. Abreviatura da palavra inglesa mister (senhor). Liça.
- 8 - Peça que se prende a lança de uma viatura. Ordinarão.
- 9 - Enrubescer. Soluçar.
- 10 - Dança popular em Elvas e Campo Maior. Camareira.
- 11 - Guarnecer de asas. Místuro.

SOLUÇÃO
DO PROBLEMA N.º 17 856

HORIZONTAIS: 1 - QUANTO. MAIS. 2 - Urra. Suai. 3 - Erada. Lisos. 4 - Aranhas. 5 - EC. No. 6 - Oau. Moer. 7 - Rate. Siri. 8 - Hora. Nata. 9 - Oas. Inda. 10 - Casem. Amali. 11 - Ou. Narro. VS. VERTICAIS: 1 - Que. CONHEÇO. 2 - Urraca. Au. 3 - Arar. Urros. 4 - Nadar. Aalen. 5 - An. Ama. 6 - OS. HOMENS. 7 - Ulano. Ar. 8 - MAIS. ESTIMO. 9 - Ais. Triana. 10 - OS. DLV. 11 - Sós. ANIMAIS.

SOLUÇÃO
DO PROBLEMA N.º 16 666

HORIZONTAIS: 1 - Tas. Não. MCC. 2 - Atam. Iró. Há. 3 - Remar. Arpas. 4 - Dão. Errai. 5 - Eva. Dia. Sem. 6 - Sés. Itu. 7 - Fia. Arc. 8 - Afim. Oba. Oil. 9 - Luto. Carepa. 10 - Ulano. Damas. 11 - Nomes. Asa. VERTICAIS: 1 - Tarde. Falun. 2 - Ateava. Fulo. 3 - Samoa. Fitam. 4 - Má. Simone. 5 - Rédea. Os. 6 - Af. Ris. OC. 7 - Orara. Abada. 8 - Ora. Aras. 9 - Pista. Ema. 10 - Chá. Europa. 11 - Casem. Cias.

PROVÉRBIO:
QUANTO MAIS
CONHEÇO OS HOMENS
MAIS ESTIMO OS
ANIMAIS.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB

Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
CORAÇÕES DE AÇO
 Filme de Brian De Palma, c/Michael J. Fox e Sean Penn
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 1

LAR, DOCE LAR... ÀS VEZES
 Filme de Ron Howard, c/Steve Martin e Mary Steenburgen
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00.

ALFA 2

FOGO MALDITO
 Filme de Clive Barker, c/Andrew Robison e Clare Higgins
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3

ASSASSINATO SOB CUSTÓDIA
 Filme de Euzhan Palcy, c/Donald Sutherland e Janet Suzman
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 13.15, 16.45, 19.15,

21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4

CLUBE DOS POETAS MORTOS
 Filme de Peter Weir c/Robin Williams
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa
 Telef. 691275
OS REIS DA NOITE
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3

CHUVA NEGRA
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 4

CORAÇÕES DE AÇO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5

LAR, DOCE LAR... ÀS VEZES



«Entre Primos», em exibição na sala 3 do cinema Mundial

teatro da Cornucópia

SALADA

(TEXTOS dos PALHAÇOS)



«Há muitos anos que não ria tanto num espectáculo» — *Jornal de Letras*
 «uma autêntica exposição lúdica» — *Diário de Notícias*
 «um momento de teatro divertido e despretenso» — *O Jornal*
 «Uma salada para todos e que vai alimentar muitas horas de prazer» — *Semanaário*
 «uma arte de inteligência e divertimento que não pára de se divertir connosco e consigo própria» — *Expresso*
 «o que nós nos rimos?...? uma das propostas teatrais mais modernas que a Cornucópia nos apresentou.» — *Independente*
 «um dos espectáculos mais soltos, mais felizes e mais comoventes do seu historial» — *Fim de Semana*
 «É sensacional... um espectáculo fascinante, capaz de agradar a todos os públicos» — *D. Lisboa*
 «lamentável, mortífero, sem graça /.../ o pior espectáculo da Cornucópia de sempre» — *Capital*

3.ª a sábado às 21.30 —
 Domingos e feriados às 16 h

TEATRO DO BAIRRO ALTO
 Rua Tenente Raul Cascais, 1-A
 1200 LISBOA Telef.: 66 15 15/66 92 05



Em exibição sala 4 **A Vida é um Longo Rio Tranquilo** Quarteto **PUB** Maiores 12 anos

Maiores de 12 anos
 Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 6

ASSASSINATO SOB CUSTÓDIA
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 7

ENTRE PRIMOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 8

REGRESSO AO FUTURO II
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 9

VALMONT
 Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10

CLUBE DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos

Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas..

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A
 Telef. 763319
CLUBE DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA

Av. Marquês de Tomar, 10
 Telef. 776098
FOGO MALDITO
 Filme de Clive Barker, c/Andrew Robison e Clare Higgins
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.00, 18.00, 21.30 horas

CINE CAMÕES

R. do Loreto, 15
 Telef. 324194
JANE - E A CIDADE PERDIDA
 Filme de Terry Marcel, c/Sam Jones e Mand Adms
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO

Parque Mayer

PRAZERES OCULTOS
 Hard-core-1º escalão (porno)
 Maiores de 18 anos
 Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27
 Telef. 573407
SEXO EM MIAMI II
 Hard-core-1º escalão (porno)
 Maiores de 18 anos.
 Sessões às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30.

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37
 Telef. 533253
CEGOS, SURDOS E LOUCOS
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
LICENÇA PARA MATAR
 Com Timothy Dalton
 Maiores de 18 anos
 Às 24.00 horas

CINE PORTELA

ESTÚDIO ANUSHA
 Telef. 9434762
DOIS DESTINOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CINE PORTELA

ESTÚDIO SHEZA
MARADOS À SOLTA
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

CINEMATECA

PORTUGUESA
 R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546529/546085
CICLO ANOS 60/ANOS 80
INDIANA JONES E A GRANDE CRUZADA
 Às 18.30 horas.
NÃO DÊ BRONCA
 Às 21.30 horas.

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34
 Telef. 549999
VEREDICTO FINAL
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES

Av. da Liberdade, 2
 Brig. 322523
TRÉFICA ASSASSINA
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas

ESTÚDIO

Alameda D. Afonso Henriques, 35
 Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F
 Telef. 8487255
ÁFRICA TERRA DE ESTRANHAS PAIXÕES
 Filme de Chan Hoodley, c/Jane Cilliers e Sandra Prinffloo
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1

Estrada de Benfica 503
 Tel 7145088
OS REIS DA NOITE
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2

VEREDICTO FINAL
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
 Um filme de Jaime Uys com Nixau e Lena Farugia
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15 horas.

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo
 Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
A COMISSÁRIA
 Filme de Alexandre Ascolodov
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.15 e 22.00 horas.

FORUM PICOAS

AUDITÓRIO 2
O PROCESSO DO REI
 Filme de qualidade de João Mário Grilo
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO

Alameda D. Afonso Henriques
 Telef. 555134
O SEGREDO DO IMPÉRIO
DOS INCAS
 Filme de Frank Kramer, c/Conrad Nichold e Kelly London
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes
 Telef. 8480808
O GALHO DO DRAGÃO
 Filme de Larry Ludman, c/King Stuart e Amy Baxter
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1

Rua Bulhão Pato, 1-C
 Telef. 8480808
O CLUBE
DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2

VEREDICTO FINAL
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 3

CORAÇÕES DE AÇO

CARTAZ

Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1

Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/ Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2

BRIGADA ASSASSINA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES

Av. de Roma, 7-A
Telf. 801313
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/ Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1

R. Martens Ferrão
Telf. 538743
ASSASSINATO SOB CUSTÓDIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2

CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3

ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS

Av. 5 de Outubro, 42-B
Telf. 574362
DOIS AMIGOS
DOIS DESTINOS
Filme de David Sperstein
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON

R. dos Condes, 4
Telf. 326283
ASSALTO À 13ª ESQUADRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

OLIMPIA

R. dos Condes, 13
Telf. 325309
GOZO ALUCINANTE
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1

Centro Com. Alvalade
VALMONT
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2

BRIGADA ASSASSINA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA

R. Portas de Stº Antão
Telf. 326305
O SEGREDO DO IMPÉRIO DOS INCAS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e

21.30 horas.

QUARTETO 1

R. Flores de Lima, 16
Telf. 771378
SKINDEEP-O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2

CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3

CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4

A VIDA É UM LONGO RIO TRANQUILO
Filme de Etienne Chatiliez
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.30, 18.30, 20.15, 22.00 e 24.00 horas.

SÃO JORGE 1

Avenida da Liberdade, 175
Telf. 579144
LAR, DOCE LAR... ÀS VEZES
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 2

CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 3

CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

7ª ARTE

Av. da República
Telf. 730715
O VEREDICTO FINAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telf. 804210
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

TERMINAL

Estação do Rossio
Telf. 371573
CORAÇÕES DE AÇO

Maiores de 16 anos
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30 horas.

TURIM

Estrada de Benfica, 723-A
Telf. 706666
ABISMO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15, 17.30 e 21.30 horas.

XENON

Av. da Liberdade, 9
Telf. 3468446
FORÇA ESPECIAL
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
O NAVIO FANTASMA
Maiores de 18 anos
De Seg. a Sáb às 23.30 horas.

SINTRA

AMADORA BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
Telf. 4934871
K-9 - O AGENTE CANINO
Filme de Rod Daniel
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

CACÉM

ESTÚDIO FLORES
Telf. 9247570
Encerrado para descanso do pessoal

QUELUZ

KING D. PEDRO III
Telf. 4364845
SALA 1
REGRESSO AO FUTURO II
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas.

SALA 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.
SALA 3
ABSOLUTAMENTE LOUCOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45 horas.

CASCAIS

OEIRAS
ALTO DA BARRA 1
Av. das Descobertas - Telf. 4439759
OS REIS DA NOITE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALTO DA BARRA 2
CORAÇÕES DE AÇO



«Severa» em cena no Teatro Maria Matos

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS-CINE PALMEIRAS 1
Telf. 2479144
VALMONT
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

CINE PALMEIRAS 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR

LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS ATLÂNTIDA CINE
Telf. 2465653
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS

MIRAMAR 1

Telf. 2841744
CINEMA PARAÍSO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

MIRAMAR 2

CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD

Avb. 25 de Abril - Telf. 2865027
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões de 2ª a 6ª às 16.00 e 21.30; Sáb. Dom. e Feriados às 15.30, 18.00 e 21.30 horas.

ALMADA

ALMADA ACADEMIA ALMADENSE
Telf. 2752127
CHUVA NEGRA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DE CAPARICA

CINEMA PESCADOR
Telf. 2905350
O CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 21.45 horas.

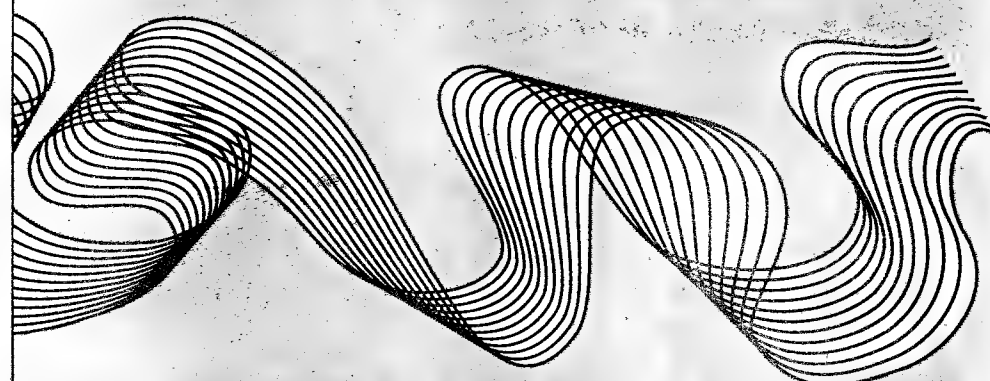
TEATRO
LISBOA

A BARRACA CINEARTE
Largo de Santos, nº 2 -

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

CONCERTO NA AULA MAGNA
23 de FEVEREIRO (21h 30m)

GABRIELA BENACKOVA



Música: Richard STRAUSS
Orquestra Sinfónica do TNSC
Direcção Musical: Jacques DELACOTE

CONCERTOS

Bilhetes à venda na
bilheteira do T.N.S.C.
e agências ABEP e ALVALADE.
Também na AULA MAGNA
no próprio dia do Concerto.

Preço máximo: 3.500\$00
Preço mínimo: 750\$00

Patrocínio da Fundação de Mecenato Cultural do Teatro Nacional de São Carlos

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 15.º Juízo ANÚNCIO

Execução de Sentença N.º 5045-A - 3.ª Secção.
EXEQUENTE - ETECNO-1, SARL.
EXECUTADO - JOAQUIM CARLOS MONTEIRO - Rua de Olivença, n.º 3-1.º-A - AMADORIA.
Por este tribunal correm éditos de vinte dias, que começarão a contar da 2.ª e última publicação do presente anúncio, citando os credores desconhecidos daquele executado para, no prazo de dez dias posterior ao dos éditos, virem à execução deduzir os seus direitos.
Lisboa, 2 de Fevereiro de 1990.

O Juiz de Direito,
Ana Paula Lopes
Martins Poulart

O Escrivão adjunto,
Carlos Alberto
Morais Fernandes

«DL» - 2.ª Pub - 13/2/90

TRIBUNAL JUDICIAL DE LISBOA 3.º JUÍZO CÍVEL
ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do competente anúncio.
Execução SUMÁRIA, n.º 2178 1.ª secção
Exequentes - J. Guilherme Nunes, Lda.
Executado - JOÃO MARIANO CALADO CARREIRAS, residente na R. Paio Pires, Futebol Clube, n.º 2-2.º-E, Paio Pires, Seixal.
Lisboa, 19 de Janeiro de 1990.

O Juiz de Direito,
Francisco José Cepeda Bruto da Costa
P/O Escrivão de Direito,
Filomena Gigante

«DL» 1.ª Pub - 13/2/90

CARTAZ

Telef. 665360 ou 686300
De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom.
às 16 horas
**MARGARIDA
DO MONTE**
De Marcelino Mesquita.

TEATRO DE CARNIDE
Azinhaga das Freiras - Telef.
7145178
Sextas e Sábados às 21.30
horas
DIVINAS PALAVRAS
De Ramón del Valle-
Inclán.

**TEATRO
DA COMUNA**
Praça de Espanha - Telef.
7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas.
Dom. às 17.00 horas,
descanso à 4ª Feira
SALA 1
PÉCORA de Natália
Correia.
SALA 2
Sexta às 21.30, Sáb. às 16.00
e 21.30; Domingo às 16
horas.
A PREGAÇÃO
De João Brites, pelo Grupo
O Bando.
CAFÉ TEATRO
FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo. Sáb. às 24
horas.

**TEATRO
DA CORNUCÓPIA**
R. Tenente Raul Cascais, 1-
A - Telef. 661515/669205
De 3ª a Sáb. às 21.30, Dom.
e Feriados às 16 horas
SALADA
De Tristan Rémy, é um
trabalho colectivo dos
actores da Cornucópia.

RITZ CLUBE
R. da Glória, 57 - Telef.
325140
De 3ª a Sábado às 21.30;
Sábado e Domingo às 16.00
horas
**O REGRESSO
DE BUCHA E ESTICA**
Encenação de Mário
Viegas.

TEATRO ABC
Parque Mayer - Telef.
3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e
22.45. Domingos e Feriados
às 16 horas
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas c/
Camilo de Oliveira, Miguel
Simões e Paulo César.

TEATRO ABERTO
Praça de Espanha -
Telefone 778898
De 5ª a Sábado às 21.30
horas. Domingos às 16
horas
HAPPY END
De Dorothy Lane/Bertolt
Brecht.

TEATRO MAIZUM
R. dos Poiais de S. Bento,
75-B. Telef. 601866



Fotografia de André Biscala, no Montana Kid
(Tv. da Espera, 29 ao Bairro Alto)

Sáb. e Dom. às 16 horas
**A LINGUAGEM
DOS ANIMAIS**
De António Botto.

**TEATRO MARIA
MATOS**
Av. Frei Miguel Contreiras,
nº 52 - Telf. 897017
3ª, 4ª e 5ª, às 21.30. Sextas e
Sábados às 20.30 e 23.00.
Dom. e Feriados às 15.00 e
18.00 horas.
SEVERA
De Júlio Dantas

**TEATRO
DA POLITÉCNICA**
R. da Escola Politécnica, 58
- Telef. 674474
De 3ª a Sábado às 21.00;
Domingos às 16 horas
D. JOÃO E A MÁSCARA
De António Patrício.

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef.
326037
De 3ª a Domingo às 21.30;
Domingos e Feriados às
16.00 horas
**OS MENINOS À RODA
DA MAMÃ**
Versão livre de Henrique
Santana.

TEATRO VILLARET
Av. Fontes Pereira de Melo,
31-A - Telef. 538586
De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb.
às 20.30 e 22.45; Domingos
e Feriados às 16.00 e 21.30
horas
**ORA
BATE...BATMAN'SO.**

OUTRAS LOCALIDADES

**ESTORIL
TEATRO DO CASINO**
Telefone 2684521
De 4ª a Sáb. às 22 horas;
Dom. às 17 horas
**WHAT HAPPENED TO
MADALENA IGLÉSIAS?**
Texto e encenação de Filipe
La Féria.

EXPOSIÇÕES

LISBOA
**MUSEU NACIONAL
DE ARQUEOLOGIA**

GULBENKIAN (Galerias
das Exposições
Temporárias): organizada
pelo Museu Stedelijk de
Amsterdão em
colaboração com a
Fundação Gulbenkian, uma
exposição de Pintura,
Escultura e Fotografia do
Uruguai, Argentina, Brasil
e Chile; nas galerias do
Centro de Arte Moderna, a
exposição "Panorama da
Cerâmica Espanhola
Contemporânea" e "Página
Dupla" de Raymundo
Sesma.

PALÁCIO FOZ: até 17 de
Fevereiro, uma exposição
de pintura e escultura
contemporânea aragonesa.
KID MONTANA BAR
(Tv. da Espera, 29-Bairro
Alto): a primeira exposição
de Fotografia de André
Rosa Biscaia

**GALERIA PEDRO E O
LOBO** - Arte
Contemporânea (R. do
salitre, 169): de segunda a
sábado das 15 às 20 horas,
Fotografia de Duarte Belo..
**GALERIA ALMADA
NEGREIROS - SEC** (Av.
da República, 16): até 25 de
Fevereiro, diariamente
das 10 às 20 horas, "Pintura
Mexicana
Contemporânea", com
mais de duas dezenas de
obras de 13 dos mais
conhecidos artistas
plásticos do México.



Fotografia de Duarte
Belo, na Galeria Pedro
e o Lobo

RÁDIO

ANTENA 1

Desdobramento em Onda
Média - Emissores do Litoral
- e 99.4 em FM - Zona de
Lisboa

14.00: O Linho e a Seda; 15.00:
Contraste; 17.00: Antena 1 -
Regiões; 17.15: Porto d'Ab-
rigo

Onda Média e FM Estéreo

14.00: Gerações por Minuto;
17.00: Sete Mares; 19.00: In-
formação e Música; 20.00: No
Estúdio e no Estádio; 20.15:
Musical; 20.30: A Voz de Roma
(A palavra do Papa em língua
portuguesa); 20.45: Musical;
21.00: Música Portuguesa;
21.30: Imaginário. Noticiários
de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional FM2 - Estéreo

17.00: As Cores e as Formas -
A Maturidade de uma
Geração de Pintores; 17.30
Célebres duetos de amor da
Ópera Romântica de Puccini
e Verdi; 18.15: Ângulos e Re-
flexos; 19.00: Integrais -
Música concertante de Rach-
maninoff em Discos Histó-
ricos; 19.37: Álbum Musical -
Obras de Beethoven, Prokof-
iev, Weber, Rachmaninov,
Richard Strauss e Vaughan
Williams; 20.40: Esta Madru-
gada no Dois; 21.00: Concerto
Nocturno. Obras de Vaughan
Williams, Smetana, Rimsky-
Korsakov e Wagner; 23.00:
Eurorádio - O Festival de
Viena 1989, em gravações
cedidas pela ORF - Radiod-
ifusão Austríaca; 00.40: Serão
com Franz Liszt; 02.00: Música
na Madrugada. Noticiários
de hora a hora.

RÁDIO

COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397
m

16.30: Quando o Telefone
Toca; 17.00: Contacto; 19.00:
Jornal; 19.30: Quando o Tele-
fone Toca; 20.00: Praça de
Táxis; 21.00: Pela Estrada Fora;
22.00: Religiosos; 22.15: De-
sporto; 23.00: 24ª Hora.
Noticiário de hora a hora

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz

18.00: RDS - Rádio das Seis;
21.00: Mercado de Sonhos;
00.00: A Noite Passada; 01.00:
Som da Frente; 03.00: Quem

Tramou o Locutor. Noticiário
de hora a hora

RÁDIO

RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de
OM-FM

15.00: Hora da Música; 16.00:
Banda da Amizade; 18.00:
Bola Branca; 18.30: Transmis-
são do Terço; 19.00: A Viagem
Continua; 20.00: Boa Nova;
20.30: Conversa de Amigos;
21.00: Sequência; 22.00:
Revista; 22.30: Bola Branca;
23.30: Suplemento Especial
da BBC; 23.55: Meditando.
Noticiário de hora a hora.

RFM

RFM - Canal 2 - Rede
Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula Três; 19.00:
Atlântida; 20.00: Serra de
Estrelas; 22.00: Oceano
Pacífico.

VOZ DE LISBOA

15.00: Equipa da Tarde; 18.00:
Bola Branca; 18.30: Sete
Colinas; 20.00: Diálogo; 20.30:
Transmissão do Terço; 21.00:
Lisboa à Noite.

VOZ DO PORTO

16.00: Pólo Norte; 18.00:
Bola Branca; 18.30: Trans-
missão do Terço; 19.00:
Grande Porto - Informação;
20.00: Boa Nova; 20.30:
Conversa de Amigos;
21.00: Palácio de Cristal;
22.30: Bola Branca.

VOZ DO ALENTEJO

15.00: Boa Tarde, Alentejo;
18.00: Bola Branca; 18.30:
Transmissão do Terço; 19.00:
Alentejo em Notícia.

VOZ DO ALTO TÂMEGA

15.00: Tardes do Tâmega;
18.00: Bola Branca; 18.30:
Transmissão do Terço; 19.00:
Nordeste Magazine

VOZ DE LEIRIA

15.00: Tardes do Lis; 18.00:
Bola Branca; 18.30: Transmis-
são do Terço; 19.00: Leiria 89.

VOZ DO MINHO

16.00: Linha do Minho; 18.00:
Bola Branca; 18.30: Transmis-
são do Terço; 19.00: Hora
Regional; 20.00: Boa Nova;
20.30: Conversa de Amigos;
21.00: Noites do Minho

VOZ DE VISEU

15.00: Tardes da Beira; 18.00:
Bola Branca; 18.30: Transmis-
são do Terço; 19.00: Viseu
Magazine. Noticiários a to-
das as horas.

COMUNA - TEATRO DE PESQUISA
2.ª FEIRA A SÁBADO - 21.30
★ DOMINGO, 17H ★ FOLGA - 4.ª FEIRA
TEXTO NATÁLIA CORREIA
ENCENAÇÃO JOÃO MOTA
MÚSICA JOSE MARIO BRANCO
A PECORA
«AUTO DA PAIXÃO DE SANTA MELÂNIA»
APOIOS - PUBLICAÇÕES D. QUIZOTE - FRAC - CARLEIRINO CITY - RÁDIO COMERCIAL - ANTENA DU
DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PRAÇA DE ESPANHA T. 726 0818
Subsidio Secretaria de Estado da Cultura e Fundação Calouste Gulbenkian

CASA DAS GABARDINAS
Pronto a vestir • Modas
Homem • Senhora
SALDOS. SALDOS
Rua dos Fanqueiros, 130-132 - Telf. 87 43 51 - 1100 LISBOA

SNOOPY POR SCHULZ



CARTAZ / TELEVISÃO

HOJE
RTP-1

16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO

Punchi fica muito triste, pois quando os caçadores invadem a floresta, a águia é abatida a tiro. este espaço inclui também mais episódios das séries «As Viagens do Albatroz», «O Urso Bolke», e «Os Amigos de Ovide».

18.30 - RUA SÉSAMO
72º episódio
18.55 - JOGO DE CARTAS
19.15 - BOLETIM METEOROLÓGICO PARA A AGRICULTURA
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - PRIMEIRA PÁGINA
22.10 - CRÔNICA DO CRIME

1º episódio: Chicago, anos 50. À frente de um punhado de homens que não conhecem o medo, o tenente Mike Torello prossegue a sua incansável cruzada contra o crime organizado. Mais do que uma história em que os polícias são agentes privilegiados de altos valores morais e os maus se batem até à morte para defender o reino do mal, esta crónica policial norte-americana retrata até ao mais ínfimo pormenor - cenário, roupas, caracterização - o espírito de uma época e de uma geração. Para já, vamos ter mais 22 episódios na companhia de um perfeito anti-herói chamado Mike Torello.

23.00 - 24 HORAS
23.30 - REMATE

RTP-2

16.55 - OS NOVOS CAÇA FANTASMAS
17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO
17.40 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.15 - VIA RÁPIDA
19.15 - DESENHOS ANIMADOS



"Fera Radical", de segunda a sexta às 12.05 na RTP 1



No 1º Canal às 21.15, "Vale Tudo"

19.35 - CLÁSSICOS DA TV
25º e 26º episódios de "O Homem

Invisível": no primeiro episódio desta emissão, o cenário é o pequeno e agitado estado mediterrânico de Bay Akin, e Peter Brady é indigitado pelo governo britânico para resolver um problema, que tem a ver com o facto de um grupo suspeito estar a fornecer armas a elementos fanáticos. No segundo e último episódio desta série, Peter Brady arrisca a vida ao tentar salvar um amigo de ser morto pela explosão de um novo tipo de detonador. A bomba explodirá se inclinar sobre o detonador!

20.30 - CINE MAGAZINE
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMADOIS
"Tarot": Um filme de Rudolf Thomas, com Hans Zischer,

Rudiger Vogler, Khatarina, Vera Tschchow, William Berger, etc. Eduard e Charlotte decidem comprar uma casa de campo para morarem, depois de terem estado separados dois anos. Charlotte, cuja carreira como actriz foi efémera, começa a escrever um romance, enquanto que o marido, realizador de cinema, procura um tema para um novo filme...

ALBA

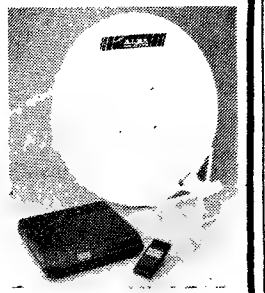
ANTENAS PARABÓLICAS
ACESSÍVEIS A TODOS

INFORME-SE NA

AUDIMAX

TEL. 410 62 75

ALGÉS



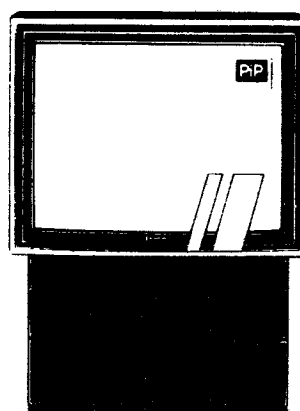
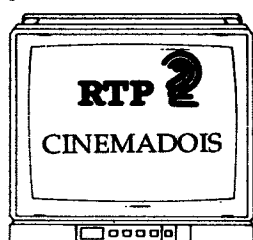
AMANHÃ

RTP-1

09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - COLT EM ACÇÃO
35º e último episódio
14.15 - VILA FAIA
15.00 - O MUNDO ANIMAL
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.35 - RUA SÉSAMO
19.05 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR NOTOBOLA
21.25 - LOTAÇÃO ESGOTADA
"A Janela Indiscreta" de Alfred Hitchcock
23.35 - 24 HORAS
00.10 - REMATE

RTP-2

15.01 - FILHOS E FILHAS
15.25 - AGORA ESCOLHA!
16.55 - OS CAMPBELLS
17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO
17.40 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.15 - O HOMEM NA TERRA
19.10 - DESENHOS ANIMADOS
19.35 - CLÁSSICOS DA TV
20.30 - LUSITÂNIA EXPRESSO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - HISTÓRIAS DE PORTERHOUSE
22.30 - SÉCULO XX - CORAGEM PARA FALHAR
23.15 - MÚSICA NA AMÉRICA

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...

● **BLAUPUNKT**
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença



AOS CONDUTORES

"Mal pressinta a presença de crianças. prepare-se para travar!"

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA



«Cavaco está a pendurar-se na popularidade de Soares.»

Basílio Horta, «A Capital», 12.02.90

A PERGUNTA
DO DIAMagalhães Crespo
coordenador do Projecto
de Televisão da Igreja

Que vai ser a televisão da Igreja, caso venha a ser licenciada?

«A futura televisão da Igreja não se limitará a transmitir programação religiosa, nem pretender dirigir-se apenas aos católicos, pelo contrário será uma televisão voltada para o grande público e dirigida a todas as pessoas de boa vontade, com informação e programação variada como acontece na Rádio Renascença.

Não é um projecto com objectivos comerciais mas, naturalmente, que para se criar, manter e desenvolver, a única fonte de receitas com que poderá contar é a difusão de publicidade. Porém, essa actividade comercial não será o seu objectivo, mas apenas o meio necessário para a sua existência. Contudo, a televisão da Igreja só terá sentido numa perspectiva evangelizadora e de serviço da comunidade visando o bem comum.

Vocacionada para responder à pessoa humana na sua totalidade, procurará ser, na sua essência, uma estação atenta aos 'sinais dos tempos', à presença de Deus em cada traço da vida e os anseios mais profundos do Homem contemporâneo. Optará pela caridade, a verdade, a liberdade e a justiça, como valores de referência.»

ENTREVISTA

José Silva Marques é o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Tem 51 anos, foi militante comunista, viveu na clandestinidade e hoje afirma-se um «modesto apoiante de Cavaco Silva»

«Sou um gerador de incomodidades»

D.L. - A sua carreira política começou no PCP. Porquê?

S.M. - Não. Eu antes de entrar para o PCP já tinha uma actividade política intensa, como estudante, em Coimbra...

D.L. - Porque é que entrou para o PCP?

S.M. - Porque julguei que o PCP era a síntese por que eu ansiava, a luta pela liberdade e a eficácia dessa luta...

D.L. - Enganou-se?

S.M. - É evidente.

D.L. - Porquê?

S.M. - Porque não

era a luta pela liberdade, era a busca de um outro tipo de ditadura, embora em nome de ideais nobres.

D.L. - Lamenta ter passado por lá?

S.M. - Nada se deve lamentar na vida quando é vivido sinceramente.

D.L. - A sua concepção do mundo mudou então?

S.M. - Relativamente ao tempo em que estive no PCP, sim.

D.L. - Em que mudou?

S.M. - Foi um retorno à minha concepção original. Eu sempre fui um lutador pela liberdade, pela igualdade de oportunidades entre os homens, pela paz, pela justiça. Na fase em que estive no PCP, o valor da liberdade foi, sem dúvida, subalternizado. É essa a questão de fundo que divide o PCP das correntes democráticas.

D.L. - Hoje é um feroz anticomunista...

S.M. - Sou um feroz anticorrentes totalitárias, tão feroz anticomunista como feroz antifascista.

D.L. - Como deputado, é acusado de ter um comportamento provocatório...

S.M. - Se se considerar que provocação é irreverência, incomodidade, nesse sentido o termo provocatório aceito-o perfeitamente...

D.L. - É um irreverente então?

S.M. - Sem dúvida. E sobretudo um gerador de incomodidades. Muitos dos meus adversários políticos ainda hoje vivem acomodados na hipocrisia política e é por isso que se incomo-

dam com as minhas intervenções.

D.L. - É acusado também de demasiado expansivo e teatral...

S.M. - Mas isso é o meu temperamento. Cada um tem a sua personalidade.

D.L. - Dizem também que é mais cavaquista que o próprio Cavaco Silva!

S.M. - Não. Julgo que não...

D.L. - Porquê?

S.M. - Porque sou apenas um modesto apoiante da

ista, ou socialista (no sentido de sobrepor o socialismo à democracia), e a esquerda democrática que, mesmo sendo socialista sobrepor a democracia ao socialismo. O que acontece hoje é que o PS é dirigido por uma corrente de esquerda que sempre sobrepor o socialismo à democracia. E aí ele aproximou-se, não só no plano tático, mas no plano das ideias e da estratégia política, do PCP.

D.L. - O PS é então um partido antidemocrático?

S.M. - Não. Mas tem à sua frente dirigentes que estiveram numa posição antidemocrática, no sentido de sobrepor o socialismo à democracia.

D.L. - Há quem diga que o PSD está doente. Concorda?

S.M. - Não. O PSD não está doente, acabou foi de passar um momento de crise. Mas crise não é doença.

D.L. - Por que é que atravessou um momento de crise?

S.M. - Por o condor do partido esperar, depois das eleições de 1987, que resultados eleitorais semelhantes eram uma consequência natural, o que é um optimismo perfeitamente excessivo.

D.L. - Nas próximas eleições, se Mário Soares se recandidatar vai votar nele?

S.M. - Não terei dificuldade. Depende do comportamento do Dr. Mário Soares. Nas últimas eleições presidenciais eu, pessoalmente, preferia votar nele do que em Freitas do Amaral...

D.L. - Votou Mário Soares?

S.M. - O voto é secreto... Freitas do Amaral sempre me desagradou como líder político. Basta um homem dizer que não tinha jeito para ser segundo para não termos vontade de o fazer primeiro.

D.L. - Vai votar Mário Soares, se ele se candidatar?

S.M. - Sim, em princípio.

A.J.T.



linha política e do tipo de liderança de Cavaco Silva.

D.L. - Porquê modesto?

S.M. - Porque todos nós devemos ser modestos relativamente à obra comum em que estamos empenhados.

D.L. - Quando se fala da maioria ela é acusada de não respeitar as oposições. Fala-se mesmo em «ditadura da maioria»...

S.M. - Mas essa «ditadura da maioria», de que fala sobretudo a oposição de esquerda, revela que as oposições têm uma visão ditatorial do mundo político...

D.L. - Mas isso é devolver a acusação!

S.M. - Não. É tocar num dos pontos nevrálgicos do debate político. A esquerda está imbuída de uma visão leninista da luta política...

D.L. - Está a confundir toda a esquerda?

S.M. - Quase toda a esquerda. Ela tem sobretudo dois vectores fundamentais: a esquerda marxista-lenin-



meteorologia

Aldeia Minha

Li no *Le Monde* da semana passada o título de um artigo económico: *Portugal, a aldeia do Mercado Comum*. Naquele momento não tinha tempo para me debruçar sobre o texto, provavelmente uma crítica da falta de vocação para o crescimento industrial ou para a sua estratégia. Mas queria ler: quando cheguei a casa, porém, verifiquei que tinha perdido o jornal, deixado certamente num dos sítios da minha quotidiana ambulância social. Numa verdadeira aldeia isso não seria possível...

Contudo, o título, por agora, chega-me: *Aldeia da CEE*. E penso sem pensar: oxalá!

Em nós, cidadãos de pedra e cal, está um forte desejo de província, uma saudade de aldeia, um sentimento de anti-cidade; irriga-se nos o imaginário de outras estruturas de vida, de outra vida.*

Talvez o homem tenha necessidade dessa *utopia do passado*, de ir buscar a origem, nessa zona do tempo e do espaço em que ele fazia o fogo com as suas próprias mãos, captava a água, vivia com o ano das estações, conhecia intimamente a natureza, como os ritos; tudo, como reacção à funcionalidade crescente do mundo, à tecnologia que, se por um lado simplifica a vida, por outro complica-a, neutralizando a espontaneidade, a criatividade: decepção.

A vida na cidade despersonaliza, tornamos-nos objectos assistemáticos de exercícios técnicos, perdemos o nosso sistema próprio. A mediação entre o *eu* e o *mundo* é conflituosa. Ficamos mal dispostos. Inventamos a *palavra stress*. Coexistimos em permanentes condomínios que poucos dominam.

Aldeia é também o símbolo da infância, real ou imaginária. A fuga para a aldeia, além do fim de semana, provisória e cansativa, é tentação que poucos realizam. Porque...

Porque, o pior de tudo é que já não somos capazes de viver sem consumir o ópio dessa imagem de aldeia que talvez não existe. E, não podendo viver sem ela, idílica, somos obrigados a continuar na cidade hostil e funesta, a única detentora de aldeias ideais.

Jorge Listopad



* *La vie est ailleurs*, é um verso de Rimbaud, legalizado por Kundera como título de um romance seu, agora publicado em português, e estranhamente traduzido: *A Vida não é Aqui*.

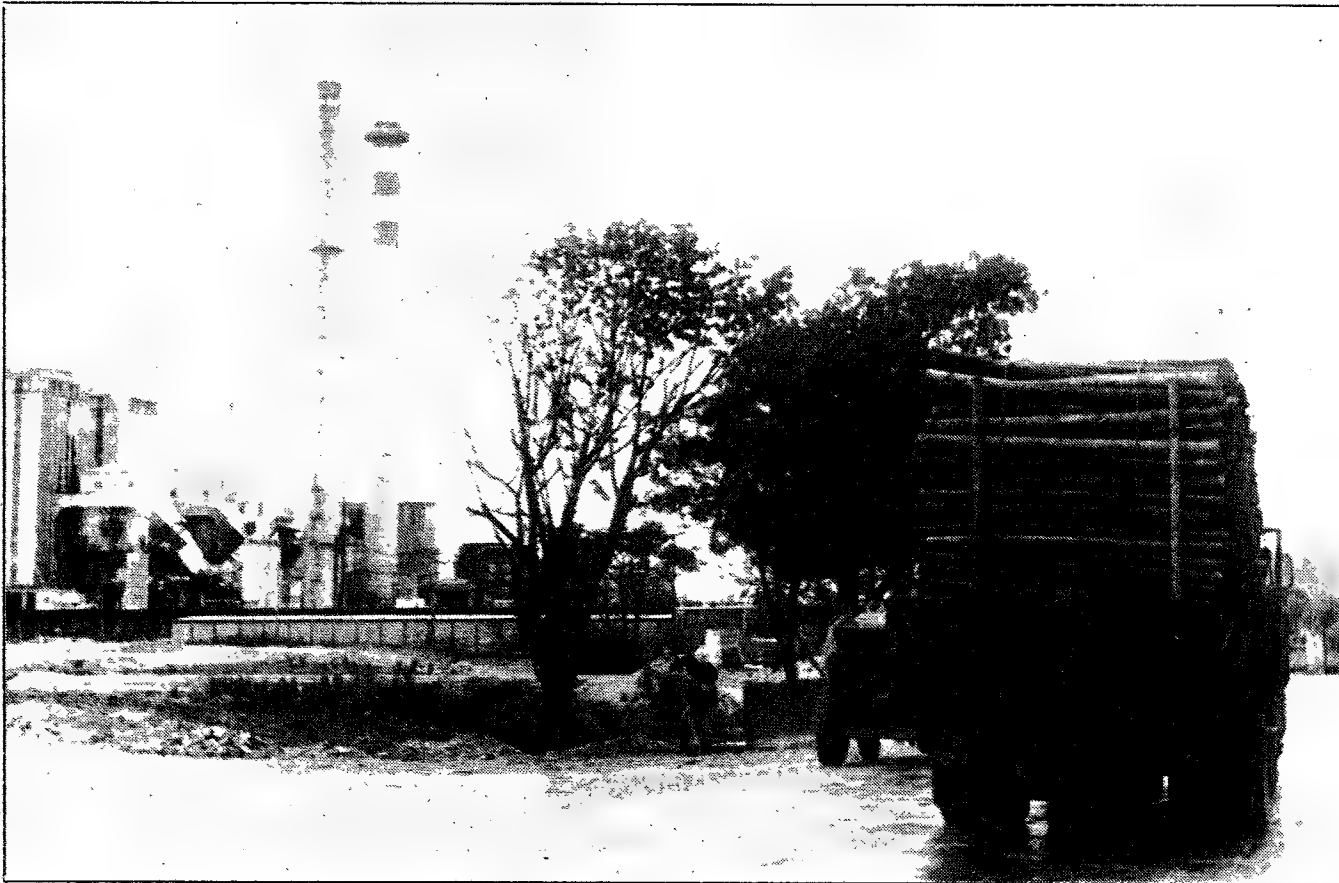
Quarta-feira no

Diário
de LisboaA crónica
de Joaquim LetriaArtigo
de Eduarda DionísioA criação
da Agência Europeia
de Ambiente
em Grande AngularO cartoon
de Pedro Palma

SUPLEMENTO DE ECONOMIA

Diário de Lisboa

Paralisa do Estado está a criar graves problemas económicos, sociais e até demográficos. O director-geral das Florestas diz que só tem dinheiro para pagar salários e que não há vontade política para actuar



Uma indústria exigente contra uma agricultura carente

Livre jogo do mercado favorece eucaliptos

Portugal ficará coberto de eucaliptos se o Estado não perturbar o funcionamento do livre jogo de mercado, afirma o director-geral das Florestas, João Soares.

Impedir este desenlace exige política, vontade, capacidade e dinheiro.

Enquanto o Estado se alheia da sua função formal, a realidade social constrói-se quotidianamente. O eucalipto prepara-se para incluir a agricultura de subsistência no rol dos seus adversários na luta pela terra.

Começa a ganhar "estatuto de

cidadania", ao nível do discurso dos analistas, a visão - preocupante - de um interior "onde os eucaliptos correram com os homens" e de um litoral sem capacidade de resposta para absorver esses deslocados.

Afonso de Barros, presidente da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, chama à liça a própria base territorial da identidade nacional.

Irrompe, assim, de forma organizada, um terceiro aspecto (que não o económico ou o ecológico), arredo por norma destas discussões: o do efeito do eucalipto na ocupação e organização do território.

O fenómeno da racionalização progressiva do debate permite ver os vários aspectos envolvidos, as lógicas e os papéis dos agentes intervenientes na floresta e comungar algumas constatações bizarras, como aquela da Direcção-Geral das Florestas gastar 98,5 por cento da sua dotação orçamental em salários.

Iniciativas parlamentares, lançamento de livros, discussões públicas e descomplexadas, revelação da incapacidade estatal, formulação e apreciação de perfis produtivos... A Primavera promete.

Págs. 6/7

Mundo de maravilhas na década de 90

John Naisbitt prevê a liderança das mulheres para o ano 2000

John Naisbitt, futurólogo norte-americano, é acusado de excesso de optimismo nos livros que escreve, como é o caso do último: «Megatrends 2000». Refuta as acusações e contra-ataca: «Bem vindo seja um bocado de optimismo no meio deste delírio todo.»

Segundo Naisbitt, a década que se iniciou agora vai ser marcada pela gradual afirmação da liderança feminina. Outras de dez tendências que refere na sua obra: a explosão da economia global, o renascimento das artes, o crescimento do socialismo de mercado, a idade da biologia, o triunfo do indivíduo...

Por exemplo, no caso das artes, diz que é uma tendência que já se verifica. «No ano passado os americanos gastaram mil milhões de dólares a mais em arte do que para o desporto.» Este facto, diz, deve-se ao crescente número de mulheres que trabalham e que têm interesses diferentes dos dos homens no preenchimento dos seus tempos livres.

Pág. 2

Nova Europa provoca esperanças e temores

Portugal, Europa Comunitária, transformações a Leste, o futuro: estes os temas centrais da conferência que, por iniciativa do «Jornal Económico»/«Semanário Económico», reuniu em Lisboa, durante dois dias, nomes conhecidos da política e da economia. Presentes, entre outros, Henry Kissinger, Martin Feldstein e Alain Minc.

As mutações, o papel europeista de Portugal, perspectivas de futuro, riscos e alternativas, desafios aos empresários e perspectivas para o futuro português estiveram em debate, que contou com a presença do ministro das Finanças, Miguel Beza, optimista na sua intervenção, quando disse que os futuros investimentos terão características asiáticas.

O Presidente da República, que abriu a conferência, fez uma intervenção de fundo onde abordou não só o papel de Portugal na CEE, como a possível actuação noutros pontos do globo.

Pág. 8

Cabo Verde enfrenta desafio da liberalização

Cabo Verde tenta modernizar a sua economia e construir um futuro de progresso através da liberalização. Novas leis facilitam o investimento estrangeiro, a sua posição geo-estratégica pode atraí-lo. Mão-de-obra abundante e barata é um aliciente.

Entretanto, a falta de água, a desertificação são flagelos que vão sendo combatidos através de um esforço colectivo de realçar e que já vai dando os seus frutos.

Centrais

AGROPROMOTORA

CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS

PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA

RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX 73 54 17 — 1600 LISBOA

Associações industriais contestam a COEP

Polêmica surge em torno da representatividade e legitimidade dos intervenientes no universo empresarial português

Acusada de falta de representatividade por associações do Norte, a COEP, recentemente criada, reage e, para além de números, apresenta o seu direito a estar no associativismo.

«Não somos divisionistas, não queremos o monopólio do sector, nem a guerra com as associações industriais. Não estamos interessados em defender, nem coutadas, nem quintas. Representamos 14 distritos. A nossa aposta é no desenvolvimento regional integrado e num associativismo virado para os Anos 90», disse ao DL uma fonte da AIP, Associação Industrial Portuguesa, referindo-se ao papel da COEP no tecido empresarial português.

A representatividade e a legitimidade da COEP, Confederação das Organizações Empresariais Portuguesas, foi contestada na passada semana por 10 associações industriais do Norte e Centro, reunidas na Figueira da Foz.

Estiveram presentes, para além das associações industriais do Porto, Aveiro, Figueira da Foz e Coimbra, as concelhias de Viseu, Vila Real, Guimarães, Paços de Ferreira e Pombal.

Segundo informou a



A criação da COEP continua a ser contestada

agência Lusa uma fonte daquelas associações, elas representam um universo empresarial traduzido em empresas espalhadas por «nove distritos e responsáveis por dois

terços das exportações portuguesas, não tendo, por isso, espalç o».

Considerando exagerados estes números, a fonte do DL na AIP acrescenta que é in-

correcto falar de representatividade e de ilegitimidade em relação à COEP, pois ela «é legal, tem escritura própria e representa todos os seus associados espalhados por 14 distri-

tos, incluindo as ilhas», estando prevista a entrada, para breve, na COEP, da União de Associações Concelhias Comerciais e Industriais.

No referido encontro da

Figueira da Foz, as associações em causa decidiram reforçar a posição das confederações nacionais, CAP, CCP e CIP, com novas filiações.

Recomendaram, por outro lado, à AIP que «tenha como se espera, de uma associação de âmbito nacional, uma atitude permanentemente consentânea com a defesa da unidade do movimento associativo nacional e dos reais interesses do universo empresarial português, a nível interno e externo».

A mesma fonte da AIP, salienta que existe uma contradição de base nas declarações desta fonte citada pela Lusa. Por um lado, refere que a AIP tem um âmbito nacional, por outro diz que a COEP não tem representatividade, nem legitimidade.

«Nós temos um papel importante no desenvolvimento regional, o qual não pode ser feito por sectores, mas de uma forma integrada, numa associação própria. Além disso, o associativismo é livre no nosso país. Não podemos pensar que ainda vivemos nos anos 60 ou 70. Nós vivemos nos anos 90 e por isso temos que nos adaptar a essa realidade», conclui a fonte do DL.

R.F.S

O ano 2000 é das mulheres

O futurólogo norte-americano John Naisbitt escreveu um novo livro cheio de optimismo para os próximos anos, que serão marcados pelo renascimento das artes e a gradual afirmação da liderança feminina

John Naisbitt é um senhor que tem por profissão prever as tendências do amanhã. Por exemplo: Steve Jobs inventa o computador pessoal e Naisbitt diz: «Estamos à beira de uma sociedade baseada na distribuição e troca de informações». Um dirigente de uma empresa verifica que o stock em armazém diminuiu e enerva-se? Naisbitt diz: «Não está à altura das suas funções. A opinião do empresário baseia-se em índices industriais antigos. Não consegue acompanhar a ideia de que um computador pode armazenar novos stocks até ao último momento». O museu de Boston vende oito milhões de dólares em «gadgets» (camisolas, catálogos, cartazes) durante a exposição de Renoir. Naisbitt faz notar que acabou o tempo dos jogos de futebol, agora vai tudo ao museu.

Entre uma tendência e outra, Naisbitt escreveu, ao longo de sete anos, três livros: «Megatrends» (oito milhões de exemplares vendidos), «Reinventar a Sociedade» (um milhão de exemplares) e o recentíssimo «Megatrends 2000» (escrito com a mulher, Patricia Aburdene).

Quais são as linhas de tendência que influenciarão as nossas vidas até ao fim do ano 2000? Segundo Naisbitt e Aburdene, são dez - tantas quantas são os capítulos do livro: a explosão da economia global, o renascimento das artes, o crescimento do socialismo de mercado, a uniformização dos estilos de vida e os nacionalismos culturais, a privatização do Estado providência, a deslocação do eixo económico para a bacia do Pacífico, a liderança das mulheres, a idade de biologia, o despertar religioso e o triunfo do indivíduo. O livro foi dado por concluído na tipografia antes dos acontecimentos no Leste, pelo que não aborda esta questão histórica. Essa falha será colmatada em futuras edições.

Pouco depois da sua publicação nos Estados Unidos, o livro já suscitou polémicas: a

mais comum é que é um concentrado de finais felizes, nem sempre justificados. Naisbitt «rosna»: «Jornalistas doentes de catastrofismo». O «Corriere della Sera» falou com ele.

CS - De entre as tendências previstas nos seus dois livros anteriores, quais são as que acha mais acertadas?

JN - Devo dizer que a maior parte delas fizeram escola: este dado foi salientado pela maior parte dos recensionistas americanos. De resto, não se trata de adivinhar o que vai acontecer amanhã. Não sou bruxo, mas um investigador que escreve sobre o presente. O meu trabalho é entender, através dos sinais de hoje, como reagirá o mundo amanhã. «Megatrends 2000» não é um texto profético sobre o próximo, mas é o resultado das projecções das tendências actuais.

CS - O senhor transferiu-se para Telleride, uma pequena aldeia com uma centena de almas, no Colorado, demonstrando que não conta o lugar onde a pessoa vive, mas sim como se comunica com os outros. Qual o seu sistema de ligação com o mundo exterior?

JN - Telefone, fax, federal express, computador. Seja IBM ou Apple. O livro foi escrito com o programa Word Perfect. Como banco de dados uso o que eu e a minha mulher construímos.

CS - Como responde às críticas como aquela que opina que «John Naisbitt tem óptimas intuições e as sabe apresentar bem, mas é alguém que trabalha apenas sobre os bancos de dados»?

JN - Eu poderia dizer o mesmo das pesquisas da Silver que são baseadas em sondagens e entrevistas feitas a pessoas que não têm nada a fazer e que respondem só por responder. Acredito mais nos elementos concretos, nos eventos: o meu banco de dados é aquilo que acontece no mundo.

CS - Uma das críticas constantes aos seus



John Naisbitt

livros é que eles são puros concentrados de optimismo. Pensa que os seus Megatrends são tão populares por causa dessa visão optimista do futuro?

JN - Bem vindo seja um bocado de optimismo no meio deste delírio todo. Olhe, não procuro ser optimista à força. Procuro olhar o mundo de uma maneira positiva, interpretando e escrevendo aquilo que está de baixo dos olhos de toda a gente, aquilo que muitas vezes não se vê ou não se quer ver. Os jornais, a televisão, preferem falar de desastres. Os meios de comunicação de massa adoram as catástrofes. Parece que a senha é: só as más notícias são notícias. Penso que tudo isso tem um efeito deletério sobre as pessoas. Deixe-me dar um exemplo: numa recente sondagem perguntava-se: quem tem a economia mais potente, os EUA ou o Japão?

Cinquenta e oito por cento dos americanos respondeu que é o Japão, o que é ridículo. A economia americana é duas vezes e meio maior que a japonesa. Por outro lado, também não posso censurar estas pessoas, porque na televisão e nos jornais é todo um falar do Japão para aqui, do Japão para ali, Tóquio faz isto, Tóquio faz aquilo. Acaba-se perdendo o sentido de perspectiva.

CS - O senhor escreve no seu livro que as artes tornar-se-ão mais populares que o desporto. É difícil acreditar nessa afirmação. Parece mesmo ficção científica...

JN - Mas olhe que já aconteceu. Há vinte anos atrás nós, americanos, gastávamos em bilhetes para o estádio duas vezes mais do que em bilhetes para o museu. O ano passado gastámos mil milhões de dólares a mais para a arte do que para o desporto. E a diferença aumenta.

CS - Como justifica esta inversão de tendência?

JN - Na era industrial, o lazer era apanágio dos homens trabalhadores, que procuravam a distração na arena dos gladiadores. Mas agora caminha-se em direcção a uma sociedade mais sofisticada, com uma força de trabalho feminino em aumento e entré as mulheres há mais apaixonadas pela arte do que pelo desporto.

CS - O senhor termina o seu livro com a afirmação de que estamos a viver uma época fantástica. Hoje, depois do massacre da Praça de Tienanmen, do desastre ecológico da Exxon Valdez, da catástrofe atómica de Cherbyl, continua com a mesma opinião?

JN - Absolutamente. Não a substituiria por nada deste mundo.

Cláudio Castellacci
Exclusivo Corriere della Sera/DL
Tradução: Alessandra Balsamo

ECONOMIA

Mercado português exige mais rapidez dos CTT

Express Mail evolui para responder às necessidades empresariais da Europa de 93

«O EMS é um serviço muito ligado às empresas e funciona, de certo modo, como um barómetro do movimento dos negócios e da situação do mercado português», disse ao DL Dulce Mota, responsável pelo serviço de Express Mail dos CTT.

Este serviço teve início em 1985, apenas com ligações a Macau e ao Reino Unido, tendo evoluído posteriormente para os mercados da América Latina, EUA, Médio Oriente e Ásia, além da total cobertura da Europa. «É o desafio de 92, uma resposta às necessidades cada vez mais prementes dos empresários portugueses, os quais exigem rapidez», sublinha Dulce Mota.

Os CTT e a Unipost assinaram, quinta-feira passada, como o DL facilitou, um contrato de cooperação que abrange essencialmente os serviços de correio acelerado Express Mail e de encomendas internacionais.

Trata-se de um serviço de «courier», nacional e internacional, de recolha e entrega em mão de documentos e encomendas.

Este contrato, assinado por Silva Marques, presidente dos CTT e por Guy Meynie, director-geral da Unipost, representa, segundo a administração daquela empresa, um salto qualitativo na forma tradicional de gestão dos correios e, ao mesmo tempo, significa a evolução daqueles serviços para uma gama de alta qualidade.

Este novo serviço surge igualmente com a expectativa de intervir com mais agressividade no mercado da Europa de 1992, em que cada

vez mais a velocidade das comunicações é um factor decisivo. A informatização do Express Mail em Portugal, prevista para Março próximo, vai melhorar substancialmente este tipo de serviços.

Segundo os CTT, a rapidez, a segurança e a comodidade são as apostas que presidem a este novo acordo de cooperação. Este tipo de contrato foi, aliás, assinado recentemente entre a Unipost e os correios franceses, ingleses, irlandeses, canadianos e norte-americanos.

O Express Mail possui uma rede de transportes rápida. Cobre o continente e garante a ligação a Bruxelas ao EMS-IPC, International Post Corporation, que é o embrião de uma multinacional concebida para gerir a rede nocturna.

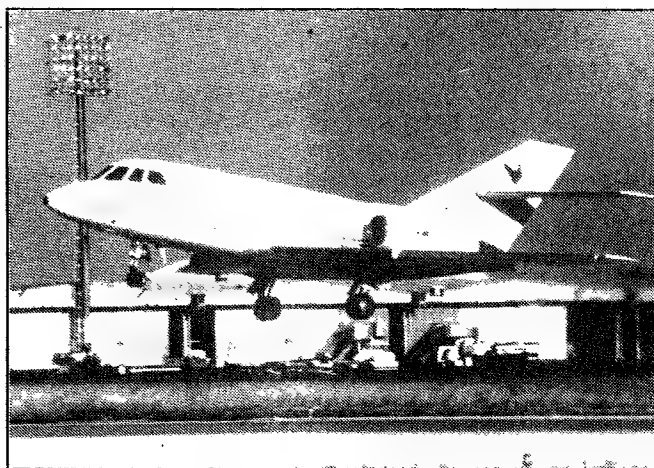
A rapidez de 92

O serviço é personalizado, com registo de entrega e assinatura do receptor e é seguro por se tratar de um sistema individualizado, com circuitos próprios e, no caso do EMS-IPC, através de um único operador de recolha.

O serviço Express Mail efectua as entregas ao domicílio em qualquer ponto do país no prazo de 24 horas. Entre Lisboa e Porto, a ligação é diária e as entregas são efectuadas no próprio dia.

Os objectos entregues nas estações dos correios ao fim da tarde chegam ao destinatário às 8 horas do dia seguinte. O mesmo se passa a nível internacional, no caso, a Bruxelas de onde partirão para os respectivos destinos. É o chamado processo «overnight».

Em fins de 1989, a utili-



O volume de negócios dos empresários portugueses pode ser também gerenciado pela Express Mail

zação do EMS cresceu 43 por cento. Esta subida fica a dever-se não só à adesão do Express Mail ao EMS-IPC de Bruxelas, mas também à utilização do Regime Acelerado de Despacho Alfandegário por parte dos Correios.

Como o DL apurou, foi também criado um serviço especial para documentos com tarifas inferiores às taxas normais. Para este serviço foi estudado um sobrescrito especial, distribuído gratuitamente, o qual permite acondicionar documentos até 100 gramas.

O Express Mail aceita, entre outros documentos e mercadorias, orçamentos, facturas, jornais e livros, filmes, amostras, peças sobresselentes e equipamento informático.

Os perigos

É vedado o acesso aos materiais perigosos, produtos líquidos, ácidos, tóxicos, explosivos, gases inflamáveis, produtos farmacêuticos, animais, plantas, pedras preciosas, jóias, moedas, notas

de banco e outros valores ao portador.

Os intervenientes neste contrato estabeleceram normas específicas de funcionamento. Cabe aos CTT cumprir prazos de transporte e entregas e incrementar os sistemas de controlo de qualidade e de pesquisa informática dos objectos.

A Unipost, por sua vez, obriga-se a assistir as administrações postais no desenvolvimento dos negócios, dos novos produtos e serviços, no melhoramento da rede de transportes internacionais e dos procedimentos alfandegários.

No início do ano passado, 21 administrações postais de diversas partes do mundo criaram uma holding cujo objectivo foi o de desenvolver os serviços de Courrier com vista a liderar o mercado. Esta sociedade «holding» tem sede em Bruxelas e dela faz parte a EMS-Express Mail e a Unipost.

R.F.S.

B R E V E S

A.C.Santos dá automóveis

Em Abril vai ser sorteado mais um automóvel pelos clientes do supermercado A.C. Santos, do Cartaxo, numa iniciativa que visa celebrar o primeiro aniversário da sua instalação. O primeiro carro foi entregue recentemente a Rui Dias, de 30 anos, cliente que se desloca de Santarém ao Cartaxo para fazer as suas compras. Este supermercado facturou no primeiro ano cerca de 600 mil contos. Com 18 mil metros quadrados de área, dispõe ainda de um centro comercial com 12 lojas. O movimento mensal ascende a mais de 30 mil pessoas.

Sociedade Geotérmica dos Açores

Foi constituída na ilha de Santa Maria a Sociedade Geotérmica dos Açores -SOEGO-, empresa que vai explorar as potencialidades energéticas daquela região autónoma. O seu capital social é de quase dois milhões de contos e tem como principais accionistas a Empresa de Electricidade dos Açores (51 por cento), a General Eléctrica Portuguesa (13 por cento), a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e o Banco Português do Atlântico (seis por cento cada).

Estudo sobre Portugal

A Marktest tem disponível o seu «Estudo Base sobre Portugal» relativo a 1990. Trata-se de uma compilação de indicadores sobre a situação demográfica, social, económica e de consumo, baseada tanto em estatísticas oficiais como em informações exclusivas resultantes de sondagens levadas a cabo durante 1988 e 1989. Este estudo constitui um elemento de consulta permanente, expondo as condicionantes (positivas e negativas) que influenciam a actividade económica do país.

Cortal investe em Espanha

O grupo Cortal adquiriu a totalidade da empresa espanhola Isomobel, que passa a denominar-se Cortal/Seldex e representa a maior rede de distribuição independente no país vizinho. O negócio ascende a 100 mil milhões (40 por cento do capital, já que o restante havia sido tomado no ano passado). Com esta decisão, o grupo Cortal pretende assumir a segunda posição no «ranking» ibérico do sector de mobiliário de escritório, passando a dispor de lojas em Madrid, Sevilha, Barcelona, Bilbao e Valência.

Santander domina BCI

O Banco de Santander passou a controlar o Banco do Comércio e Indústria ao adquirir 40 por cento das acções numa operação conjunta com outros investidores portugueses.

Segundo a agência Lusa, o acordo foi obtido na sexta-feira passada, em Madrid, estando apenas pendente de trâmites burocráticos.

Não foram indicados quais os outros investidores portugueses que participaram na operação, apenas se sabendo que o Banco Português de Investimento continua a ter uma importante participação no BCI.

Recorda-se que já em 1988 o Banco de Santander havia adquirido dez por cento do capital da instituição que agora mantém, tendo posteriormente agido como o Banco Português de Investimento numa luta pelo controlo do BCI.

Investimento em Moçambique para desenvolver Portugal

Vice-ministro da Indústria considera que o seu país pode ser porta de entrada para a África Austral

O investimento das empresas portuguesas em Moçambique pode contribuir para o desenvolvimento de Portugal, afirma Rosário Fernandes, vice-ministro moçambicano da Indústria e Energia.

Este governante diz que, através da criação de empresas mistas ou outras formas de investimento em Moçambique, conjugada com o repatriamento dos lucros, os dois países têm vantagens na cooperação bilateral.

Rosário Fernandes considera «muito positivos» os contactos que durante um mês teve em Portugal e sustenta que o seu país veria com agrado o reinvestimento de parte dos benefícios na recuperação económica de Moçambique.

As vantagens mútuas da presença industrial portuguesa é realçada pelo vice-ministro, que aponta o papel privilegiado do seu país na Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, constituindo, deste modo, uma ponte para Portu-

gal na sua penetração naquela região.

Rosário Fernandes diz que, nos contactos com cerca de trinta empresas industriais portuguesas, «abriram-se perspectivas de investimento em Moçambique», seja ao abrigo do investimento directo, com injeção de capitais das empresas ou financiamentos externos (nomeadamente fundos comunitários), quer beneficiando da aplicação de 25 por cento do montante reescalado da dívida de Moçambique a Portugal. Revela, por outro lado, que, durante este ano, vai ser criado em Moçambique o Instituto de Qualidade e Tecnologia. Durante a sua estada em Portugal recolheu, para o efeito, experiências no LNETI, instituição com que vai passar a haver uma mais estreita cooperação.

Entretanto, acordos de várias ordens estão já em curso, nomeadamente nas áreas da engenharia e serviços, metalomecânica, agro-industrial, calçado, têxteis, vidreira, tabacos, petróleo, óleos e sabões, mobiliário, indústrias

químicas, cervejeiras e sociedades financeiras.

Processo de paz

Rosário Fernandes considera que o processo de paz em curso «é indispensável para a reconstrução económica e financeira». Diz, a propósito, que as sabotagens constantes no sector da energia eléctrica causam prejuízos «na ordem dos milhões de dólares».

Ao recordar as insuficiências que a Empresa de Electricidade de Moçambique enfrenta, refere que o projecto de Cabora Bassa poderá por si só resolver o problema energético do país e abastecer ainda a África do Sul, o Zimbábue e a Zâmbia. A proposta de onda de greves e reivindicações que se verifica desde o princípio do ano, Rosário Fernandes considera-a «um fenómeno universal, que deve ter em conta dos dispositivos legais e a situação económica do país».

Luísa Tito Morais/Lusa

ECONOMIA

Um país com permanentes carências de água desafia o futuro. O reforço da economia, se passa pelo apoio internacional, conta com o melhor dos seus recursos: o potencial humano

O desafio da liberalização da economia cabo-verdiana

A nova política económica de Cabo Verde, que surgiu com a realização do último Congresso do PAICV, pode sintetizar-se numa breve frase: liberalização da economia, já que terminou com a orientação da economia para a extroversão como uma das linhas mestras da sua política.

Mais tarde, na sequência das medidas de reorientação do sistema económico do país aprovadas neste Congresso, foi submetida à Assembleia Nacional Popular a nova Lei do Investimento Externo.

Esta lei veio clarificar as regras do jogo e abrir novas perspectivas à participação estrangeira, no desenvolvimento económico de Cabo Verde. De uma maneira geral, garante segurança ao investidor e ao investimento, assegura a livre transferência

de divisas e cria incentivos ao investidor, nomeadamente nas isenções fiscais de várias ordens.

Estes investimentos terão incentivos diferentes, de acordo com as várias áreas a que se destinam e para os diferentes sectores de actividade, conforme a sua importância e prioridade para o país.

Assim, serão delineadas as prioridades sectoriais, podendo-se desde já adiantar que os sectores com mais interesse para se desenvolver no país são a pesca, hotelaria e turismo e o comércio internacional com todo o tipo de actividades que lhe estão associados, como entrepostos comerciais e serviços bancários, etc.

Outras actividades identificadas como prioritárias que

poderão vir a ser alvo do investimento estrangeiro são as que não implicam grandes consumos de água e energia, já que são recursos comprovadamente escassos em Cabo Verde. São o caso, por exemplo, da metalomecânica e materiais de construção.

Os argumentos que as entidades oficiais têm para convencer o investidor estrangeiro a aplicar os seus capitais no arquipélago são, essencialmente, a localização estratégica do país (está entre três continentes: Europa, África e América), possuir mão-de-obra abundante e barata, ser um país com excelentes relações com o bloco do Leste e o Ocidente e o Movimento dos Não Alinhados. Poder-se-á, assim, considerar Cabo Verde como uma

futura ponte comercial em direcção a vários pontos do Globo. Inclusivamente, as autoridades apoiam-se, normalmente, no exemplo dos países asiáticos que obtiveram um «boom» nas suas economias, ao conseguirem conquistar novos mercados com determinados produtos específicos.

Avançam mesmo com a ideia de, a partir de Cabo Verde, entrar com produtos portugueses em determinados mercados, destacando alguns países da CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (de que são membros), entre eles a Nigéria, com mais de 100 milhões de habitantes, ou mercados mais pequenos e fragmentados, mas não desprezíveis, como o Senegal, Mauritânia, Guiné-Bis-

sau, Mali, Níger, entre outros.

O interesse de Cabo Verde nesta matéria não passa por ser apenas um simples intermediário, mas também por poder constituir uma forma de lançamento de novas indústrias no país. Isto é, ganhar mercados iniciando-se pela comercialização e, posteriormente, instalar a própria produção em sistemas de empresas de capital misto. É, pois, a tentativa de passar a ser entreposto comercial, industrial e de serviços, de acesso aos mercados da África Ocidental.

O desafio lançado por Cabo Verde é interessante para as empresas nacionais. Os produtos portugueses podem ter nova dimensão se descobrirem que há uma ampla acção a fazer nestes novos mercados africanos.

É de conhecimento geral ser Portugal o principal parceiro comercial de Cabo Verde e este país, por sua vez, ser o segundo maior cliente de Portugal em África, a seguir a Angola. Por outro lado, tem havido iniciativas comerciais, nos últimos anos, destacando-se as duas edições da Semana de Produtos Portugueses, realizadas em Mindelo, dando a oportunidade a variadas empresas portuguesas de mostrarem os seus produtos e de, ao mesmo tempo, conhecer estes mercados a que Cabo Verde tem acesso e que são praticamente desconhecidos dos nossos empresários.

As expectativas são grandes e mutuamente vantajosas para os dois países, aguardando-se que se materializem projectos concretos.

Isabel Braz

Cabo Verde: a década de 80

Confrontado com as condições naturais hostis e abandonado pelo colonizador, o povo cabo-verdiano foi submetido, no passado, a uma série de duras experiências, de que a fome e a emigração são exemplos flagrantíssimos.

Considerada terra inóspita, acidentada, com poucos recursos e espoliada por uma seca endémica, Cabo Verde construiu uma sociedade original, mas, sobretudo, forjada numa identidade nacional.

As orientações do regime em favor das necessidades fundamentais, o rigor da gestão e a ajuda da Comunidade Internacional, permitiram a realização de grandes progressos após a independência.

A vultosa ajuda externa que este país tem recebido desde 1980 tem permitido preencher o fosso entre o fraco nível dos recursos e as necessidades de financiamento que as suas aspirações desenvolvimentistas lhe exigem. A correcta gestão destes meios, pelos organismos oficiais, permite compreender por que razão é que Cabo Verde é uma das poucas experiências bem sucedidas dos países que recebem ajuda externa.

Os últimos estudos e relatórios económicos elaborados pelo FMI e outras instituições internacionais deram-nos elementos para análise da economia cabo-verdiana na década de 80.

Agricultura débil

A superfície agrícola útil do país é de aproximadamente 40 000 hectares, ou seja, menos de um décimo da superfície

total. Apenas cinco por cento desta superfície agrícola é irrigada. O restante está sujeito à escassez da chuva.

A agricultura cabo-verdiana sofre não só de uma escassez dos seus recursos, mas também de uma profunda inadaptação às suas condições ecológicas. A cultura essencial é o milho, associado com o feijão, ou seja, culturas com forte necessidade de água.

A agricultura irrigada está essencialmente ligada à plantação da cana-de-açúcar, que serve primordialmente para produzir álcool (grogue).

Nestas condições, a balança alimentar é estruturalmente deficitária, em particular no que concerne aos produtos de base. O país tem necessidade de importar quase todos os elementos essenciais.

Começam a ser sentidas as modificações no sentido de melhorar a especialização da agricultura, a fim do país ser auto-suficiente em algumas produções, como por exemplo, legumes e produtos animais.

Recursos hídricos

Após a independência, houve uma alteração de fundo do regime das águas, dado que as normas jurídicas que as regulavam mostravam-se desactualizadas e inadequadas às necessidades do país.

Desde 1984, com a entrada em vigor do Código de Águas, tem havido a preocupação de se pôr em prática a legislação e com isso este sector tem beneficiado de alguns progressos.

A dessalinização ainda é uma solução muito dispendi-

osa, pela qual só optam quando não há outras alternativas. É este o caso das ilhas do Sal, S. Vicente e Boa Vista.

O abastecimento de água potável ainda é insuficiente e centros urbanos como a Praia só recebem água durante uma hora por dia.

Os esforços desenvolvidos para se conseguir mais água para abastecimento podem verificar-se no número de projectos, em execução ou em negociação, para este sector mas longe das metas ideais.

Outros recursos

Os outros recursos do país são extremamente limitados e accentam na pesca, nos jazigos minerais para a indústria de materiais de construção e nas salinas.

Se dos recursos a desenvolver com mais dinamismo figura o potencial turístico, a realidade é que as principais potencialidades, em Cabo Verde, são ainda a população e a sua posição geoeconómica.

Fortes vagas de emigração em décadas passadas, em direcção a outras colónias portuguesas e aos Estados Unidos e, mais tarde, para a Europa, permitiram que depois da independência se desse um forte fluxo financeiro crescente em favor das famílias que ficavam no país, tornando-se numa das principais receitas, sendo uma das rubricas que serve para financiar os défices da balança de transacções correntes.

Ajuda Internacional

Desde os primeiros anos da sua independência, Cabo

Verde tem vindo a receber uma ajuda de emergência devido aos efeitos da seca que afectou o país, progressivamente transformada em ajuda para o desenvolvimento.

O montante da ajuda por habitante tem sido significativo, passando de 5,5 milhões de escudos cabo-verdianos (ECV) em 1980, para 20,8 milhões em 1986.

Quanto aos donativos entrados em 1980 foram de 1.537,1 milhares de contos (ECV), enquanto que em 1986 foram de 6.122,4 milhares. Os empréstimos foram de 93,6 milhares em 1980, passando a 925,6 milhares em 1986.

Cabo Verde beneficia de uma das mais altas ajudas externas «per capita» do mundo, veiculada sob as formas alimentar, tecnológica e monetária. O peso dos equipamentos é bastante significativo e observa-se, ao longo dos anos, um aumento do peso relativo da assistência técnica e bolsas.

A ajuda internacional tem, igualmente, um papel importante contra a pobreza do país, em particular através da ajuda alimentar: o produto da venda da ajuda alimentar é utilizado para realizar, através de trabalhos de alta intensidade de mão-de-obra (AIMO), infra-estruturas rurais ou de transportes.

Produto interno

A evolução do PIB é muito variável e depende, sobretudo, dos fluxos financeiros externos, nomeadamente em remessas de emigrantes e ajuda externa.

A irregularidade deste

indicador reflecte-se, sobretudo, nas flutuações da taxa de câmbio do dólar em relação ao escudo cabo-verdiano, na estabilização da ajuda externa e na queda das actividades aeroportuárias (nomeadamente, com a mudança de rota dos aviões da SAA).

É assim, que se pode verificar que a variação anual do PIB, de 1981 para 1987, tem uma baixa de 5,5 por cento para 1,2.

A evolução da estruturação do PIB denota, de 1980 a 1986, um aumento do peso do sector terciário. A evolução da repartição a preços de mercado por sectores, segundo dados do Ministério do Plano de Cabo Verde, dá a informação de que os sectores primário e secundário mantêm os seus valores, verificando-se um aumento percentual no sector terciário de 1980 (62,1) para 1986 (66,8).

Emprego

Ao nível do emprego verifica-se que cerca de 20 por cento da população do país vivia, em 1985, com um rendimento igual ou inferior a 100 dólares por pessoa e por ano.

Esta faixa de população pobre concentra-se visivelmente nas seguintes camadas sociais:

- Famílias rurais das zonas de sequeiro onde alguns membros trabalham nas obras de alta intensidade de mão-de-obra (AIMO);

- Famílias urbanas e rurais onde o chefe é a mulher. Constata-se que cerca de 40 das mulheres são chefes de família. Em 1980, 20 por cento destas mulheres tinham cinco

ou mais filhos.

- Famílias afectadas pelo desemprego que se concentram em certas categorias socioprofissionais (jornaleiros): agricultores, trabalhadores AIMO, entre outros.

As carências, entendidas numa perspectiva global, continuam a ser sentidas. A grande tónica para os anos 90 é conjugar esforços e estruturar políticas concentradas no sentido de se criar programas integrados de desenvolvimento.

É sabido que os custos da independência foram muitos; sociais, económicos e políticos. Populações caídas, a agricultura num caos e a indústria praticamente a zero, foram as grandes condicionantes do desejo de desenvolvimento.

Actualmente as preocupações já são outras, apesar da vertente política continuar a ser uma prioridade e outras medidas começam a serem sentidas. Daí os programas de ajustamento estrutural, as medidas de apoio ao tecido da indústria transformadora e a liberalização da economia - nomeadamente a privatização de alguns sectores e a abertura ao investimento estrangeiro.

Por outro lado, esta liberalização económica vem trazer nova vida a dois sectores: o turismo e a pesca. Nestes - e noutros campos - Cabo Verde vai continuar a cooperação com diversos países, sempre aliada ao desenvolvimento interno e ao potencial humano.

I.B.



Um recurso abundante e barato: mão-de-obra

Água: complexa gestão de um bem escasso

A semelhança do que acontece com outros países da região do Sahel, Cabo Verde tem uma enorme escassez de recursos hídricos, associada aos baixíssimos níveis de pluviosidade. A estação seca é longa e vai de Novembro a Julho, enquanto a estação das chuvas se prolonga de Julho a Outubro, com níveis de precipitação a concentrar-se, sobretudo, nos meses de Agosto a Setembro.

É comum dizer-se que a chuva é indisciplinada e caprichosa, pois as batedas de água, quando caem, são intensas e fortes e, por outro lado, nem sempre chove quando é necessário.

Assim, o comportamento da chuva contribui para o decréscimo do nível geral dos recursos hídricos, colocando as entidades responsáveis sérios problemas de gestão do domínio da utilização racional da água, tendo em vista a sua utilização, basicamente na agricultura e no consumo doméstico.

A intervenção do Estado, neste domínio, tem sido empreendida em escala mais ou menos larga, quer através da racionalização progressiva da gestão do recurso e de medidas de fomento - diques de correcção torrencial, revestimento florestal, entre outros, quer através da busca de soluções capazes de colmatar essa carência, através da exploração das águas subterrâneas e superficiais, ou pela dessalinização da água do mar.

Este sector beneficia de uma grande ajuda internacional, através de financiamentos, projectos, doação de equipamento e intervenção de

inúmeros técnicos integrados nos projectos.

Mas, analisando este problema pela óptica da população, a questão muda de feição.

As mulheres são as que têm a tarefa de se abastecer diariamente de água. Desde manhã muito cedo formam longas «bichas» nos fontanários mais perto de casa. Vão munidas de grandes latas e transportam-nas à cabeça para casa. Nas zonas rurais, as coisas complicam-se, pois grande parte das mulheres têm que andar cerca de 15 quilómetros ou mais a pé, para se poderem abastecer nas nascentes ou fontanários mais próximos. O mais impressionante é saber que a maior parte desta água não é para consumo da família, mas sim para os animais.

Na Cidade da Praia, somente 22 por cento da população beneficia de água domiciliária através da rede pública. O resto da população abastece-se nos fontanários que existem na cidade.

Mesmo assim a água que vem da rede pública chega às casas durante hora e meia por dia, o que faz que as pessoas tenham que armazená-la em tanques ou bidões. Foi assim que se instituíram os famosos «banhos da caneca» e a «hora da água», que é a hora de se fazer o aprovisionamento. Nos restaurantes já ninguém pensa utilizar as casas de banho e é mais barato pedir uma cerveja em lata do que uma garrafa de água do Luso.

Quando chegam cooperantes novos ou turistas, são



A espera da água no fontanário

anedóticas as reacções que têm quando verificam que a casa de banho privativa do quarto de hotel não tem água. Chovem reclamações para a recepção, mesmo sabendo que estão num país que vive uma situação de penúria de água. A resposta é simples e calma: «É a hora da água» (não é hora de água). Quando se aproxima as férias na Europa, começa-se a sonhar com um banho de imersão.

Desenvolvimento

A importância das disponibilidades de água está intimamente ligada ao desenvolvimento económico e social de um país, ao ponto das quantidades consumidas poderem constituir verdadeiros índices desse mesmo desenvolvimento.

Água é um recurso natural que não pode ser facilmente substituído na maior parte das suas utilizações. De facto, a abundância ou carência da água tem profundas repercussões na evolução dos povos.

Estudos feitos por especialistas nas zonas urbanas de países subdesenvolvidos

deixam-nos conhecer que o consumo diário de base, quando a água é fornecida a partir de fontanários, varia com a distância da fonte de abastecimento, que vai de cinco a 20 litros por habitante, pouco excedendo, portanto, as necessidades fisiológicas mínimas, cerca de dois litros por habitante.

Quando os habitantes dispõem de uma única torneira na sua habitação, os consumos diários para higiene pessoal (que incluem a evacuação de resíduos, lavagem de roupa e cozinha) são da ordem de 40 a 60 litros por habitante. Estes níveis podem aumentar para 120 litros por pessoa, quando as instalações são completas.

Comparando com as zonas urbanas dos países desenvolvidos registam-se os maiores consumos que são, por exemplo, de 400 litros por habitante em Estocolmo e de 500 litros por habitante em Nova Iorque. Em cidades com grande concentração de indústrias, o consumo pode atingir os 2000 litros por pessoa.

I.B.

Saudemos o verde

Quando se pertence a um país onde há grandes extensões de zonas verdes e se comete o crime (ou o luxo) de queimar as maiores extensões de florestas, fica-se deslumbrado ao ter a oportunidade de participar na campanha de reforestação em Cabo Verde.

Tal como acontece todos os anos, após a queda das primeiras chuvas mais significativas, a população fica mobilizada para fazer uma grande plantação de árvores nas regiões áridas.

Trabalhadores voluntários de diversos departamentos estatais organizam uma semana em que cada organismo público tem um dia para se deslocar ao campo. Entre esses voluntários podem ser vistos desde os dirigentes do país até ao trabalhador anónimo, todos de enxada na mão, dando a sua contribuição.

A concentração das pessoas regista-se pela manhã cedo, com as primeiras caravanas, constituídas por carros todo-o-terreno, a partirem com destino aos perímetros que lhes são indicados. É a saída para zonas desérticas onde só há pedras, terra virgem e um sol escaldante. É também a certeza de estar a contribuir para o equilíbrio ecológico do país, mesmo sabendo que há o risco de não se dar produção ou de a mesma não ser rentável, comparada às despesas efectuadas.

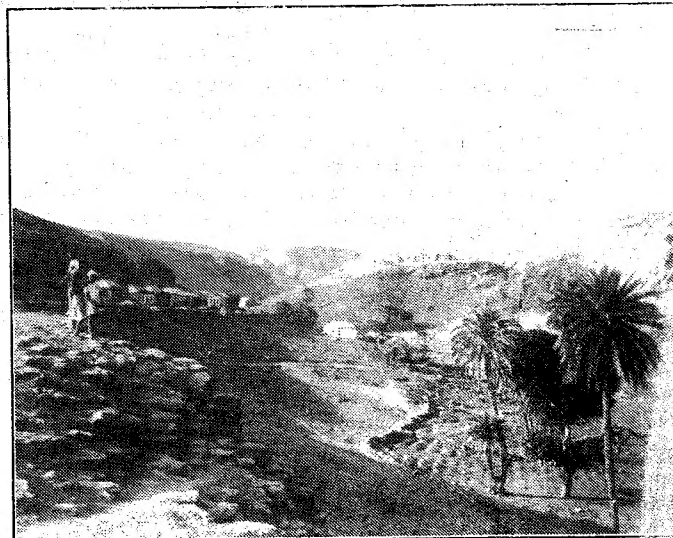
A lucidez das autoridades é grande em relação a este problema, o que vai contagiando a população e que possibilita que, anualmente, esta campanha seja um êxito. De facto, os resultados são palpáveis quando é conseguido o interesse e a colaboração de toda a colectividade e não de uma classe isolada, pois a conservação e o melhoramento dos eco-sistemas exigem acção dos técnicos, dos políticos, dos legisladores, dos governantes e principalmente da população.

De 1976 a 1985 foram reforestados 27.133 hectares. As superfícies reforestadas encontram-se repartidas por todas as ilhas, sendo, no entanto, de salientar que Santiago detém 54 por cento desta superfície (com 14.531 hectares) e o Fogo 22 por cento (com 5.952). As ilhas com menos superfícies reforestadas são a Brava e São Vicente, devido às condições climáticas.

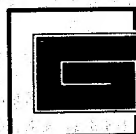
Em 1988 foram fixados mais de dois milhões de plantas durante a campanha de reforestação. O objectivo final não é somente o de produzir zonas verdes e combater a desertificação, mas também o de tentar restabelecer o equilíbrio do eco-sistema, promover a satisfação de parte das necessidades em material lenhoso, obtendo combustível para a cozinha, produzir madeira que será utilizada para fins industriais e aumentar a recarga dos aquíferos. Verifica-se, assim, que as zonas verdes têm um carácter socio-económico para além do carácter biológico.

Como afirmam em Cabo Verde, o país quer fazer honras ao seu nome e construir uma paisagem verde.

I.B.



O combate à desertificação mobiliza todo o povo



PERTO DO PALÁCIO DE QUELUZ

Lotes 18 e 19 na Cidade Desportiva/Massamá

Construímos e vendemos, 2, 3, 4, 5 assoalhadas c/financiamento garantido

G.C. — Gestão e Coordenação, S.A.
R. Nova da Trindade, 1 - 2.º - Dt.º 1200 Lisboa

Tel: Sede — 3460618/9
obra — 4370420

ECONOMIA

João Soares, director-geral das Florestas, considera que o Estado tem de perturbar as regras de mercado para evitar a monocultura do eucalipto. A sua Direcção-Geral, porém, está sem meios de actuação

Estado tem de viabilizar alternativas ao eucalipto

Se o Estado não intervier, os mecanismos económicos regularão e determinarão o futuro da floresta nacional. O resultado da lógica de mercado será o plantio indiscriminado do eucalipto. Dar alternativas é a função da instituição estatal. O cumprimento desta encontra-se longe do desejável. Problemas financeiros e de política explicam-no. É o director-geral (demissionário) das Florestas, João Soares, quem o afirma, em declarações ao "DL".

Segundo diz, ao Estado está cometida a responsabilidade de enquadrar o desenvolvimento da área florestada e prevenir consequências indesejáveis.

«Se deixarmos funcionar exclusivamente o mercado - ou seja, se ninguém fizer nada e se os poderes instituídos não gastarem dinheiro na opção florestal - então está-nos reservado o papel de produzir aquilo que a economia aconselha, ou seja, os maiores lucros possíveis com os menores "inputs" de capital. São os eucaliptos. Não tenho dúvidas. Mas, penso que existem poderes políticos instituídos para corrigir as tendências da monocultura», explica.

Decorre daqui que «é preciso criar uma dinâmica alternativa ao eucalipto». Financiar essa dinâmica, comprar terras e fazer opções é, assim, o

que se exige do Estado.

Por outras palavras, este tem de intervir porque a obtenção de uma floresta diversificada, se bem que «sem prejuízo da especialização, não é possível só com o livre jogo do mercado».

A questão para o director-geral das Florestas apresenta-se desta maneira: «Ou o Estado se põe completamente como observador - e depois manda a GNR resolver os conflitos sociais - ou se põe como agente económico».

De forma mais precisa, afirma que «o Estado tem a obrigação de intervir porque, em nome da defesa dos interesses colectivos, deve perturbar as regras do mercado quando elas perturbam as pessoas. É a única forma que eu conheço de perturbar eficazmente as regras do mercado é intervir economicamente, não por decreto».

Perante a lógica do diagnóstico e o explícito das sugestões, a pergunta surge natural: porque é que o Estado não intervém?

«A racionalidade só se pode manifestar em concreto se quem tem o poder legislativo intervir», responde.

Na ausência desta manifestação de vontade, «há um mecanismo que funciona sempre: as forças do mercado, as motivações das pessoas».

Depois de recusar fazer um «discurso político», expressa



Se ninguém fizer nada, está-nos reservado o papel de produtores de eucaliptos

o seu convencimento de que «as pessoas que estão imbuídas da obrigação, aliás penosa, de serem Estado, de serem Poder, têm de tomar as suas opções, o que, penso eu, até prova em contrário, fazem de boa fé, o que não quer dizer que o façam sempre bem».

«Uma certa acusação...»

João Soares chefia uma estrutura que gasta 98,5 por cento da dotação «relativamente grande» que recebe do Orçamento de Estado

em...salários. O que resta «não dá para pagar a renda da casa».

A Direcção-Geral das Florestas (DGF) fica deste modo dependente dos recursos próprios para, por exemplo, ter os telefones a funcionar, os carros a andar, os guardas florestais armados («mal») e vestidos («mal»), enviar os técnicos ao encontro dos agricultores...

Daqui resultou que, este ano, a DGF tivesse começado a cobrar pela realização de projectos e estudos para

aumentar as receitas, oriundas tradicionalmente da exploração das matas nacionais e da caça, que ficaram abaixo dos dois milhões de contos em 1989.

Só que, no que respeita a estas fontes habituais, «as matas nacionais são, na grande maioria, matas de protecção, que não se podem cortar nem rentabilizar. Não podemos chegar à mata de Leiria e cortar árvores para fazer dinheiro. Não vendemos eucaliptos». E do lado da caça o panorama não é melhor.

«Todo o dinheiro da caça é aí reinvestido».

Perante a situação financeira «muito complicada», João Soares reconhece que «esta questão torna, de facto, legítima uma certa acusação de uma menor actuação dos órgãos da Administração Pública» e anula as potencialidades existentes. «Não tenho nenhuma dúvida em afirmar que as pessoas existem, que são tecnicamente capazes, que a estrutura está montada e que, se tivesse o mínimo de meios, produzia».

Instado a comentar as razões desta realidade, declina porque, diz, «admito que quem provoca esta situação não tem outras opções melhores. Seria deslealdade e falta de solidariedade da minha parte, enquanto director-geral, porque se entendesse que existiam designios sinistros para que isto não funcionasse não estaria aqui».

Com efeito, as razões do seu pedido de demissão são «pessoais e familiares». E, por outro lado, João Soares adianta que «num caso e num lugar tão "bicudo" como este, penso que é sempre desejável que o director-geral seja nomeado pelo ministro que está em funções, para que a solidariedade seja do peito, para que as pessoas partilhem angústias e necessidades. A grande angústia daqui é o problema financeiro».

Rui Nunes

PS quer Portugal a produzir papel

Comissão Parlamentar vota amanhã projecto socialista

Termina amanhã a apreciação na especialidade pela Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas do projecto de decreto-lei, apresentado pelo PS, que visa proibir a compra de mais terras pelas empresas de celulose e incentivar a passagem da produção de pasta para a de papel.

Ao que tudo indica, os deputados social-democratas votarão contra este projecto, depois de terem reunido, ao longo da última semana, com vários responsáveis do Governo, entre os quais Mira Amaral, ministro da Indústria e Energia, Arlindo Cunha, ministro da Agricultura, e Isabel Mota, secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, segundo soube o "DL".

Este projecto, entregue em Julho do ano passado e assinado por António Campos, estipula no número 1 do seu artigo 4º, que «enquanto não transformarem directamente em papel, rayon ou outro produto com nível de incorporação nacional equivalente, um mínimo de 50 por cento da produção de pasta celulósica de cada uma delas, as empresas referidas no número anterior (produtoras de pasta celulósica) não poderão aumentar a respectiva capacidade de produção instalada à data de entrada em vigor da presente lei».

No artigo seguinte estipula-se que «enquanto um mínimo global de 70 por cento da pasta celulósica produzida no País não for localmente transformado em papel, rayon ou outro produto com incorporação nacional equivalente, é proibida a instalação em território de novas unidades de produção ou de novas linhas de fabrico de pasta celulósica».

CEE protege

A comissão parlamentar está a trabalhar, por outro lado, na incorporação na legislação nacional da directiva comunitária sobre os auxílios financeiros a prestar às espécies de médio e lento desenvolvimento.

Resultará daqui que os proprietários ou os interessados na exploração destas espécies poderão candidatar-se a subsídios, anuais e por hectare, cujo valor rondará os 30 contos.

Aprovada nas instâncias comunitárias em Maio de 1989, esta directiva pretende evitar o «sacrifício» das espécies de desenvolvimento médio e lento em detrimento das de desenvolvimento rápido e, naturalmente, proporcionar de rendimentos também mais rápidos.

Afonso de Barros (SPER)

Critérios económicos ameaçam identidade nacional

Provocar o «debate informado» sobre a problemática do eucalipto é o objectivo do colóquio «O eucalipto: economia e território», promovido pela Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER) na próxima quinta e sexta-feira.

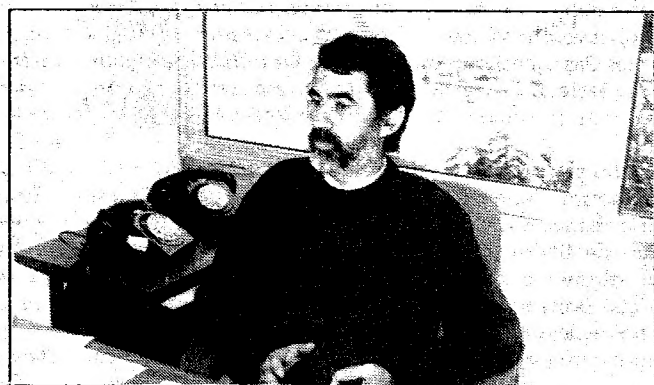
A forma e as consequências da ocupação do território resultante da «eucaliptização» será o tema comum aos vários «painéis».

Afonso de Barros, presidente da SPER, justifica esta focalização dos debates pela «grande dimensão que o fenómeno assume».

A organização do colóquio parte do dado elementar de que «a questão do eucalipto insere-se no problema mais vasto da florestação, que é um dos problemas com que o País se confronta, porque se trata de uma forma de ocupação do território que tem consequências económicas, ecológicas e de ordenamento do espaço».

Desertificação humana

A possibilidade do eucalipto



Portugal pode ficar humanamente confinado ao litoral

Portugal pode ficar humanamente confinado ao litoral, se se seguir um critério exclusivo de aproveitamento económico de determinado tipo de terrenos, leva Afonso de Barros a alertar para o «risco de Portugal - que é uma faixa litoral de 200 quilómetros - passar a ser uma "língua" litoral de escassas dezenas de quilómetros» e para as «consequências gravíssimas» que daí adviriam.

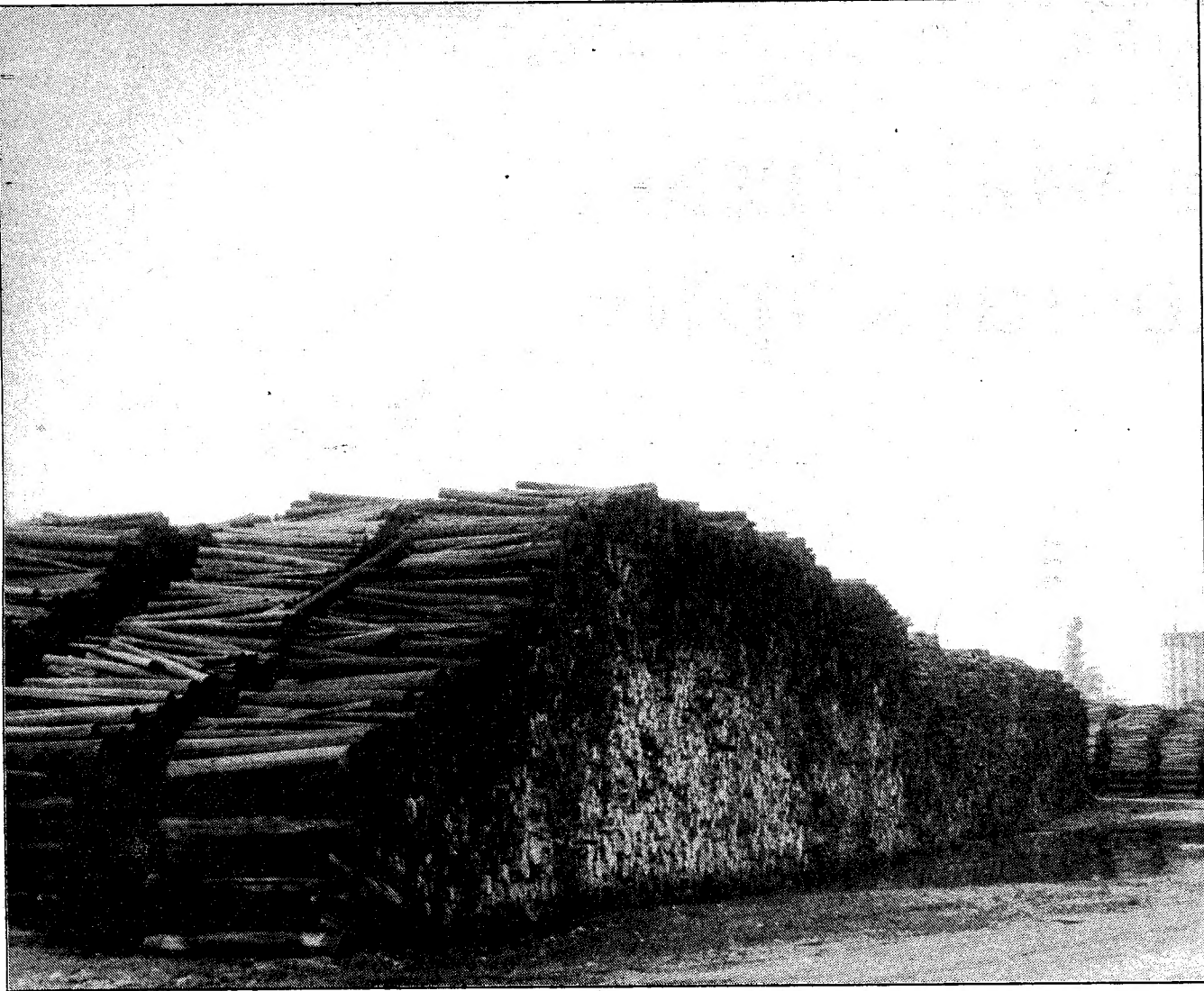
Em particular, o presidente da SPER afirma a indiscutibilidade das consequências

humanas, que se traduziriam na «desertificação social de regiões que desempenham um papel fundamental na própria configuração identitária do País».

Desta forma, «ficaríamos com um País humanamente confinado à faixa litoral».

Por outro lado, o «desenvolvimento incontrolado» do eucalipto «põe em causa todas as intenções que presidem à política de ordenamento territorial, que pretende manter a existência humana nas regiões interiores».

ECONOMIA



Conciliar interesses da indústria com os da floresta

Um futuro previsível

Interior desertificado Litoral degradado

Intensificou-se nos últimos anos a conquista da terra por parte do eucalipto. João Soares afirma que o problema não se resolve com um decreto que proíba a venda da terra ou o plantio desta espécie: «Têm de se criar condições económicas ou financeiras para que as pessoas retenham as terras ou façam outras coisas».

Pinheiro, oliveira e sobreiro são algumas das espécies que perderam terreno para o eucalipto, em particular a primeira.

O fogo, no primeiro caso, incentivos comunitários, no segundo, e abandono de solidiedade de fileira industrial, no último, aliadas à substituição por eucalipto e à não renovação, explicam a diminuição das áreas que ocupavam.

O próximo conflito, considera João Soares, é o que irá opor o eucalipto à agricultura marginal, a agricultura que não paga: «Se só funcionarem as regras da economia - se não houver mais nada, se não houver elementos a compensar ou a descompensar este processo - vamos assistir a uma competição muito grande pela posse da terra».

Alentejo e Trás-os-Montes são as áreas que considera mais prováveis de "acolher" este conflito. O nosso interlocutor considera que há «hipocrisia» neste processo,

porque «se esta é uma dinâmica económica, que tem consequências indesejáveis, temos de a contrariar pela via económica. A sociedade tem de arranjar meios para esse processo».

Uma «dinâmica alternativa ao eucalipto» custa dinheiro. Por isso afirma: «É preciso dar às pessoas rendimentos adicionais e propiciar-lhes benefícios de qualquer natureza, para que reconheçam utilidade e sintam vantagens económicas em produzir outras coisas».

Tomar decisões

A «grande questão» que levanta é a da identificação dos limites da eucaliptização. «Em relação ao eucalipto, o problema que se põe não é travá-lo. É saber até onde é que deve ir e encontrar alternativa para o resto», refere, apontando que ainda ninguém o fez.

De outra maneira, «é hipocrisia e indecência dizer às pessoas para não fazerem eucalipto sem lhes dar alternativa», acrescenta. Enquanto alguns Estados europeus desenvolveram, há dezenas de anos, processos de auxílio e incentivo à produção florestal, em Portugal «isto funcionou na base da oferta e da procura».

Interior desertificado

Esta ausência de intervenção do Estado reflecte-se nas condições e nas conse-

quências do acesso à propriedade da terra por parte das empresas produtoras de celulose, ciosas de alcançarem o auto-abastecimento.

João Soares entende que «é desejável legislação que limite o acesso à terra por parte das empresas», porque a venda da terra às indústrias («a minha preocupação não é tanto o capital estrangeiro, é o poder industrial») representa «uma desertificação humana da paisagem anterior».

E Portugal não deve repetir a experiência de alguns Estados europeus e criar «gigantes urbanísticos, com todos os problemas de poluição, de conflitos, de infra-estruturas, e ficar com um interior desertificado que, em termos florestais, acaba por produzir fogos».

Deste modo, João Soares afirma que a aposta, insofismável, do País no sector florestal, não pode provocar o abandono do interior pelas populações: «Este processo não se consegue pela compra sistemática das terras por parte das empresas, que têm obviamente estratégias económicas respeitáveis, mas que não são estratégias sociais, porque não lhes compete esse papel. Penso que o processo deve ser limitado, para as empresas serem obrigadas a encontrar formas de associação com as populações».

A compra de terra pelo Estado, como forma de

«diminuir as pressões tendentes à monocultura», é proposta por João Soares, que lhe atribui ainda a definição dos estímulos que deve dar aos proprietários florestais, «para que não vendam as terras ou para que façam uma cultura que pode ser economicamente interessante, mas compensadora em termos ecológicos ou sociais».

«Falhanço nacional»

A (in)capacidade do Estado suportar um programa florestal como o manifestado pelo seu director-geral das Florestas é patente na situação actual do Programa de Acção Florestal (PAF). Segundo João Soares, o PAF «devia ter sido dotado com os meios financeiros que tinha - e provou-se - capacidade para rentabilizar, mas há que fazer opções».

Ao considerar um «falhanço nacional óbvio» a «necessidade de meios financeiros», este responsável adianta que «toda a gente tem razão e, de facto, o dinheiro escasseia. Não queria estar na pele das pessoas que têm de distribuir o dinheiro que não chega, porque serão sempre vítimas deste tipo de críticas».

Quando confrontado com a questão de saber se há ou não vontade do Estado em opor uma outra força à inércia do mercado, João Soares escusou-se à resposta: «Essa pergunta não é para mim».

R.N.

Vendedor de pasta celulósica Portugal é o terceiro na Europa

Dados da FAO revelam que Portugal, no período de 1976 a 1987, passou do 14º para o sétimo lugar no «ranking» dos produtores europeus de pasta de papel, que é encimado pela Suécia e a Finlândia, com produções respectivas de 9,9 e 8,4 milhões de toneladas métricas.

Na mesma altura, a produção mundial passou de 111 milhões para 145, enquanto a europeia evoluiu de 27 para 35.

Ao aumentar a produção em um milhão de toneladas (de 0,4 para 1,4), e ao destiná-la quase totalmente à exportação, Portugal, por outro lado, ascendeu ao terceiro posto da tabela das receitas da exportação de pasta, com o valor de 539 milhões de dólares, logo depois da Suécia (1,6 mil milhões) e da Finlândia (878 milhões). Ainda naquele espaço de tempo, o valor das exportações mundiais de pasta progrediu de 5,7 mil milhões de dólares para 12,2 enquanto o das europeias cresceu de 2,2 para 4,2. Estes números só ganham uma dimensão mais nítida quando complementados com os das exportações de papel e dos seus valores.

Com efeito, o «destino» da pasta celulósica é o servir de matéria-prima à produção de papel, produto «nobre» e final desta indústria.

E aqui a posição de Portugal é bem mais modesta, o que confirma o actual perfil de dependência de unidades papeleiras localizadas fora do seu território.

De 1976 para 1987, as toneladas de papel exportadas pelo País subiram de 129 mil para 198, o que o posicionava no 15º posto. Ao mesmo tempo, a Finlândia e a Suécia - sempre «leaders» - apresentavam números de dimensão incomparável: a primeira subia de 3,6 milhões para 6,8 e a segunda de 3,3 para 6,1. A Europa dobrou o peso exportado, ao registar 26 milhões em 1987, contra os 13 de 1976, e contribuiu para a subida do total mundial de 27 para 47 milhões.

A «inconsistência classificativa» de Portugal é confirmada pela tabela referente ao valor destas exportações.

Apesar de acompanhar o «factor 3» que fez subir os valores finlandeses e suecos de 1,4 mil milhões para 4,6 e 4,2, respectivamente, Portugal, em 16º lugar, viu os seus 40 milhões iniciais ficarem por 132 em 1987.

107 milhões

As oito unidades industriais instaladas (quatro da Portucel, duas da Caima, uma da Soporcel e outra da Celbi) empregam cerca de oito por cento da mão-de-obra das indústrias transformadoras da madeira e consomem 60 por cento do material lenhoso destinado àquelas indústrias.

Estimativas da Direcção-Geral das Florestas (DGF) avançam com um consumo de 4,3 milhões de metros cúbicos de madeira provenientes, na sua grande maioria, dos, então, 435 mil hectares plantados com eucalipto.

A exportação de pastas celulósicas em 1988 ascendeu a 95 milhões de contos, valor que significou quase 40 por cento do valor da exportação de produtos florestais e seis por cento do total nacional desse ano.

Por fim, a DGF admite que as exportações tenham ultrapassado o milhão de toneladas e originado receitas de 107 milhões de contos em 1989.

Rentabilidades

Quando comparadas as receitas brutas médias por hectare e por ano das produções de cortiça, resina, pinho e eucalipto, esta última destaca-se com o valor de 40 contos, seguida pela de cortiça (29) e de pinho (27). A receita da resina é avaliada em três contos.

Com a aplicação da directiva comunitária de apoio às espécies de desenvolvimento médio e lento, que inclui subsídios que poderão chegar aos 30 contos por ano e por hectare, aqueles valores ficarão mais equilibrados e darão maior liberdade de opção aos proprietários florestais

R.N.

Eucalipto dissecado

Contribuir para o debate sobre a plantação industrial de eucalipto e as suas consequências é o objectivo do livro que o Instituto Nacional do Ambiente (INAMB) vai publicar para assinalar o Dia Mundial da Floresta.

José de Almeida Fernandes, presidente do INAMB, revelou que o livro contém análises e estudos de vários agentes in-

terventores na área florestal, como as associações de defesa do ambiente, a associação das empresas produtoras de pasta de celulose (ACEL), a Universidade e a Associação Nacional de Municípios, e, ainda, um texto-síntese final, que congregou a unanimidade das várias entidades representadas no Conselho Directivo do INAMB.

Futuro da Europa discutido em Lisboa

A Europa, num futuro breve, principalmente face às profundas transformações que se registam nos países socialistas, foi a base da reflexão da conferência promovida nos dias 9 e 10, que reuniu em Lisboa altas personalidades das cenas política e económica mundiais. Mário Soares afirmou, na sessão de abertura, que Portugal deve comprometer-se a fundo no debate sobre conceitos de federação e confederação e tomar parte activa no processo de negociação que vai envolver todo o continente, no futuro próximo. Também Ferreira do Amaral, ministro do Comércio e Turismo, participou na conferência, altura em que disse que a Comunidade Económica Europeia deve ser o «núcleo duro» da estabilidade e do desenvolvimento da toda a Europa.

A garantia da coesão económica e social na CEE é condição essencial para que esta possa desempenhar activamente o seu papel na estabilidade da Europa e do mundo, acrescentou.

O papel de Portugal na construção da Comunidade foi realçado por Mário Soares, que lembrou a opção Europeia do País e o empenhamento na preparação das transformações previstas para 1993 e na gestão dos seus efeitos positivos e negativos. «Temos manifestado a favor da Europa dos cidadãos e do reforço da unidade política e das instituições supranacionais da Comunidade», disse.

As transformações registadas no Leste europeu foram a tônica da maioria das intervenções, de Soares a Kissinger. O Presidente da República lembrou que essas transformações «estão a pôr em causa os equilíbrios geopolíticos que têm estruturado a Europa nas quatro décadas que se seguiram à Guerra Mundial». E acrescentou: «Obri-

gamos, por outro lado, a repensar a nossa própria estratégia, tendo em conta o fascínio e o inesperado poder de atracção que a Comunidade tem exercido sobre os países de Leste em vias de liberalização.»

Novo modelo

Henry Kissinger, por seu lado, defendeu um novo modelo para a Europa, já que prevê a neutralidade da alguns países centrais e a reunificação das Alemanhas, apesar de apontar para a desmilitarização da RDA e a permanência da RFA na NATO.

Os modelos político, económico e de segurança na Europa foram abordados pelo antigo chefe da diplomacia norte-americana durante a administração Nixon. Disse Kissinger que a linha que dividiu a Europa nos últimos 40 anos, já não está localizada no meio das duas Alemanhas, mas na fronteira ocidental da URSS, uma vez que os países periféricos são, historicamente, mais poderosos que os seus vizinhos ocidentais.

A intervenção de Mário Soares foi centrada numa análise global da situação vigente e, apesar de afirmar não pretender fazer futurologia, acrescentou ser de constatar que «mudou a configuração política da Europa e, com ela, mudaram os termos de referência do processo de construção e integração europeia. Não mudaram, porém, a sua razão de ser e a sua oportunidade».

O papel de Portugal, em particular, e da Europa comunitária, em geral, foi igualmente referido pelo Presidente da República, para quem «seria irónico e inaceitável que o apoio à democratização do Leste viesse a fazer-se em detrimento do próprio ideal europeu e à custa dos países do sul da Europa que a ele aderiram e por ele assumiram obrigações e riscos, em nome de um projecto de liberalização, desenvolvimento e solidariedade».

Investimento em Portugal terá nível asiático

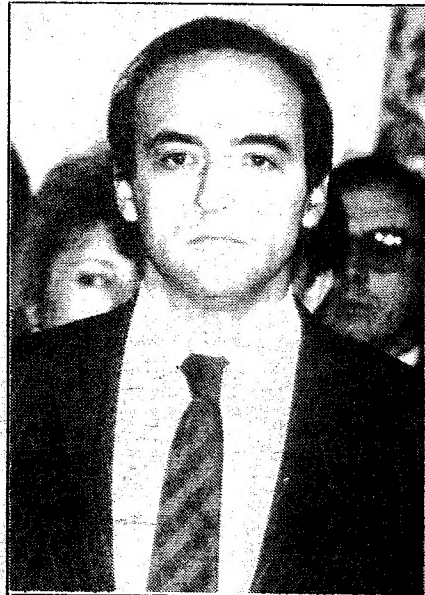
Ministro das Finanças põe nas mãos dos agentes económicos o papel básico do desenvolvimento

O nível de investimento em Portugal, segundo estimativas feitas para final da década, apontam para valores da ordem dos 30 por cento do produto interno. Quem o afirmou foi o ministro das Finanças, Miguel Beza, no encerramento do seminário «A Europa nos anos 90». Conforme disse, esse investimento atingirá «um nível perfeitamente asiático».

A situação portuguesa, nos próximos anos, foi também referida por Martin Feldstein, antigo chefe de gabinete de conselheiros económicos do presidente Reagan. Na intervenção que fez durante a iniciativa do «Diário Económico»/«Semanário Económico» disse que o abrandamento do crescimento económico-financeiro que marcará os países mais desenvolvidos, nesta década, será uma «excelente oportunidade para o mercado financeiro e para a indústria de Portugal».

O Presidente da República, que abriu a conferência, depois de se ter referido às transformações globais que se registam na Europa e ao papel que caberá à Comunidade Económica Europeia, lembrou que a resposta portuguesa, para os anos 90, «tem de se traduzir numa atitude de empenhamento, intervenção e combate, assumida sem complexos e por forma a maximizar os meios de que dispomos para exaltar que a internacionalização se esgote numa via de sentido único e Portugal possa tirar todo o partido da sua participação na Comunidade, ao mesmo tempo que lhe dá o contributo da sua criatividade».

No tocante à situação interna, o ministro das Finanças referiu dados recentes sobre o crescimento e o desemprego em Portugal, comparando-os com as médias comunitárias. Segundo disse, em 1989 terá havido um crescimento do PIB de 5,5 por cento, valor que considerou «notável» face à média comunitária de 3,5 por cento. Quanto à taxa de desemprego, segundo Miguel Beza, terá sido, no ano passado, de cerca de cinco por cento, o que «contrasta com a média de nove por cento dos países da Comunidade». Já a balança de transações correntes terá, segundo as previsões, um saldo mais favorável, em 1989, que no ano anterior, com o possível défice certante



Miguel Beza: optimismo na análise nacional

inferior a 2 pontos percentuais do PIB.

O Presidente da República referiu, na sua intervenção, considerar que, em breve, surjam resistências e mesmo receios, face aos processos de liberalização, desregulamentação e privatização em Portugal, que «constituem corolários lógicos da opção europeia e da consequente internacionalização da vida económica e social do País».

Também o ministro Miguel Beza focou as privatizações e disse que os primeiros passos a dar consistem na conclusão dos processos já iniciados e, segundo acrescentou, «os diplomas já estão a ser preparados», com a previsão de que os textos fiquem concluídos logo que a Lei-Quadro entrar em vigor.

O ministro das Finanças focou acções prioritárias a desenvolver, tendo citado a consolidação e ajustamento das finanças públicas, as privatizações e a redução do défice orçamental e o controlo das contas com o exterior.

«Os instrumentos básicos da política económica estão, neste momento, disponíveis e agora aos agentes económicos privados o papel básico de desenvolvimento», acrescentou o ministro das Finanças.

Também Artur Santos Silva, presidente do Banco Português de Investimento, se

pronunciou sobre as privatizações. Na sua opinião a Lei-Quadro aprovada é muito flexível, já que permite a alienação total do capital das empresas, não deixando de salientar o consenso no quadro legislativo, uma vez que as propostas apresentadas pelo PSD e pelo PS eram coincidentes.

No seu entender, só com privatizações a 100 por cento será possível resolver muitos dos problemas que as empresas portuguesas enfrentam. Santos Silva defendeu também que a reestruturação das empresas a serem privatizadas deverá privilegiar e conciliar os investimentos de interesse estratégico com a oportunidade de acumular riqueza.

Banca

Outro tema focado, no que se refere a privatizações, foi o dos bancos, tendo Alexandre Vaz Pinto, presidente do BESL e da Associação Portuguesa de Bancos, dito que os primeiros bancos públicos a privatizar devem ficar nas mãos de investidores portugueses.

No seu entender, os portugueses «poderão vir a pagar muito caro» se não conseguirem impedir a passagem dos grandes bancos públicos para as mãos dos investidores estrangeiros. Por outro lado, o embate que se põe à Banca pública com a tendência da internacionalização dos mercados e com a criação do mercado financeiro europeu apresenta factores positivos, entre os quais a cobertura da rede bancária nacional.

Quanto a Jardim Gonçalves, presidente do BCP, defendeu a diversificação e a sofisticação dos produtos em função dos segmentos do mercado, a flexibilidade das instituições, o relacionamento com os clientes e a alta qualidade dos serviços, como «factores críticos de sucesso» de uma instituição financeira.

De novo Santos Silva, que afirmou que a fase liberalizadora do sector financeiro iniciou em 1984 indicia já uma certa evolução, verificando-se que começam a surgir e a ressurgir grupos económicos nacionais. No seu entender, a primeira grande mudança consistiu na abertura do sector bancário ao sector privado, o qual, a par do segurador, tem um papel determinante na economia nacional.

M A R G E M

Riscos da globalização

A globalização dos mercados financeiros tem riscos, segundo disse o presidente da Caixa Geral de Depósitos, Rui Vilar. Na sua intervenção referiu-se nomeadamente a uma maior facilidade e rapidez na propagação de crises. Segundo adiantou, a globalização dos mercados implica um maior grau de risco, pelo que defendeu um sistema deontológico muito rigoroso para os operadores de mercado, com uma actuação orientada por normas rígidas e transparentes.

Também Mário Soares se pronunciou sobre este ponto e disse que a globalização dos mecanismos de organização económica, a internacionalização dos processos produtivos e das redes de distribuição, bem como a integração dos mercados financeiros, a importância da criação tecnológica na formação do poder económico «são realidades que continuam a requerer a aceleração do movimento comunitário e que não deixarão de acentuar-se com a abertura das sociedades de Leste».

Obsessão pelo mercado alemão

Alain Minc, gestor do Grupo Benedetti, que também par-

ticipou na Conferência «A Europa nos anos 90», abordou, na sua intervenção, o mercado alemão unificado, que no seu entender deve ser a obsessão de investimento para os industriais dos países do sul da Europa.

Optimista quanto ao futuro próximo, como industrial, Alain Minc não deixou de adiantar que, como democrata e ocidental, se sente parcialmente optimista e inquieto. No seu entender, os sectores preferenciais de investimento, para os industriais europeus deverão ser os clássicos, uma vez ser necessário reconstruir toda a Europa de Leste.

Segundo acrescentou, a Europa do Sul deverá ver afluir populações provenientes da África do Norte, pelo que defende que sejam definidas soluções para o problema. Caso não haja um sistema político europeu global, disse, poderá dar-se o aparecimento de «pequenos Libanos» na Europa.

Outras áreas do mundo

Portugal, Europa, África. Pontos geográficos, políticos e económicos abordados pelo Presidente da República, que levou, para a sua intervenção, um texto de Estado, abordando todos os pontos essenciais da política nacional.

Palavras de Mário Soares: «Os interesses que Portugal mantém

em outras áreas do mundo, especialmente na África que fala português, no Brasil, nos Estados Unidos da América e no Extremo Oriente têm levado alguns a considerar que o aprofundamento das relações com estas regiões poderia constituir alternativa ou contraponto, perante alegados riscos de periferização resultantes da deslocação, para Leste, do eixo de equilíbrio europeu.»

Integração no futuro

Henry Kissinger fez, na sua intervenção, uma leitura essencialmente política dos acontecimentos europeus, com a União Soviética a desempenhar o papel principal. Movimentação de tropas, estruturas políticas autonómicas e futuros modelos políticos foram questões referidas.

Mas também a integração europeia foi abordada, quando disse ser necessário definir, no futuro, um novo ordenamento internacional, acrescentando que uma Comunidade Europeia forte não deve assustar ninguém e que, mais que eventuais adesões, os actuais Doze podem oferecer, proximamente, a países vizinhos, nomeadamente do Centro e do Leste, contratos de associação.

«Após alguns anos logo se veria se a Comunidade alargaria o horizonte da integração», acrescentou.